



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública – FACE

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA

Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

MADONA LOUIZE GABRY TABÔAS

**AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUA REDE DE RELACIONAMENTO: UM
ESTUDO SOBRE OS PRESOS CUSTODIADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL
EM BRASÍLIA**

Brasília – DF

2022

MADONA LOUIZE GABRY TABÔAS

AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUA REDE DE RELACIONAMENTO: UM
ESTUDO SOBRE OS PRESOS CUSTODIADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL
EM BRASÍLIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Cleidson Nogueira Dias

Brasília – DF
2022

AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUA REDE DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO SOBRE OS PRESOS CUSTODIADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM BRASÍLIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (MPA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Aprovada por banca examinadora constituída por:

Professor Doutor Cleidson Nogueira Dias
Universidade de Brasília (UnB) - Orientador

Professora Doutora Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
Universidade Federal de Minas Gerais (UnB) – Examinadora externa

Professor Doutor David Leonardo Bouças da Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Examinador externo

Professor Doutor Daniel Pires Vieira
Universidade de Brasília (UnB) – Examinador suplente

Brasília – DF
2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas
que lutam diariamente por um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por iluminar meus caminhos.

A minha família pelo amor e apoio incondicional.

Aos meus amigos Jailton e Bruno pela parceria e torcida ao longo desse mestrado.

Ao meu orientador professor Dr. Cleidson Nogueira Dias, pelo direcionamento nesta pesquisa.

Ao professor Edgar Reyes Junior, in memoriam, que foi uma inspiração nessa jornada.

Aos colegas do mestrado, em especial ao Cecílio, pelas trocas de conhecimento realizadas.

Aos colegas do DEPEN, por contribuírem com sua vivência profissional ao responderem o questionário de pesquisa.

Ao Coordenador Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do DEPEN por fornecer os dados administrativos.

“Continuemos na luta diária, pois é muito
melhor arriscar coisas grandiosas,
alcançando triunfo e glória, mesmo
expondo-se à derrota, do que formar fila
com os pobres de espírito que nem
gozam muito, nem sofrem muito, porque
vivem numa penumbra cinzenta e não
conhecem vitória nem derrota.”

(Theodore Roosevelt)

RESUMO

No sistema penitenciário brasileiro observa-se a expansão das organizações criminosas no interior dos presídios, bem como a dificuldade de conseguir controlar o crescimento e o surgimento de novas organizações. Esse fato pode derivar-se da formação e desenvolvimento de redes de relacionamentos entres presos, notadamente, no contexto prisional. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília. Para isso, foram mapeadas as redes de relacionamento dos 29 presos por meio dos dados secundários registrados no sistema administrativo da Penitenciária Federal, cujo mapeamento possibilitou descrevê-las por meio do método de análise de redes sociais (ARS), utilizando os softwares R e IBM® i2®. Ademais, para avaliar a percepção dos servidores sobre a estrutura penitenciária e a interação dos presos foi utilizado um questionário, no qual o conteúdo texto foi tratado por meio do método de análise de conteúdo e com o uso do software Iramuteq. Então, os principais resultados evidenciam a incidência de seis clusters, sendo que dois deles são monopolizados pelos presos. Além disso, verifica-se que poucos presos possuem maior centralidade de grau e intermediação, fato que os colocam em um posicionamento estratégico na rede, porém, os tornam mais vulneráveis para serem detectados pelos órgãos de segurança. As contribuições metodológicas estão na estrutura de coleta e tratamento de dados deste estudo, que podem ser replicadas em cárceres de outras regiões e as teóricas contribuem para colmatar a lacuna nos estudos empíricos que tratam da estrutura de rede prisional, impactando na compreensão das relações sociais de presidiários e na tomada de decisão de gestores públicos. Finalmente, as contribuições desta pesquisa para a gestão atingem a definição de fatores que podem ter implicações no desenvolvimento de práticas na administração de penitenciárias, nas práticas de interações dos presos e no desenho de políticas e estratégias institucionais para presídios nas esferas federal e estadual.

Palavras-Chave: Redes de Relacionamento; Organizações Criminosas; Sistema Prisional; Análise de Redes Sociais; Administração Pública.

ABSTRACT

In the Brazilian penitentiary system, there is an expansion of criminal organizations inside prisons, as well as the difficulty of managing to control the growth and emergence of new organizations. This fact can be derived from the formation and development of networks of relationships between prisoners, noddedly, in the prison context. Thus, the present study aims to understand the social relations networks of prisoners in the Federal Penitentiary in Brasília. For this, the relationship networks of the 29 prisoners were mapped through secondary data recorded in the administrative system of the Federal Penitentiary, whose mapping made it possible to describe them through the social network analysis method (ARS), using software R and i2. Moreover, to evaluate the perception of the servers about the prison structure and the interaction of the prisoners, a questionnaire was used, in which the text content was treated through the method of content analysis and with the use of the Iramuteq software. Thus, the main results show the incidence of six clusters, two of which are monopolized by prisoners. In addition, it is verified that few prisoners have greater centrality of degree and intermediation, a fact that places them in a strategic positioning in the network, but, make them more vulnerable to be detected by security agencies. The methodological contributions are in the structure of data collection and treatment of this study, which can be replicated in prisons in other regions and the theoretical ones contribute to bridge the gap in empirical studies dealing with the prison network structure, impacting on the understanding of the social relations of inmates and on the decision-making of public managers. Finally, the contributions of this research to management reach the definition of factors that may have implications in the development of practices in the administration of penitentiaries, in the practices of interactions of prisoners and in the design of institutional policies and strategies for prisons at the federal and state levels

Keywords: Relationship Networks; Criminal Organizations; Prison System; Analysis of Social Networks; Public administration.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Objetivos.....	14
1.1.1. Geral	14
1.1.2. Específicos	14
1.2. Justificativas.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. Redes Sociais.....	21
2.1.1. Redes interpessoais.....	26
2.1.2. Redes Informais	29
2.2. O Crime Organizado e o Sistema Penitenciário	31
2.2.1. Sistema Penitenciário Federal	35
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1. Métodos	40
3.1.1. Análise de Conteúdo.....	40
3.1.2. Análise de Redes Sociais.....	41
3.2. Tipo de Pesquisa.....	43
3.3. Unidade de Análise.....	45
3.3.1. População/Amostra.....	45
3.4. Instrumento de Coleta de Dados	47
3.5. Tratamento dos Dados.....	50
4. ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS.....	52
4.1. Perfil do Preso	52
4.2. Perfil dos Respondentes	55
4.3. Redes	57
4.3.1. Redes – Organizações Criminosas	62
4.3.2. Redes – Vivências Alfa, Bravo, Charlie e Delta	64
4.3.3. Redes – Relação entre os Presos X Advogados	67
4.3.4. Redes – Relação entre os Presos X Visitas.....	83
4.4. Das percepções dos servidores sobre a rede de relacionamento na PFBRA.....	85
4.5. Discussões dos Resultados	97
5. CONCLUSÃO.....	105
6. REFERÊNCIAS	112
7. APÊNDICE A: Convite para Responder ao Questionário	128
8. APÊNDICE B: Roteiro do Questionário.....	129

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

GRÁFICO

Gráfico 1 - População Prisional no Brasil.....	16
Gráfico 2 - Déficit total x vagas por ano	17
Gráfico 3 - Organizações Criminosas distribuídas na PFBRA.....	52
Gráfico 4 - Idade dos presos reclusos na PFBRA	53
Gráfico 5 - Média da idade dos presos reclusos na PFBRA, de acordo com a organização criminoso	54
Gráfico 6 - Estado Civil dos presos reclusos na PFBRA	54
Gráfico 7 - Grau de Escolaridade dos presos reclusos na PFBRA	55
Gráfico 8 – Sexo dos respondentes	56
Gráfico 9 – Idade dos respondentes.....	56
Gráfico 10 – Tempo de atuação no órgão	57
Gráfico 11 – Área de atuação dos respondentes	57
Gráfico 12 - Dendograma das classes.....	92
Gráfico 13 – Categorização das Classes.....	93

TABELAS

Tabela 1 - As principais escolas que deram origem a ARS	22
Tabela 2 - Conceitos-Chave	23
Tabela 3 - Padrões de Relacionamentos	25
Tabela 4 - Ponto de saturação do questionário	46
Tabela 5 - Clusters dos presos na PFBRA.....	60
Tabela 6 - Grau de centralidade e intermediação dos presos	61
Tabela 7 - Vínculos de presos com advogados.....	82
Tabela 8 - Advogados com maior quantidade de conexão	83
Tabela 9 - Palavras mais evocadas	91

FIGURAS

Figura 1 - Rede dos presos na PFBRA	59
Figura 2 - Redes das organizações criminosas na PFBRA	63
Figura 3 - Distribuição dos presos reclusos na PFBRA.....	65
Figura 4 - Distribuição dos presos na PFBRA	66
Figura 5 - Distribuição dos presos na PFBRA	67
Figura 6 - Redes dos presos e advogados.....	68
Figura 7 - Relação do Preso 25 e seus Advogados	69
Figura 8 - Relação entre o P25, seus advogados e outros presos	70
Figura 9 - Relação entre o Preso 1, seus advogados e outros presos	71
Figura 10 - Relação entre o preso 29, seus advogados e outros presos	72
Figura 11 - Relação entre o Preso 27, seus advogados e outros presos	73
Figura 12 - Relação entre o Preso 7, seus advogados e outros presos	74
Figura 13 - Relação entre o Preso 21, seus advogados e outros presos	75
Figura 14 - Relação entre o Preso 22, seus advogados e outros presos	76
Figura 15 - Relação entre o Preso 4, seus advogados e outros presos	77
Figura 16 - Relação entre o Preso 13, seus advogados e outros presos	78
Figura 17 - Relação entre o Preso 16, seus advogados e outros presos	79
Figura 18 - Relação entre Advogado 119 e os presos	80

Figura 19 - Relação entre o Advogado 131 e os presos	81
Figura 20 - Relação entre o Advogado 132 e os presos	81
Figura 21 - Redes dos presos e suas visitas	84
Figura 22 - Nuvem de Palavras	91

LISTA DE SIGLAS

ADA – Amigo dos Amigos

ARS – Análise de Redes Sociais

CV – Comando Vermelho

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DIPEN – Diretoria de Inteligência Penitenciária

FDN – Família do Norte

INFOPEN - Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro

LEP – Lei de Execução Penal

PCC – Primeiro Comando da Capital

PFBRA – Penitenciária Federal em Brasília

SIAPEN – Sistema Integrado de Administração Penitenciária

SPF – Sistema Penitenciário Federal

TC – Terceiro Comando

TCP – Terceiro Comando Puro

1. INTRODUÇÃO

As redes de relacionamento são formadas por atores (pessoas, grupos ou instituição) e suas conexões, e é a partir dessas conexões que as estruturas sociais se desenvolvem (WASSERMAN; FAUST, 1994; EMIRBAYER; GOODWIN, 1994). Essas redes constituem um dos pilares da vida em sociedade, por isso as pessoas estabelecem relações com outras, criam vínculos e partilham valores e conhecimentos (GRANOVETTER, 1985). Essas relações são fundamentais em vários aspectos de nossas vidas, por exemplo, no ambiente escolar, de trabalho e prisional (BILECEN; LUBBERS, 2021; SENTSE et al., 2019).

No ambiente prisional, as relações sociais dos presos com o mundo exterior são restringidas, fazendo com que os presos se adaptem à nova realidade, criando vínculos internos que podem impactar a estrutura organizacional do sistema prisional (SCHAEFER et al., 2017; BOONE; ATHOFF; KOENRAADT; 2016). Na prisão, os presos perdem o contato regular com seus laços familiares e comunidade, por isso, os outros presos funcionam como forma majoritária disponível para atender a necessidade de conexão social (WAKEFIELD; UGGEN; 2010). O estudo das redes de relacionamento no sistema prisional possibilita verificar o seu funcionamento sob outro contexto, já que o encarceramento afeta diretamente as relações sociais dos presos (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019; SENTSE et al., 2019; SCHAEFER et al., 2017).

Dentro dos relacionamentos desenvolvidos na teoria de redes sociais, a confiança é um dos aspectos fundamentais para as relações entre os atores da rede. A filiação na prisão é involuntária e por conta do risco que a prisão proporciona, os presos precisam verificar de forma rápida com quais presos eles podem estabelecer um mínimo de confiança (SCHAEFER et al., 2017). Em pesquisa etnográfica Crewe (2009) e Bronson (2008) revelaram que a confiança é fundamental quando envolve relacionamento entre os prisioneiros. Dentro da literatura do crime organizado, verifica-se que a união desses criminosos é mantida por meio dos laços de confiança (LAMPE; JOHANSEN, 2004).

No Brasil, o sistema prisional não tem conseguido controlar o surgimento e a expansão das organizações criminosas pelo interior dos presídios (SILVA JÚNIOR,

2020; NETTO et al., 2020; BIONDI, 2018; CÍCERO; SOUZA, 2013), agravado pelo crescimento, nos últimos 20 anos, da população carcerária (DIAS, 2011; RAMALHO, 2008). Como consequência, houve elevação das taxas de violência dentro dos presídios, além da expansão e fortalecimento das facções criminosas (CUNHA, 2021; SILVA JÚNIOR, 2020; BERG, 2020; MANSO; DIAS, 2017; DIAS, 2013; CÍCERO; SOUZA, 2013), evidenciando a fragilidade e a perda de controle do sistema prisional pelo Estado (NETTO et al., 2020; SIQUEIRA, 2016; SOUZA, 2009). Dentro desse contexto, devido a expansão do crime organizado pelo sistema, tornou-se importante o estudo das redes sociais dos presos (BERG, 2020).

O presente estudo aplica uma abordagem de rede social as relações pessoais dos prisioneiros, onde se busca analisar e identificar as conexões relacionais que ocorrem sistema prisional, particularmente envolvendo as redes de relacionamentos dos detentos do Presídio Federal em Brasília (PFBRA).

Assim, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília? Para responder à pergunta, foi realizada uma análise dos presos que estão custodiados na PFBRA.

1.1. Objetivos

1.1.1. Geral

Compreender as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília

1.1.2. Específicos

- I. Mapear a rede de relacionamento dos presos que estão reclusos PFBRA;
- II. Descrever as redes formadas pelos presidiários; e
- III. Avaliar a percepção dos servidores sobre a estrutura penitenciária das interações sociais dos presos.

1.2. Justificativas

Diante da necessidade de se verificar como são formadas as estruturas sociais e as formas de interações dentro de uma penitenciária federal de segurança máxima, será analisada a rede de relacionamento dos detentos com os diversos atores que

interagem no meio em que está inserido para entender as peculiaridades existentes dentro do contexto prisional.

Neste sentido, o presente estudo analisará apenas as relações sociais desenvolvidas pelos presos que estiveram reclusos na estrutura de uma Penitenciária Federal a partir da aplicação da análise de redes sociais (ARS) nos relacionamentos entre os presos, os advogados e suas visitas.

Há vários estudos sobre os efeitos do encarceramento (DIAS; BRITO, 2017; ADORNO; DIAS, 2016; SALLA, 2015; DIAS, 2014; ADORNO; SALLA, 2007; DIAS, 2011; RAMALHO, 2008; BALES; MEARS, 2008), contudo, ainda incipientes os relacionados a rede de relações sociais no sistema penitenciário, como observado pelas pesquisas realizadas por Whichard; Schaefer; Kreager (2019) e Schaefer et al. (2017). Conforme Feld (1982), as pessoas criam vínculos com outras por meio do ambiente que estão inseridas. A necessidade de pertencimento é uma motivação humana, sendo apresentada em todas as idades, contextos e culturas, fazendo com que a prisão se torne um contexto ímpar no estudo da rede de relacionamento (SENTSE et al., 2019). Já que a interação social possui grande influência no ambiente prisional, podendo inclusive interferir no funcionamento adequado da prisão (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019).

As pesquisas em rede referente ao processo interpessoal da prisão têm a capacidade de investigar as características estruturais dos sistemas sociais e à interação dinâmica entre a estrutura social e os resultados individuais (ROBINS, 2015). A partir dessa pesquisa, é possível verificar, por exemplo, a influência social, a coesão e o controle social informal dentro do sistema penitenciário.

Sentse et al. (2019) usaram uma perspectiva de rede social para examinar a estrutura das relações sociais entre os prisioneiros holandeses. Assim, com as contribuições desse estudo, verifica-se a relevância da abordagem da rede social para a organização social da prisão e da política penitenciária.

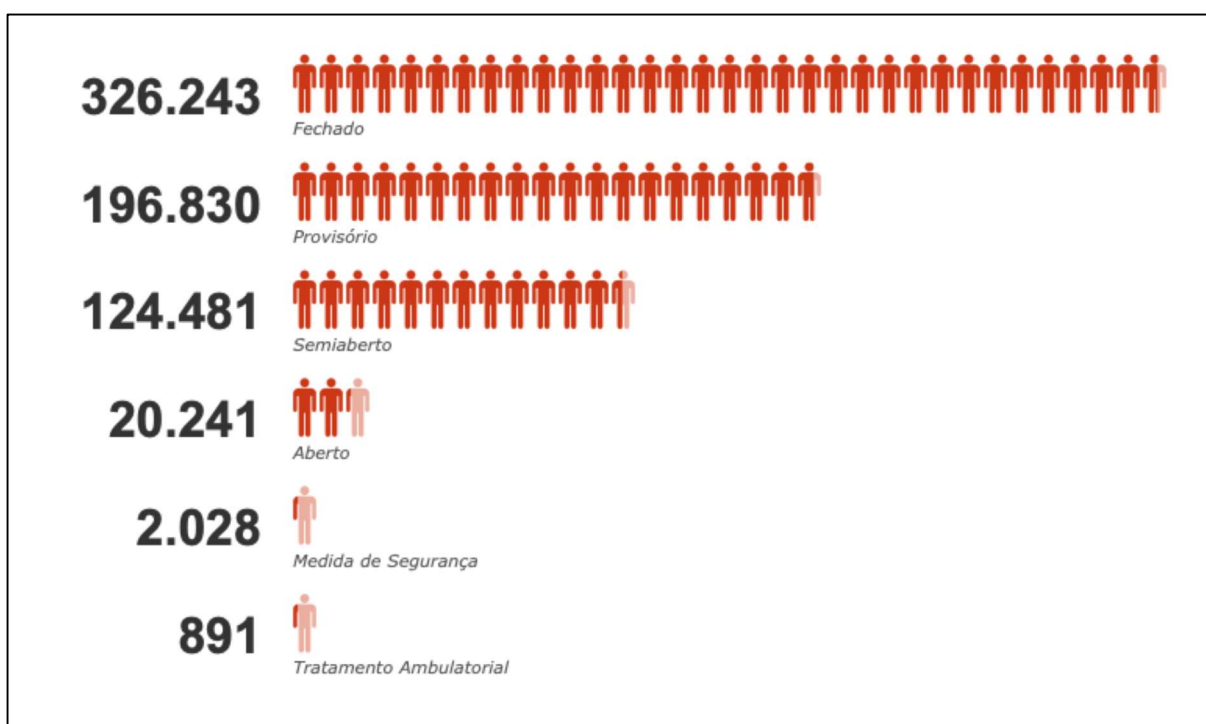
Já Whichard, Schaefer e Kreager (2019) estudaram as relações sociais entre os prisioneiros utilizando a perspectiva de rede social para demonstrar como as pessoas se adaptam ao confinamento. Nota-se a importância de se compreender a estrutura do encarceramento, já que as relações sociais dentro do ambiente prisional compõem o clima prisional, funcionando como termômetro de como os presos

vivenciam e são impactados pelo confinamento (BOONE; ATHOFF; KOENRAADT, 2016). O aprisionamento traz grandes mudanças nas relações interpessoais dos presos, funcionando como uma experiência social única que reestrutura qualitativamente sua vida (NAGIN et al., 2009).

O sistema prisional estadual, da forma que funciona, é usado pelo crime organizado como meio para a troca de experiências criminosas, funcionando como escritório para as facções (BIGOLI; BEZERRO, 2014; DIAS, 2013; CÍCERO; SOUZA, 2013). Estudos realizados por Harris et al. (2018) e Clemmer (1940) informaram que o encarceramento intensifica a criminalidade, já que os presos com maiores habilidades atuam como mentores para os presos menos experientes, fazendo com que os presídios funcionem como escolas do crime.

Conforme dados do DEPEN (2022), no período de julho a dezembro de 2021, o número da população carcerária no Brasil era de 670.714 presos, sendo, de acordo com o Gráfico 1, 326.243 (48,64%) no regime fechado e 124.481 (18,56%) no semiaberto, 196.830 (29,35%) provisórios, 20.241 (3,03%) no aberto e 2.919 (0,44%) em medida de segurança e tratamento ambulatorial, distribuídos entre os 1.582 estabelecimentos estaduais e 05 federais.

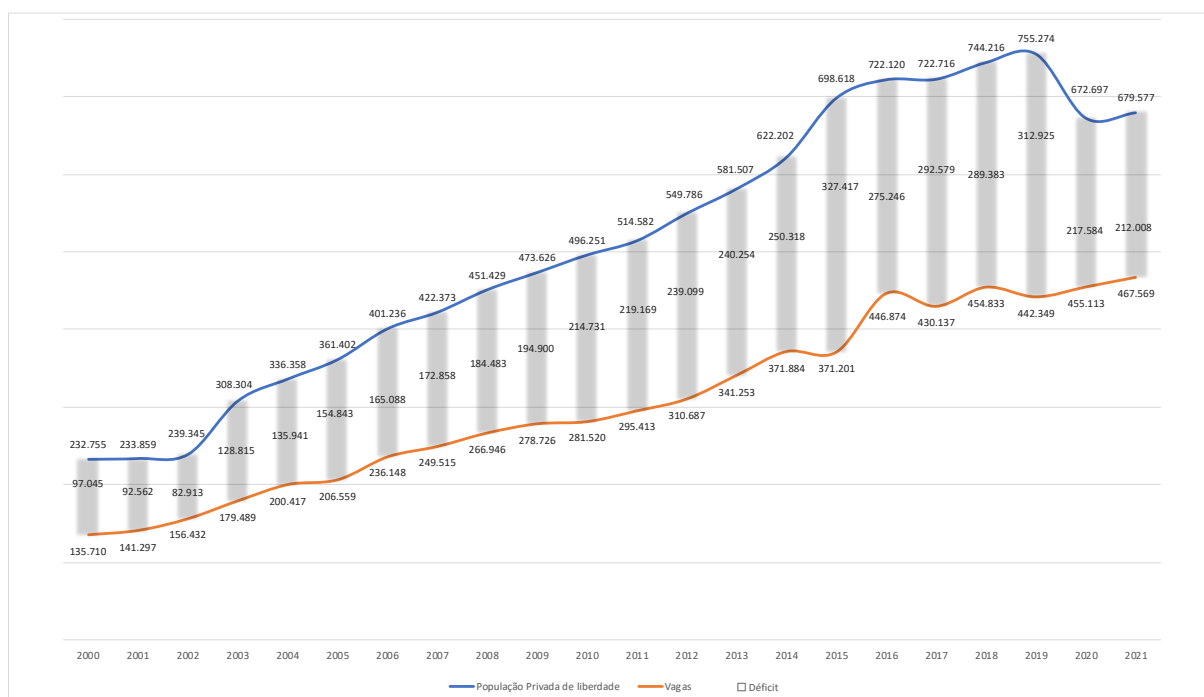
Gráfico 1 - População Prisional no Brasil



Fonte: adaptado de Depen (2022).

Nesse período, o sistema prisional estadual contava com 467.529 vagas e o sistema federal com 1.040, para uma população carcerária de mais de 670 mil detentos. Ao longo de 20 anos houve elevação da capacidade dos presídios, contudo, o crescimento da massa carcerária foi superior à capacidade de geração de novas vagas nas unidades prisionais. Conforme se observa no Gráfico 2, a população privada de liberdade no Brasil sempre esteve em quantitativo maior que a quantidade de vagas disponíveis, o que corrobora para o aumento da violência no interior do sistema prisional estadual.

Gráfico 2 - Déficit total x vagas por ano



Fonte: Depen, formatado pela autora.

Por consequência, quanto maior a taxa de superlotação nos presídios estaduais, maior possibilidade de união dos presos (COELHO, 1988). Diante do agravamento da situação, pode-se citar que problemas como estruturas precárias, superlotação, déficit de agentes penitenciários e falta de controle dos apenados contribuem para esse aumento (NETTO et al., 2020; BONFIM FILHO; FONSECA, 2019). É cada vez maior a quantidade de informações e ordens trocadas de dentro dos presídios brasileiros (BIGOLI; BEZERRA, 2014). Dessa forma, o crime organizado se utiliza das fragilidades do sistema prisional para expandir sua atuação dentro dos presídios estaduais, cooptando novos adeptos e eliminando os rivais (CUNHA, 2021; MANSO; DIAS, 2017; CÍCERO; SOUZA, 2013).

Diante da crise ocorrida entre os anos de 2001 e 2006, em que houve uma série de rebeliões em presídios estaduais, tendo a violência também se alastrado extramuros, verificou-se que presos continuavam comandando ações criminosas em presídios estaduais de segurança máxima (NUNES; 2020). Dessa forma, o Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi erguido para conter uma população carcerária específica em meio à crise enfrentada na segurança pública.

Logo, uma das formas encontradas pelo poder público de desarticular as organizações criminosas que estão inseridas no sistema prisional estadual se dá por meio da inclusão dos presos nas penitenciárias federais, afetando a construção ou manutenção dessas redes sociais mais articuladas no sistema prisional estadual.

Assim, a abordagem em rede funciona como uma importante ferramenta no estudo do crime organizado que está inserido no sistema prisional. Pois, as redes criminosas se dão através do conjunto de atores conectados por laços, que se apoiam para a prática de atos ilegais (LAMPE, 2001).

Em análise realizada por Bronson (2008) verificou-se que a cultura dos presos é constituída a partir da confiança e respeito. Um estudo realizado por Crewe (2009) revelou que a confiança funciona como elemento exigido quando se trata dos relacionamentos entre os presos. Em geral, as pessoas fazem amizades e constroem confiança com o tempo, diferentemente do que ocorre na prisão, já que a confiança antecede a amizade (BRONSON, 2008).

O método de análise de rede social permite verificar a estrutura do grupo referente as interações entre os indivíduos, a importância desses indivíduos dentro da rede e qual a dinâmica de toda a rede (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012). Nas redes sociais ilícitas, os atores tentam ocultar suas identidades e suas atividades, evitando dessa forma serem detectados (FAUST; TITA, 2019).

Sentse et al. (2019) examinaram, na perspectiva de rede social, a estrutura das relações sociais entre os prisioneiros holandeses. Já Grund e Morselli (2017) usaram os registros de uma prisão em Quebec para construir uma rede de relacionamento entre os presos. Em estudo realizado por Kreager et al. (2015) demonstraram que, sob a ótica da atuação em rede, é possível realizar uma avaliação quantitativa da cultura prisional, informando quais são as características básicas da estrutura social

na prisão e como são fundamentais para melhorar a segurança do estabelecimento prisional.

Para se analisar uma rede social é preciso estabelecer o conjunto de atores relevantes e o vínculo entre eles (KREAGER et al., 2015). Apesar da importância de se estudar as relações sociais entre os prisioneiros, essa temática ainda é um desafio ao pesquisador quando se trata da coleta de dados de rede social no ambiente prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019; SENTSE et al., 2019).

Em relação ao uso da análise de rede social em grupos criminosos, por conta da dificuldade de acesso aos dados, alguns pesquisadores adaptaram suas pesquisas e utilizaram dados extraídos de bancos de dados de criminosos, de transcrições de vigilância física ou eletrônica, resumos de interrogatórios policiais, transcrições de processos judiciais e relatórios da mídia (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012). Dessa forma, por conta do ambiente que está pesquisa está inserida, foi utilizado os registros do banco de dados administrativo da penitenciária federal em Brasília.

Um dos desafios da administração penitenciária é verificar a estrutura global da rede, a partir daí será possível romper a coesão do grupo por meio da segregação ou transferências dos presos, a fim de limitar essa interação (KREAGER et al., 2015). Este estudo poderá subsidiar o gestor do sistema prisional no sentido de verificar a percepção da estrutura penitenciária da interação social dos presos e, dessa forma, garantir os propósitos da prisão, uma vez que com a compreensão da estrutura da rede é possível realizar estratégias eficazes (FAUST; TITA, 2019).

Levando em conta a pergunta de pesquisa desta dissertação, bem como os objetivos enumerados para respondê-las, as justificativas e considerando que nos estudos científicos nem tudo que está relacionado ao tema pode ser estudado de uma só vez, Gil (1999) informa que a delimitação de pesquisa se refere aos limites que são estabelecidos para a investigação.

Assim, apesar da impossibilidade de realizar entrevistas com os presos, por se tratar de uma penitenciária federal de segurança máxima, foi possível ter acesso aos dados que permitiu realizar o estudo das relações sociais que são formadas entre os presos, entre estes e seus advogados e suas visitas.

Para tanto, foram coletados os dados administrativos dos 29 presos que se encontravam na PFBRA em dezembro de 2021, além dos 21 questionários

respondidos pelos servidores do Sistema Penitenciário Federal. Dessa forma, foram utilizados a análise de rede social e a análise de conteúdo, complementadas pelo uso dos softwares R, IBM® i2® e Iramuteq.

Para responder a essas questões, o presente trabalho foi dividido em mais quatro capítulos, além da Introdução, sendo: (i) Referencial Teórico, com a base teórica do presente estudo; (ii) Metodologia de Pesquisa empregada, contendo a caracterização da pesquisa; (iii) Análise e Discussão dos Resultados, em que os dados serão analisados e os achados confrontados com a teoria; e por último a (iv) Conclusão, que irá fechar o estudo, além de demonstrar as limitações da pesquisa, bem como a proposição de novas investigações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente tópico tem o objetivo de apresentar os principais aspectos sobre a teoria das redes sociais, mais precisamente sobre as redes interpessoais e as redes informais e como essas redes estão inseridas no ambiente prisional.

Primeiramente, será abordada as redes sociais, com enfoque nas redes interpessoais e redes informais. Em seguida, um breve histórico do surgimento do crime organizado e sua relação com o sistema penitenciário. E, por fim, a estrutura de funcionamento do sistema penitenciário federal, sendo que esta última parte visa apresentar o sistema, uma vez que o foco principal do trabalho está nos presos que estão reclusos na PFBRA.

Os temas apresentados não possuem a intenção de esgotar a matéria, pretendendo-se fornecer os subsídios teóricos necessários à realização do estudo.

2.1. Redes Sociais

Uma “rede é o conjunto de pessoas ou empresas (denominadas de nós) interligadas por meio de relações dos mais diversos tipos (laços)” (LAZZARINI, 2008, p. 2). Para Pascotto et al. (2013), redes é a forma de descrever quem se relaciona com quem. Representa um conjunto de atores e suas conexões, podendo ser definida como conjunto de laços ou nós (MEIRELLES et al., 2014; IACOBUCCI; SALTER II, 2012; SANTOS; ROSSANI; MACHADO-DA-SILVA, 2011; MARTES et al., 2006; WASSERMAN; FAUST, 1994; GRANOVETTER, 1973).

O conceito de redes surgiu na década de 30, momento em que se verifica a importância das redes informais nas relações das organizações (NOHRIA, 1992). Ebers (1997) defende que o tema redes pode ser explorado por diversas formas, por exemplo, a social, a econômica e a organizacional.

Observa-se que houve uma ascensão nas pesquisas após as publicações realizadas por pesquisadores como Thorelli (1986) que verificou que a posição do ator dentro da rede funciona como um meio para a realização de uma estratégia; Coleman (1988) informando que as redes sociais devem ser pensadas como uma forma de capital social, ou seja, como uma moeda de troca; e Porter (1999) que analisou o papel dos atores na busca da vantagem competitiva. Verifica-se que, nas últimas

décadas, houve um crescimento nas pesquisas de rede social abordando a interdependência entre as pessoas e o ambiente social que estão inseridas (VEENSTRA; DIJKSTRA; KREAGER, 2018).

No campo da pesquisa interdisciplinar, redes sociais teve sua origem na psicologia com Moreno em 1934 inventando a sociometria e a Escola de antropologia de Manchester sistematizando o estudo das redes sociais (BILECEN; LUBBERS, 2021), cujo objetivo era analisar as relações emotivas interpessoais.

Segundo Molina (2004), a análise de rede social – ARS é uma derivação de quatro escolas: Escola de Manchester, Escola de estudos de comunidades, Escola de estudos de estimação do tamanho das redes pessoais, e Escola de capital social.

Tabela 1 - As principais escolas que deram origem a ARS

Escola	Objetivos	Métodos utilizados	Principais Estudos
Escola de Manchester	Através de lutas políticas e conflitos pessoais foi possível verificar a relação entre a estrutura da rede pessoal e a conduta pessoal em determinados ambientes.	Sociogramas; observação dos participantes; e teorias dos gráficos e matrizes.	Barnes (1954) Bott (1955 e 1957) Epstein (1957 e 1963) C. Mitchell (1969) Kapferer (1972) Boissevain (1973)
Escola de estudos de comunidades	Aqui é possível verificar as principais características das redes sociais.	Pesquisas egocêntricas; e base de dados públicos.	Laumann (1973) Fisher (1982) Wellman (1979, 1982, 1988, 1997, 1999) Litwin (1996) Tilburg (1998) Ferrand (1999)
Escola de estudos de estimação do tamanho das redes pessoais	São utilizados os termos: contatos acumulados, contatos ativos e laços fortes para responder à pergunta: Quantas pessoas você conhece?	Uso de listas telefônicas; método <i>Scale-up</i> .	Poole y Kochen (1978) Killworth e Bernard (1978 e 1984) Killworth et al. (1998 e 1990) Freeman e Thompson (1989) Bernard (1990 e 1998) McCarty (1997 e 2000)
Escola de capital social	O capital social é verificado através de três grupos, como foco: i) na pessoa; ii) na rede; iii) nas sociedades civis.	Gerador de nomes através das posições sociais ou dos recursos acessíveis.	Lin (1982 e 2001) Lin et al. (2001) Burt (1992) Flap et al. (1999) Van der Gaag e Snijders (2003)

Fonte: Molina (2004).

Por ser uma técnica interdisciplinar que observa dentro de um contexto qual o papel do indivíduo ou grupo, grande parte dos estudos sobre análise de redes ocorre com as relações entre as pessoas e sua conexão (TSVETOVAT; CARLEY, 2005). A

partir dos dados relacionais é possível verificar as diferentes formas de vínculo que são formados entre os indivíduos, podendo se dar por meio de suas propriedades, como coesão, poder, prestígio e suas formações sociais, como redes, grupos e organizações hierárquicas.

Essa análise possibilita o mapeamento e a individualização das relações estabelecidas (WASSERMAN; FAUST, 1997). Tem como princípio de que o conteúdo das relações sociais é determinado pela estrutura de sua rede (MIZRUCHI, 2006). Ademais, para Masquieto, Sacomano Neto e Giuliani (2011), essa análise tem como foco os relacionamentos estabelecidos e não as características individuais dos atores.

A partir dos conceitos-chave é possível definir uma rede social, dessa forma, segue abaixo os principais conceitos que serão utilizados na ARS:

Tabela 2 - Conceitos-Chave

Palavras-Chave	Conceito	Autores
Ator	Indivíduo, organização ou países.	Wasserman, Faust (1994)
Atributo	Com ele é possível identificar e diferenciar os atores ou os grupos de atores da rede.	Borgatti et al. (2018)
Laço Relacional	Conectam os atores entre si.	Granovetter (1973); Wasserman, Faust (1994)
Relação	São laços específicos entre os membros do grupo.	Wasserman, Faust (1994)
Subgrupo	Através dos subconjuntos de atores são formados os subgrupos.	Wasserman, Faust (1994); Hanneman (2001)

Fonte - Elaboração própria

Verifica-se na bibliografia de análise de redes sociais que o papel dos vínculos sociais funciona como transmissores de informações, capital social, influência e recursos (MARQUES, 2006; BARABASÍ, 2003; MARTELETO, 2001; BORGATTI et al., 1999; COOK, 1977; GANOVETTER, 1973).

Essa técnica constitui-se em uma metodologia que analisa o conjunto de relações estabelecidas entre os atores em movimento de interação (SILVA, 2014). Conforme Borgatti, Everett e Johnson (2018), essas relações podem ocorrer por meio dos laços familiares, da amizade e da confiança. Realizando o estudo das relações entre os atores, são verificadas as estruturas sociais que são formadas a partir dessas relações (REYES JR.; GONÇALO; BRANDÃO, 2012). A partir do mapeamento da rede de relacionamentos de organização é possível caracterizar os grupos e

subgrupos que compõe a rede analisada, bem como a centralidade de seus membros (VIEIRA; REYES JR.; FERNANDES, 2017).

Conforme Souza e Quandt (2008), há duas formas de se explorar o estudo das redes, a saber: (i) do aspecto posicional, que representa o nós e elos retratando a estrutura da rede; e (ii) do aspecto relacional, que diz respeito as interações e os padrões de relacionamento entre os atores. Portanto, as características das redes e a coesão fazem parte da análise do estudo de rede, já que as diferentes forças e níveis de centralidade indicam o poder dos relacionamentos (REYES JÚNIOR et al., 2018).

Os atores (indivíduos/organizações) são representados na rede pelos “nós”, após sua inserção em uma estrutura de rede social. Essa inserção poderá ocorrer sob a forma de díades ou tríades (ou mais nós), que representa um conjunto de atores que são unidos a partir das relações estabelecidas entre eles. Essas estruturas dão origem as formas de relações que são estabelecidas entre eles. Nas díades as relações podem ser fortes e o fluxo de informação não é interrompido, diferentemente do que ocorre nos grupos maiores, que poderá haver interrupções (SIMMEL, 1983).

Para se desenhar uma rede é preciso observar a posição que o ator ocupa dentro da rede, essa posição está ligada à sua trajetória (postura e atitude) na estrutura social. Já o grupo é constituído pela posição que o ator ocupa na rede e os atores que estão ligados a esse ator. Uma das causas que liga um ator ao outro são as crenças que compartilham, a amizade ou oportunismo.

A partir da topologia e estrutura é possível entender o funcionamento da rede social (FRANCO, 2008). Partindo dessa premissa, pode-se verificar a estrutura geral das redes, sua localização, a relevância dos atores, seu grau de densidade e a centralidade das conexões. (ANDREOLI et al., 2019; MACEDO-SOARES, 2002). As redes podem estar conectadas tanto no ramo estrutural como na subjetividade de suas relações. O tamanho dessa rede pode ser verificado através do quantitativo de atores e da intensidade do relacionamento dentro dessa rede (WASSERMAN e FAUST, 1994; THOMPSON, 2003). Para Lazzarini (2008) uma rede pode ser caracterizada pela sua estrutura e posição, ou seja, por meio da densidade e centralidade. A qualidade das relações pode ser indicativa de coesão ou de um aumento na densidade da rede, e os atores podem ter suas características influenciadas por sua posição na rede.

A tabela 3 abaixo especifica quais são os principais padrões de relacionamentos, conforme os ensinamentos de Cross e Parker (2004):

Tabela 3 - Padrões de Relacionamentos

Padrões de Relacionamentos	Definição	Características
Conectores centrais ou hubs	O ator possui um número desproporcional de relacionamento dentro da rede.	Dentro da rede, esse ator pode ser considerado um expert ou um gargalo.
Interfaceadores ou Boundary spanners	São atores que conectam os subgrupos dentro de uma rede.	A conexão entre os subgrupos podem ser através: dos aspectos funcionais dos aspectos geográficos da posição hierárquica
Intermediários de informação ou Information brokers	São os atores que estão mais próximos dos outros, ou seja, é um potencial elo entre os membros da rede.	Esses atores conseguem disseminar a informação e conectar a rede.
Pessoas periféricas ou Peripheral people	Esses atores possuem uma pequena conexão dentro da rede.	Geralmente são atores novos na rede ou que de alguma forma não estão devidamente motivados.

Fonte: Cross e Parker (2004)

Reyes Júnior et al. (2018) apontam que a análise de redes sociais identifica a estrutura e as características relacionais dos atores. Para os autores (2018), o poder nos relacionamentos está ligado a centralidade do agente, por isso a análise tem como foco os diferentes níveis e força de centralidade. Ao se verificar o posicionamento estrutural de cada ator na rede, Morselli (2013) observa que dentro da rede criminosa, o posicionamento do ator é relevante. Conforme ensinamento de Wasserman e Faust (1994), os atores que possuem muitos laços estão inseridos nas posições estratégicas dentro da rede.

A rede poderá expandir-se pelos atores que possuem contato direto entre os nós ou intermediários (NELSON, 1984). E dessa expansão poderá gerar novas redes ou aperfeiçoar as existentes (PASCOTTO et al, 2013). Logo, é importante identificar o nível de cada ator dentro da rede de relacionamento dos presos na PFBRA, qual seu grau de influência e capacidade de modificar ou potencializar o funcionamento das redes já existentes.

Logo após essas contribuições, a pesquisa em redes avançou no campo das ciências sociais, inclusive no ramo da criminologia e justiça criminal (FAUST; TITA, 2019; PAPACHRISTOS, 2014), gerando um maior interesse em relação ao contexto prisional (KREAGER et al, 2016).

Kreager et al. (2015) observa que a interação entre presos são restringidas porque geralmente a estrutura espacial da prisão são divididas, por exemplo, em alas, unidade ou vivências. A análise das redes sociais possibilita quantificar três características chave nas relações sociais dos presos. A primeira mensura o nível de inserção social dos presos, ou seja, qual a densidade da rede. Já a segunda possibilita analisar se os presos formam relações com quem compartilha um amigo em comum. E por fim, a última característica chave verifica a formação das relações através da homofilia, que pode ser formada por algum contexto que o ator está inserido, por exemplo, relações de amizade, conexões por participar de uma organização criminosa.

Schaefer et al. (2017) verificou em sua pesquisa que os presos tendiam a padrões de homofilia para idade, raça, tempo passado na prisão e religião, além dos laços sociais da reciprocidade e transitividade. O estudo de Sentse et al. (2019) teve como foco os fatores sociodemográficos como a homofilia e as posições dos presos na rede (popularidade e seus laços sociais de entrada e saída), o que contribuiu para uma visão completa de como ocorre a conexão social e a integração dos presos na prisão.

Após todos esses avanços, a teoria das redes sociais passou a ser utilizada para verificar como as relações interpessoais influenciam no funcionamento da rede. Essa teoria tenta identificar as estruturas sociais que emergem a partir das várias formas de relações, utilizando métodos e técnicas específicas. Pautando-se nessa linha, as relações interpessoais tornam-se centrais neste estudo.

2.1.1. Redes interpessoais

A teoria das redes sociais é utilizada para explicar as relações interpessoais, com o propósito de identificar a formação das estruturas relacionais (TOMAEL; MARTELETO, 2006; HANNEMAN; RIDDLE 2005; WASSERMAN; FAUST, 1994). Fuhse (2015) verifica que a abordagem relacional, decorrente da sociologia cultural, é capaz de explorar as estruturas e explicar os relacionamentos, as normas e culturas dentro das redes.

Os atores das redes sociais são ligados entre si por meio de várias conexões, representam um conjunto de pessoas que se unem para trocar ideias e recursos em torno de valores e interesses que são por eles compartilhados (MARTELETO, 2001).

A natureza de seus vínculos pode se dar pelas relações de amizade, crença, interesse comum, prestígio, parentesco, entre outras (BORGATTI; EVERETT; JOHNSON, 2018; WASSERMAN; FAUST, 1994).

As pessoas passam a se relacionar com outras pessoas por meio de relações sociais, ocorrendo um senso de pertencimento e identificação com toda a organização (MACIEL, 2015). Essas relações funcionam como uma importante ajuda para o enfrentamento da vida cotidiana (BILECEN; LUBBERS, 2021), inclusive no contexto prisional, local que os presos perdem a conexão regular com seus amigos e familiares (SENTSE et al., 2019). Uma das características da rede informal é a afinidade que os atores possuem entre eles, o que reforça seus vínculos na rede (BOURDON, 2009).

Pode-se analisar as redes sociais sob duas perspectivas: a teórica e a metodológica. A teórica se utiliza da teoria das redes, ao passo que a metodológica utiliza as técnicas de análise das relações para verificar a estrutura da rede e a posição de seus atores (LIMA NETO; PEREIRA, 2017; MENDES et al., 2013). A análise de redes sociais constitui-se em uma metodologia que analisa o conjunto de relações estabelecidas entre os atores em movimento de interação (SILVA, 2014).

A análise de redes sociais - ARS é uma técnica utilizada como ferramenta de análise, que devido os avanços computacionais e sociais essa análise passou por alguns progressos (SORIC et al., 2017), sendo aplicada em diversos campos, por exemplo, no contexto prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019; SENTSE et al., 2019; RIBEIRO et al., 2019; KREAGER et al., 2015) na saúde (COHEN et al., 2000) e na gestão do conhecimento (CROSS et al., 2001; PARKER et al., 2001). Essa técnica possibilita o mapeamento e a individualização das relações estabelecidas (WASSERMAN; FAUST, 1997). Logo, a estrutura da rede é determinada pelo conteúdo das relações sociais (MIZRUCHI, 2006). Ademais, para Masqueto, Sacomano Neto e Giuliani (2011), essa análise tem como foco os relacionamentos estabelecidos e não as características individuais dos atores.

De acordo com Setse et al. (2019), rede social significa um conjunto de pessoas dentro de determinado ambiente que estão conectadas por meio de laços sociais, por exemplo, a amizade. Conforme Fehr e Fischbacher (2003), a amizade pode ser caracterizada através da semelhança em relação aos aspectos como sexo, idade, traços de personalidade, confiança, frequência de interação, aceitação, respeito, contato físico e interesse e atividades compartilhadas. Para Bronson (2008) escolher

amigo envolve compartilhar experiências, construir solidariedade e realizar trocas emocionais. Um dos critérios utilizados para mapear as relações interpessoais é a confiança, que exerce um papel importante de colaboração e cooperação em ambientes incertos (REED, 2001). Diante disso, a confiança pode ser analisada a partir de um processo diáde.

Embora, para alguns autores o termo confiança é confuso e vago (MISZTAL, 1996; SELIGMAN, 1997), Bronson (2008), ressalta que as pessoas, em geral, fazem amizades e constroem confiança com o tempo, diferentemente do que ocorre na prisão, já que a confiança antecede a amizade (BRONSON, 2008).

Em relação ao crime organizado, a confiança é tratada pela literatura como uma característica óbvia, pois é o que mantém os criminosos unidos (LAMPE; JOHANSEN, 2004). Conforme Paoli (2002), a confiança é um requisito que fornece aos membros da organização criminosa uma vantagem competitiva em relação ao mundo do crime.

Em se tratando do ambiente prisional, o conceito de amizade é problemático (CREWE, 2009), já que alguns presos preferem não usar esse termo ao descrever seu relacionamento com outro preso (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Um dos fatores que contribuem para essa desconfiança, revela-se na natureza involuntária da prisão e que nela encontram-se presos de alto risco, o que colabora para se ter um ambiente comprometedor para a formação de relacionamento (SENTSE et al., 2019).

Dessa forma, na prisão, os laços sociais de apoio e a confiança são escassos (LIEBLING; ARNOLD, 2012). Mas, quando os presos conseguem formar um relacionamento, essas redes sociais podem fornecer suporte instrumental ou emocional (SENTSE et al., 2019). Para Crewe (2009), em alguns casos, os presos conseguem formar relacionamentos significativos e duradouros na prisão. Em pesquisa realizada, Shivastava (1973) examinou quais eram os objetivos para se formar e manter uma amizade na prisão. O autor (1973) concluiu que se tratava de uma necessidade dos presos, já que alguns faziam alianças com propósito de intimidar ou explorar os presos mais fracos.

Ao tentar regular as relações constituídas entre os presos, a administração penitenciária tenta identificar as amizades que são prejudiciais tanto para o preso quanto para o funcionamento da prisão (BRONSON, 2008). Já que as redes, que são

fortemente integradas, possibilitam que sejam promovidos conflitos nas prisões de forma rápida e combinada (PAPACHRISTOS et al., 2013). Com efeito, é preciso explorar a relação da confiança dentro do crime organizado, que inclui nessas organizações criminosas diversos atores ou nós da rede, inclusive os advogados dos presos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

Von Lampe e Johansen (2004) realizaram uma pesquisa para ilustrar que existem vários tipos de confiança, com diferentes consequências em relação à sua violação. Para isso, os autores (2004) conceituaram o que é confiança e como ela é tratada pelo crime organizado, além de realizarem uma compreensão de como a confiança surge entre os criminosos e como ela contribui para a cooperação criminosa.

No contexto do crime organizado, é possível utilizar a abordagem em rede. Recentemente, foram realizadas algumas pesquisas que envolvem organizações criminosas, gangues e presos (OUELLET et al., 2017; SCHAEFER et al., 2017; GRAIF et al., 2017; GRUND; DENSLEY, 2015; SCHAEFER, 2012).

As redes criminosas atuam de forma multimodais e dinâmicas com a finalidade de escapar da aplicação da lei e dos avanços tecnológicos dos órgãos de repressão (HASHIMI; BOUCHAR, 2017; BRIGHT; DELANEY, 2013; MORSELLI et al., 2007). Apesar dos normativos e das autoridades policiais, a estrutura da rede criminosa continua cumprindo seus objetivos (FAUS; TITA, 2019). Para Morselli (2009), essas redes carecem de compartilhamento e trocas de recursos. E não raramente, essas redes incluem atores não criminosos, como amigos e familiares (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009). Isto posto, através da análise da rede é possível demonstrar os papéis que os afiliados da rede criminosa podem desempenhar (OUELLET; BOUCHAR, 2018).

2.1.2. Redes Informais

As redes sociais podem ser analisadas a partir dos aspectos formal ou informal da rede, ou seja, se essa rede representa o que foi prescrito e estruturado ou essa rede surge de forma espontânea entre os atores (LEONARDO et. al., 2019).

Kuipers (1999) informa que rede social formal constitui as ligações ou laços prescritos mediante as posições sociais formais ou padronizadas. Já a rede informal não é prescrita e suas interações dependem dos atributos pessoais dos atores.

Na rede informal é possível que a informação circule de forma mais rápida. Nesse sentido, as redes informais podem facilitar a transferência de recursos e informações entre os atores (KUIPERS, 1999). Essas redes são constituídas por pessoas que utilizam seu relacionamento pessoal para obter informações para si ou para a organização que integra, beneficiando ambos (CROSS; NOHRIA; PARKER, 2002). Essa rede pode ser utilizada para compartilhar informações, solucionar problemas e entregar serviços (PROVAN; MILWARD, 2001).

Tem por principal característica a informalidade nas relações, ou seja, inexistente qualquer tipo de acordo ou contrato formal (GRANDORI; SODA, 1995). Dessa forma, não existe entre os membros acordo formal, mas somente uma interação que é estimulada por intermédio da confiança (HUANG et al, 2020). A partir dessas interações sociais as informações e os recursos fluem de forma mais rápida, o que permite o acesso a outros atores (MOLINA-MORALES; MARTÍNEZ FERNANDES, 2010).

Uma das diferenças verificadas entre as redes formais e as informais está no fato de que os atores possuem a prerrogativa de entrarem ou saírem sem a necessidade de permissão dos membros (HUANG et al, 2020), ou seja, a rede informal não é coercitiva.

Uma outra característica da rede informal refere-se ao contágio social, quando uma parte do grupo influencia no comportamento dos outros. Conforme Burt e Merluzzi (2014), as pessoas mantêm comportamento, atitude e crenças de forma semelhante aos de seus laços sociais.

Essa estrutura informal é de alta complexidade por ser uma estrutura em constante mudança, diferentemente da rede formal. A formalidade refere-se a regras, normas ou procedimentos formais de interação (metodologia de análise de rede).

Observa-se que alguns autores do campo das redes informais intraorganizacionais, verificaram que as redes informais se constitui em uma ferramenta poderosa para as organizações (SILVA, 2003; CROSS; PRUSAK, 2002; KUIPERS, 1999).

Para Ribeiro e Rodriguez (2016) é possível verificar o relacionamento formal atendendo ao organograma da empresa, ao passo que, no relacionamento informal é preciso explorar mais o campo referente a troca de informações e conhecimento.

Entretanto, DiMaggio e Powell (1983) informam que as estruturas formais como as contidas nos organogramas diversas vezes divergem dos padrões de relacionamento entre os membros da organização.

Verifica-se que nas redes informais geralmente os atores possuem alto grau de homofilia (CHEN; KRAUSKOPF, 2013). Isto é, existe uma predileção por semelhança na escolha de parceiros para relacionar-se, já que a similaridade facilita a comunicação e aumenta a confiabilidade, o que corrobora para o melhor entendimento entre as pessoas (MCPHERSON et. al., 2001). Conforme Lazarsfeld e Merton (1954) essa homofilia pode ser verificada por intermédio do atributo status (ocupação, sexo e idade) ou de valor (atitudes, crenças ou valores).

Estudo realizado por Krajewski, DellaPosta e Felmler (2022) investigaram a relação entre a estrutura formal (organograma) e a informal (rede de colaboração) nas organizações da máfia ítalo-americana. Conforme apontado por Morselli (2009), apesar de gerar divergência no organograma, as organizações criminosas preferem flexibilizar e descentralizar sua estrutura informal, já que os órgãos de segurança pública se utilizam da estrutura da rede para desmantelar as organizações criminosas (KNOKE, 2015).

Apesar da importância de se verificar as estruturas informais nas prisões, foram poucas as pesquisas que aplicaram o método de rede para estudá-las (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Nas pesquisas etnografias da prisão e nos estudos de casos é possível verificar a descrição da organização informal dos presos (SIMON, 2000; CREWE, 2007). A organização social dentro da prisão estabelece o clima prisional (BOONE; ATHOFF; KOENRAADT, 2016).

Em seu estudo Skarbeck (2014) relatou que gangues de drogas que são baseadas em raça preenchem a lacuna do controle formal ao manter a ordem na prisão. Já para Irwin e Cressey (1962), as estruturas sociais na prisão refletem as estruturas sociais fora da prisão.

2.2. O Crime Organizado e o Sistema Penitenciário

O surgimento das organizações criminosas pelo mundo provoca instabilidade institucional em vários países (VERGARA, 2013). Não há como precisar o surgimento do crime organizado no Brasil. A pioneira se remete a época do cangaço, onde um

grupo armado se reunia para praticar delitos (NETTO et. al., 2020; LIMA, 2014; CÍCERO; SOUZA, 2013).

A falha do Estado nas questões sociais provocou o surgimento das organizações criminosas nos presídios, pois o Estado não proporcionou condições mínimas de existência dentro dos presídios brasileiros, fazendo com que os presos buscassem meios de se organizar para melhorar suas condições de sobrevivência (NETTO et. al., 2020; BONFIM FILHO; FONSECA, 2019; MANSO; DIAS, 2017; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2013; SALLA, 2006). As duas principais organizações criminosas ramificadas por praticamente todo o território nacional são: PCC – Primeiro Comando da Capital e CV – Comando Vermelho, aquele oriundo do estado de São Paulo, e esse do Rio de Janeiro (BERG, 2020; CÍCERO; SOUZA, 2013; SALLA, 2006).

É cada vez maior a quantidade de informações e ordens trocadas de dentro dos presídios brasileiros (DIAS, 2013). O crime organizado veio para ficar e não desaparecerá após uma ou duas operações policiais (MINGARDI, 2006, p. 51).

Os registros apontam que a primeira organização criminosa constituída e estruturada dentro de um modelo organizacional foi o Comando Vermelho (NETTO et al., 2020; CÍCERO; SOUZA, 2013). Este surgiu na década de 1970 no Estado do Rio de Janeiro, oriunda no instituto Penal Cândido Mendes, popularmente conhecido como o presídio da Ilha Grande (CÍCERO; SOUZA, 2013; GOMES, 1997). No período do regime militar era feita a junção de presos comuns com presos políticos, permitindo que presos comuns recebessem lições e aprendizados dos presos políticos quanto a sua organização, estrutura hierárquica, ações de proteção e enfrentamento do sistema estatal, surgindo assim, o comando vermelho (NETTO et al., 2020; CÍCERO; SOUZA, 2013; AMORIM, 2005).

Em alguns estabelecimentos prisionais no Rio de Janeiro, o CV passou a assumir as funções de serviço social, promovendo festas natalinas e oferecendo assistência aos presos e suas famílias (CÍCERO; SOUZA, 2013).

Os crimes cometidos pelas organizações criminosas incluem tráfico de drogas e armas, roubo de cargas, lavagem de dinheiro, corrupção, dentre outros, tendo como característica comum o emprego de diversas formas de violência para sua prática (NETTO et al., 2020; MANSO; DIAS, 2017; DIAS, 2013; AMORIM, 2005).

Da divisão da organização criminosa CV surgiu o Terceiro Comando – TC - em 1980, e em 1994, surgiu a Organização Amigos dos Amigos – ADA (AMORIM, 2005). A década de 1990 teve como destaque a guerra das organizações criminosas, bem como o fortalecimento de cada uma delas (CÍCERO; SOUZA, 2013; SALLA, 2006).

Nos presídios, os presos tiveram que ser separados de acordo com o vínculo que possuíam com cada organização, caso contrário, o preso que era membro de uma facção se fosse colocado entre os presos de outra facção era brutalmente assassinado (AMORIM, 2005). Neste período o CV deixou de priorizar o assalto a banco e passou a ter como negócio o tráfico de drogas e de armas.

No Rio de Janeiro, o CV controlou o tráfico de drogas de forma absoluta, dominando grande parte das favelas cariocas (NETTO et al., 2020; AMORIM, 2005). Com sua ideologia de assistencialismo, o CV chega as comunidades carentes, passando para os traficantes a responsabilidade de assumir os setores da saúde, educação, segurança e lazer (MANSO; DIAS, 2017; CÍCERO; SOUZA, 2013). Criando um poder paralelo nestes territórios, pois determinavam quem podia frequentar aquela localidade, exercendo poder sobre as pessoas (CÍCERO; SOUZA, 2013).

O estado com intuito de segregar os principais líderes do CV em diversos presídios do Estado, acabou beneficiando a organização criminosa em sua expansão e supremacia. Pois, mediante a distribuição e desarticulação da cúpula, ocorreu a dispersão da doutrina e o aumento do número de seus membros e ações, ocasionando o fortalecimento de sua concepção como organização criminosa.

Já o Primeiro Comando da Capital, foi fundado em 31 de agosto de 1993, na Casa de Custódia de Taubaté em São Paulo (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2017; BIGOLI; BEZERRO, 2014; CÍCERO; SOUZA, 2013). Sendo considerado de segurança máxima, os detentos permaneciam 23 (vinte e três) horas nas celas, tendo 01 (uma) hora para o banho de sol (SOUZA, 2006).

O PCC surgiu da união e da convergência de ideias de oito presidiários. Durante uma partida de futebol, os oito criadores do PCC resolveram iniciar um pacto de confiança visando escapar da punição, depois de uma briga de detentos, onde vários morreram (CÍCERO; SOUZA, 2013; AMORIM, 2011). O objetivo dos idealizadores da facção era combater a opressão dentro do sistema prisional paulista, ou seja, combater a violação de direitos dos presos, prevista na Lei de Execução

Penais (BIGOLI; BEZERRO, 2014; SOUZA, 2006). Também queriam vingar a morte dos cento e onze presos ocorridas no pavilhão 9 (nove) da Casa de Detenção de São Paulo/SP, mundialmente conhecida como massacre do Carandiru (SOUZA, 2006).

Nessa época, é criado o estatuto do PCC, contendo 16 (dezesesseis) artigos, trazendo de forma clara seus objetivos e dever de lealdade entre seus membros (BIGOLI; BEZERRO, 2014; SOUZA, 2006).

Em fevereiro de 2001, Idemir Carlos Ambrósio, o líder do PCC, coordenou, de forma simultânea, uma megarrebelião em 29 (vinte e nove) presídios paulistas, sendo as ordens transmitidas por meio de aparelhos celulares (MANSO; DIAS, 2017; BIGOLI; BEZERRO, 2014; CÍCERO; SOUZA, 2013).

Em 2003, o PCC já dominava as cadeias e penitenciárias do Estado de São Paulo, possuindo dinheiro suficiente em caixa para fazer frente as suas ações (SALLA, 2006). Seus membros detinham a maior parte do controle do tráfico de drogas no Estado (MANSO; DIAS, 2017). A partir daí, passaram a se apresentar como organização criminosa desprovida de qualquer ideologia, visando demonstrar sua força para a sociedade (BIGOLI; BEZERRO, 2014)

O PCC, então, com propósito de demonstrar força, passou a patrocinar resgates e rebeliões em presídios, além da prática de extorsão mediante sequestro, de roubo a bancos e a transporte de valores, com enfoque no tráfico de drogas (MANSO; DIAS, 2017; SALLA, 2006; SOUZA, 2006).

Essa organização criminosa atingiu um nível organizacional de forma similar como ocorre em uma empresa, possuindo setores como departamento pessoal e de crédito, almoxarifado, tesouraria e outros (SOUZA, 2006), com divisão de tarefas e funções entre os seus membros. Dessa forma, os integrantes da organização passaram a compor as denominadas sintonias e células, que formam os diversos setores da organização criminosa, cada qual com finalidade específica (MANSO; DIAS, 2017).

Em maio de 2006, o PCC ficou mais violento e comandou uma série de ataques tendo como alvos policiais civis e militares, guardas municipais e agentes penitenciários (BIGOLI; BEZERRO, 2014; CÍCERO; SOUZA, 2013). Demonstrando, dessa forma, sua força perante o Estado, afastando a premissa anteriormente estabelecida de tentar evitar o confronto para não atrapalhar os negócios.

Conforme preceitua Amorim (2011), o rápido crescimento do PCC evidencia o poder de cooptação da organização perante os presos, que se encontram em grau máximo de abandono pelo Estado, favorecendo sua aceitação às leis do crime na busca de melhores condições e ocasionando uma falsa sensação de segurança. Ainda conforme o autor (2011), os principais líderes do PCC já estão custodiados pelo Estado e a sua força vem justamente dessa massa carcerária. Hoje, essa organização criminosa é a maior em termos de atividade no Brasil, possuindo ramificações em várias regiões do país (NETTO et al., 2020; MANSO; DIAS, 2017).

Seu crescimento ocorre em razão da omissão do Estado e sua ineficácia no combate ao crime organizado (NETTO et al., 2020). É possível observar, mediante a formação e desenvolvimento do CV e PCC, o descuido do poder público em relação aos problemas do sistema penitenciário brasileiro, acarretando uma articulação em redes por parte dos presos (CUNHA, 2021). Porém, não há como afirmar, que o enfrentamento desse problema fosse satisfatório para se evitar o surgimento das organizações criminosas.

Além do CV e PCC, a cada ano surgem inúmeras outras organizações criminosas espalhadas pelos presídios do país (CÍCERO; SOUZA, 2013), tais como: FDN – Família do Norte, Sindicato do Crime, TCP – Terceiro Comando Puro, TC – Terceiro Comando, ADA – Amigos dos Amigos (NETTO et al., 2020). Essas organizações criminosas se aproveitam da falha do sistema penitenciário para cooptar membros ou se associarem a outras organizações, formando uma verdadeira rede em favor do crime.

Diante desses fatos, é possível notar que no ambiente prisional a interação social funciona como uma força que pode influenciar no funcionamento adequado do sistema prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019). Os presos fazem parte de uma população única e que uma das tarefas dos policiais penais é de restringir as interações dos presos com o mundo exterior. Porém, devido as estruturas precárias do sistema prisional frequentemente ocorrem conflitos entre os presos.

2.2.1. Sistema Penitenciário Federal

A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, em seu artigo 86 autorizou a criação do Sistema Penitenciário Federal (SPF). Porém, a sua regulamentação ocorreu após mais de 20 anos por meio do Decreto nº 6.049, de 27

de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a organização, finalidade, características e a estrutura dos estabelecimentos penais federais, dando ênfase na relação entre a segurança pública e a ressocialização do preso.

Houve uma autorização da LEP para que a pena do preso pudesse ser executada em local diverso daquele onde o crime foi cometido. O SPF é destinado ao isolamento dos presos que são integrantes de organizações criminosas ou aos condenados pela Justiça Federal. Silva Júnior (2020) destaca as particularidades das penitenciárias federais, como a finalidade, a localização geográfica, as características, o perfil para inclusão do preso, o regime de cumprimento da pena, e a forma de gestão, os protocolos de segurança e operacionais.

Diante do fracasso do sistema penitenciário estadual para garantir a ordem pública e a ressocialização do preso, nasceu o SPF, que tem como objetivo específico o combate ao crime organizado, além de servir como alternativa de recuperação de controle do sistema estadual. Contudo, o sistema não é destinado para resolver as questões como a superlotação ou de cumprimento integral da pena, e sim destinado a recolher os presos do sistema estadual que continuam atuando nas organizações criminosas e praticando ilícitos (SILVA JÚNIOR; 2020).

As penitenciárias federais foram inspiradas nas Supermax do sistema americano, por conta de seu modelo arquitetônico, estratégico e gerencial (BRITO et al., 2017). As prisões Supermax são unidades de confinamento solitário que restringem as interações dos presos (HANEY, 2003; JOHNSON, 2002). Em decorrência do aumento da violência promovido por gangues no interior dos presídios fez com que os Estados Unidos criassem um sistema prisional mais rígido (HURLEY, 2019). Dessa forma, as Supermax foram criadas com a finalidade de isolar e monitorar os presos. Nessas unidades os presos violentos ou imprevisíveis são segregados em celas individuais por 23 horas.

Atualmente, o SPF possui 5 (cinco) estabelecimentos penais de segurança máxima, Catanduvas-PR, Campo Grande-MS, Mossoró-RN, Porto Velho-RO e Brasília-DF, que possuem o mesmo projeto arquitetônico. Cada penitenciária possui capacidade máxima de 208 (duzentos e oito) presos, sendo 01 (um) preso por cela, o que permite o monitoramento e o isolamento desses presos com o propósito de atender o interesse público. Ao todo o SPF conta com 1.040 (mil e quarenta) vagas, porém conforme determinado pelo §1º do artigo 11 da Lei 11.671/2017, sempre que

possível, para atender a situações emergenciais, o número de presos deve ficar aquém desse limite.

Cada penitenciária federal possui 04 (quatro) vivências, Alfa, Bravo, Charlie e Delta, com seu próprio pátio de sol, parlatório, chefe de vivência e sua equipe. A forma como as vivências foram construídas tem o objetivo de dificultar ou impedir as comunicações dos presos que estão em uma determinada vivência com os presos de outra vivência. As celas possuem toda estrutura em concreto, medindo 6m², com uma cama, um banco, uma bancada e uma prateleira, além do sanitário, chuveiro e pia. Dessa forma, o contato que o preso mantém diariamente dentro da unidade é com os presos de sua ala, na hora do banho de sol, e com os servidores.

Com o propósito de isolar os presos e garantir que não portem qualquer item proibido, nas celas não há ponto de energia e as luzes são acionadas pelos agentes de forma remota. Conforme Silva Júnior (2020), as vivências funcionam como se fossem minipresídios dentro da estrutura maior que é a penitenciária federal.

Além das 04 (quatro) vivências, há mais 12 (doze) celas individuais que são destinadas aos presos que ingressam na penitenciária federal ou aqueles que são submetidos ao Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, essas celas possuem um solário anexo, permitindo que o preso usufrua das 2 horas diárias de banho de sol individual.

Com essa estrutura bem definida, os presídios federais possuem a finalidade de isolar os presos de alta periculosidade e os que são líderes de organizações criminosas, rompendo com as relações sociais que possuíam anteriormente, desarticulando as facções de modo que não se fortaleçam ou criem outras dentro do sistema penitenciário federal, diferentemente do que ocorre no sistema estadual (SILVA JÚNIOR, 2020; BRITO et al, 2017).

Uma das estratégias utilizadas pelo SPF para cumprir com sua finalidade de isolar e desarticular as organizações criminosas é o monitoramento de inteligência penitenciária, realizado por intermédio das câmeras de segurança que funcionam 24 (vinte quatro) horas por dia para a produção de informação e conhecimento.

Outra forma de isolar os presos no SPF é restringindo seu contato com o mundo exterior, por isso, em 2019, o Ministro da Justiça e Segurança Pública publicou a

Portaria nº 157, de 12 de fevereiro, o qual passou a disciplinar o procedimento de visita social nas penitenciárias federais.

Art. 2º As visitas sociais nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima serão restritas ao parlatório e por videoconferência, sendo destinadas exclusivamente à manutenção dos laços familiares e sociais, e sob a necessária supervisão, em conformidade à Regra 58 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento de Reclusos e ao Decreto nº 6049, de 2007.

§2º A visita social em parlatório de que trata o caput será assegurada ao cônjuge, companheira, parentes e amigos, separados por vidro, garantindo-se a comunicação por meio de interfone.

Art. 6º Os visitantes deverão adotar comportamento adequado ao estabelecimento penal federal, podendo ser interrompida ou suspensa a visita, por determinado, nas seguintes hipóteses:

I - fundada suspeita de utilização de linguagem cifrada ou ocultação de itens vedados durante a visitação;

II - não observância das regras de segurança, dentre as quais, a proibição de insinuações e conversas privadas com servidores e prestadores de serviço;

III - utilização de papéis e documentos falsificados para identificação do visitante;

IV - manifestação espontânea do próprio preso solicitando a interrupção ou a suspensão da visita;

V - assistência e apoio inadequados do responsável pela criança ou interdito visitante;

VI - posse de item vedado por Portaria do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional;

VII - utilização de vestuário vedado por Portaria do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional;

VIII - prática de ato obsceno; e

IX - comunicação com o preso ou com o visitante das demais cabines do parlatório.

Posteriormente, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, por intervenção da Portaria GAB-DEPEN/DEPEN/MJSP Nº 22, de 01 de fevereiro de 2021, regulamentou os procedimentos de visita aos presos que estão custodiados no SPF. A visita no SPF poderá ocorrer através do parlatório ou por meio virtual, conforme art. 3º:

I - visita no parlatório, aquela realizada de forma presencial, em que o preso e o(s) visitante(s) ficam separados por vidro, sem contato físico e comunicação por meio de interfone, com filmagens e gravações, em dias úteis e duração prevista no Regulamento Penitenciário Federal;

II - visita por meio virtual, realizada à distância, com duração de 30 minutos, mediante uso de equipamento específico e apropriado, em instituição pública autorizada e credenciada pelo Departamento Penitenciário Nacional, sendo vedada a utilização de equipamentos eletrônicos instalados em ambiente particular ou profissional.

Todos os protocolos de segurança e a rigidez adotados nos procedimentos servem não apenas como ferramenta de combate as organizações criminosas, mas

também para observar se os servidores estão cumprindo com o manual de procedimentos operacionais das rotinas carcerárias, que deve ser elaborado pelo Diretor do SPF, conforme artigo 11, parágrafo único do Decreto nº 6.049/2007.

Por esse manual é disciplinada toda rotina diária da unidade, com protocolos de segurança, por exemplo em relação aos pontos de controle, ao modo de como conduzir e algemar o preso, ao banho de sol e a periodicidade de realizar as revistas nas celas. Porém, esse manual possui conteúdo reservado, sendo vedado a sua divulgação.

As penitenciárias federais se distinguem do sistema penitenciário estadual por não haver registro de superlotação, rebeliões, fugas, apreensão de armas de fogo ou aparelhos telefônicos com os presos (SILVA JÚNIOR, 2020).

Assim, diante da falência do sistema penitenciário estadual surgiu o SPF com o objetivo de receber os presos de alta periculosidade, os que possuem alto poder aquisitivo ou os que são chefes das organizações criminosas. Mediante esse sistema, o preso tem a pena executada sob rígido controle disciplinar, funcionando como instrumento que contém a disseminação e a expansão das ações promovidas pelas organizações criminosas no interior do sistema prisional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo é descrito a metodologia de pesquisa utilizada na dissertação detalhando os procedimentos metodológicos, o tipo de pesquisa, a coleta dos dados, a análise e interpretação dos dados.

3.1. Métodos

Nesta seção serão expostas os aspectos metodológicos e as principais características da análise de conteúdo e da análise de redes sociais (ARS), junto as técnicas e pressupostos.

3.1.1. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um método de análise de dados utilizada cada vez mais nas pesquisas qualitativas (SILVA; FOSSÁ, 2015; RICHARDSON 2012; MOZZATO; GRZYBOVSK, 2011). Essa análise foi criada para examinar materiais textuais na pesquisa social (BAUER, 2010).

Para Bardin (2006), análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que ao utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, consegue obter indicadores que possam viabilizar o conhecimento. Para Soares et al. (2011) e Vergara (2005) trata-se de uma análise que procura entender o que a mensagem diz, qual o seu significado. Os primeiros autores ainda acrescentam, que o diferencial dessa análise compreende a sua validação científica. Dessa forma a análise de conteúdo pode ser aplicada em diversos tipos de comunicação, sendo adequada ao tratamento de respostas em questões abertas e documentos, por causa de seu tratamento descritivo, de caráter sistemático e quantitativo.

Conforme Flick (2009), a utilização da análise de conteúdo se dá por meio de técnicas sofisticadas. Em posição contrária, há autores que descrevem a análise de conteúdo como uma metodologia mais simples (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

São duas as funções para o uso da análise de conteúdo de mensagens: a heurística (é uma tentativa exploratória que aumenta a possibilidade de descobertas) e a administração de provas (as hipóteses são utilizadas sob a forma de questões ou

de afirmações que servem como diretrizes a serem verificadas) (BARDIN, 1977). Conforme a autora (1977), essas funções são complementares, principalmente quando se investiga algo pouco explorado.

Para Richardson (2012) a análise de conteúdo visa compreender o discurso. Conforme Bardin (2011), essa análise é realizada em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase tem o objetivo de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Na segunda fase, realiza-se a exploração do material propriamente dito, e, na última fase, ocorre o tratamento dos dados, que deixam de ser bruto e tornam-se significativos e válidos.

Por intervenção da análise realizada observou-se a subjetividade do conteúdo das respostas do questionário, sendo que todas as respostas foram analisadas levando-se em consideração o observado na literatura constante do referencial teórico da pesquisa conforme o objetivo geral almejado. Dessa forma, Richardson (2012) preceitua que as teorias servem de explicação para as descobertas.

3.1.2. Análise de Redes Sociais

A expressão “relação” é a palavra-chave dessa pesquisa, pois tem como base empírica os vínculos estabelecidos entre os indivíduos que compõem os grupos. Para mapear as relações foi utilizada a técnica de análise de redes sociais (ARS).

Wasserman e Faust (1994) utilizaram a densidade como medida para a análise das redes sociais. Para esses autores (1994), essa medida significa a intensidade dos vínculos existentes em uma rede. Pois representa a quantidade de ligações ou vínculos, o grau de conectividade entre eles e quais atores estão envolvidos na rede.

A densidade diz respeito ao resultado da divisão da quantidade de conexões existente entre os nós pela quantidade de conexões possíveis de serem formadas (MASQUIETO, SACOMANO NETO; GIULIANI, 2011; LAZZARINI, 2008; BORGATTI; CROSS, 2003), ao passo que a centralidade está relacionada ao ator, permitindo verificar sua posição na rede por meio da quantidade de conexões que estabelece (MASQUIETO; SACOMANO NETO; GIULIANI, 2011; HANEMAN, 2000).

É possível verificar a densidade da rede quando seus nós são estreitos e estão densamente conectados (GARCÍA-VALDECASAS, 2012). Em geral, verifica-se que quanto maior o tamanho da rede, menor é a densidade dela (PRELL, 2012). Assim, a

rede não precisa ser muito densa, já que é preciso abrir oportunidades para novas conexões (TEIXEIRA; GUERRA, 2002). Dessa forma, densidade significa a quantidade de interconexões que os atores possuem na rede e qual seria o número máximo dessas relações (BORGATTI; CROSS, 2003), por isso, Ergün e Usluel (2016) informam que para verificar a densidade de uma rede se divide o número de relações dessa rede pelo número de relações possíveis. A densidade pode indicar a presença ou não de poder dentro da rede (HANNEMAN; RIDDLE, 2005). Logo, quanto maior a densidade maior seria o poder do ator dentro da rede, pois trata-se de uma relação diretamente proporcional.

Para a avaliação da centralidade dos atores na rede observa-se a centralidade de grau; a centralidade de intermediação; a centralidade geodésica e a centralidade de proximidade (WASSERMAN; FAUST, 1994). O primeiro diz respeito a quantidade de ligações que esse ator possui; o próximo verifica se esse ator tem potencial para atuar como intermediário com o objetivo de alcançar outros atores; depois se verifica quais atores são mais centrais na rede; e por fim como se comunicar com os vários atores na rede, utilizando o mínimo de intermediário.

Em um estudo realizado por Mizruchi (2006), o autor informa que em uma estrutura hierárquica é o ator central que controla todo o fluxo de informação dentro da rede, diferentemente da estrutura não-hierárquica, onde um ator menos central tem a possibilidade de interagir diretamente com outro ator da rede, sem precisar passar pelo ator central. Para a centralidade das redes sociais o poder é baseado nas relações. Porém, apesar de alguns estudos relacionarem centralidade a poder, é possível que um ator não ligado ao agente central, apresente mais poder que este (MIZRUCHI, 2006).

A centralidade local de um ator pode ser verificada através da quantidade de conexões que possui com outros atores, mas se esse ator têm uma posição estratégica na rede, diz que sua centralidade é global (SCOTT, 2000). Por isso, é importante verificar a relação de centralidade de um ator e a sua influência sobre o grupo (MIZRUCHI, 2006). Essa centralidade pode significar liderança, reputação e popularidade dentro da rede (ZHANG; LUO, 2017).

Para Granovetter (1973), a força de um vínculo é formada por intermédio da quantidade de tempo, da intensidade, da confiança e do compromisso recíproco. Para a autora, esse vínculo pode ser forte ou fraco, sendo este o resultado de pouca

conexão entre os atores, não houve um investimento nessa relação, ao passo que no vínculo forte os atores interagem de forma mais frequente e com maior intensidade.

Como característica do vínculo forte, Granovetter (1985), nos informa que o afeto e a amizade são importantes para o relacionamento. Em regra, existe uma preferência pelos vínculos fortes, já que estes são formados pela confiança e a intensidade nos relacionamentos (LAZZARINI, 2008). Porém, conforme aponta Granovetter (1983), através dos vínculos fracos é possível se conectar com outras redes. Com isso, é possível um ator se consolidar na rede transformando os vínculos fracos em fortes ou apenas impedindo que os vínculos fracos existentes sejam transformados em fortes. Observa-se que não há um consenso na literatura sobre qual nível de intensidade (vínculo forte ou fraco) produz melhores vantagens na relação.

Para Wasserman e Faust (1994), os subconjuntos de atores são formados os subgrupos, que possuem laços fortes, diretos, intensos e frequentes. As redes que possuem subgrupos têm suas próprias normas, valores e orientações (HANNEMAN, 2011). Conforme Mizruchi (1994), dentro das estruturas sociais é importante que se tenha a construção das próprias normas.

Wasserman e Faust (1994) informam que os subgrupos possuem algumas características, tais como: a frequência de laços, a reciprocidade e a proximidade entre os atores. Assim, os subgrupos podem ser ligados atendendo ao total de ligações existentes entre os nós da rede.

3.2. Tipo de Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como descritivo tendo como propósito apresentar as propriedades posicionais e estruturais de um conjunto de atores relacionais. A pesquisa descritiva tenta descrever um fenômeno, retratando uma situação, um grupo ou indivíduo (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1965).

Trata-se de uma pesquisa descritiva por representar as características de um fenômeno (VERGARA, 2016). Logo essa pesquisa, buscou verificar as propriedades estruturais e posicionais dos presos que estão custodiados na penitenciária federal em Brasília. Por intermédio da análise de redes sociais se obteve a representação da estrutura relacional dos atores. Assim, essa pesquisa tem por objetivo entender as conexões relativas ao crime organizado dentro de uma penitenciária federal.

A pesquisa adotou o método quali-quantitativo. Então, com a abordagem qualitativa é possível compreender os motivos, as motivações e opiniões que envolvam as percepções das atividades sociais e humanas (STERZECK, 2017). Para Richardson (2012), esse tipo de pesquisa está voltado para objetos que sejam complexos ou específicos.

O objeto das ciências sociais é basicamente qualitativo, já que a realidade social se sobrepõe a qualquer teoria (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007). Tolo e Manzini (2013) entendem que essa abordagem possibilita que os questionários realizados sejam melhores analisados.

Por meio da abordagem qualitativa será possível descrever como os servidores e gestores do DEPEN observam a formação da rede de relacionamento dos presos que estão custodiados na PFBRA. Segundo Flick (2009) é importante a pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais devido ao ambiente em que as pessoas estão inseridas. Logo, a abordagem qualitativa é utilizada de forma ampla em análise de conteúdo (CALMON MENDES; MACEDO BESSA; MIDDLEJ; SILVA, 2015; MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007).

Já em relação a abordagem quantitativa, a pesquisa buscou mapear a rede de relacionamento dos presos que são formadas dentro da Penitenciária Federal de Brasília (PFBRA) por meio da análise de rede social (ARS). Essa análise se configura como um conjunto de técnicas utilizadas para a análise das relações ocorridas entre os atores, incluindo a análise do surgimento das estruturas sociais a partir dessas relações (REYES JR., GONÇALO; BRANDÃO, 2012).

Richardson (2012) utiliza a quantificação na coleta e no tratamento dos dados mediante técnicas estatísticas, das mais simples as mais complexas. Para o autor (2012), em relação as pesquisas descritivas, o enfoque é demonstrar as características de um fenômeno, tendo como objeto um grupo, indivíduo ou uma situação específica.

Importante destacar que em relação a abordagem quantitativa foram utilizados os dados secundários: SIAPEN - onde constam as informações inerentes aos presos custodiados na PFBRA, tais como: data de inclusão no SPF; por quais penitenciárias federais passou; quais celas ocupou; quais visitas recebeu; quais são os advogados cadastrados (ativos e inativos); quais presos estavam na mesma vivência/ala; entre outras informações que demonstraram pertinência para realizar o mapeamento dos

dados. Conforme Newman (2004), no estudo das redes sociais é mais vantajoso utilizar os dados secundários em relação aos dados primários, já que os dados coletados geralmente são numéricos.

3.3. Unidade de Análise

3.3.1. População/Amostra

Para a realização da pesquisa foi feito o estudo da rede de relacionamento dos presos que estão custodiados na Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA), que foi inaugurada no ano de 2018. É uma análise que envolve o conjunto de atores e seus laços, essa rede pode ser chamada de global, inteira ou completa.

Kreager et al. (2015) entendem ser uma vantagem estudar a rede global dentro do ambiente prisional, já que existem limites espaciais e temporais que concentram a maior parte das interações dos presos. No presente trabalho, para mapear essa rede, foi preciso analisar quais atores possuem relacionamento com os presos. Por isso, foram colhidos os dados administrativos de todos os 29 (vinte e nove) presos que se encontravam reclusos na PFBRA em dezembro de 2021.

Além disso, foi enviado um questionário para 21 servidores do DEPEN, com objetivo de avaliar suas percepções acerca da rede de relacionamento dos presos na PFBRA. Importante destacar que em razão da segurança orgânica na PFBRA não é possível informar o número total de servidores que laboram na unidade. Tomou-se o devido cuidado para que os servidores respondentes fossem aqueles que possuíssem conhecimento ou trabalhassem diretamente com os presos, tornando a amostra mais qualificada possível. De acordo com Neves (1996), nos estudos qualitativos, os resultados encontrados decorreram da perspectiva dos participantes em relação a situação estudada. Logo, os servidores foram escolhidos por possuírem alguma das características abaixo:

- a) função de gestão;
- b) chefes de plantão ou vivências;
- c) trabalham na atividade fim (vivência);
- d) atuam no setor de inteligência.

ID_15	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ID_16	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_17	1	0	0	0	0	0	0	1	0
ID_18	1	0	1	1	0	0	0	0	0
ID_19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ID_21	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

3.4. Instrumento de Coleta de Dados

A pesquisa mapeou a rede de relacionamento dos presos que estão na PFBRA. Os dados utilizados tiveram como origem fontes primárias e secundárias. Para viabilizar a coleta dos dados, foram definidos dois tipos de instrumentos: questionário e a coleta dos dados no SPF. Para o primeiro foi enviado questionário para 21 entre servidores e gestores do DEPEN; já para a fonte secundária, foi coletado junto ao Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN, cujos dados administrativos possibilitam identificar os relacionamentos dos presos, com o propósito de verificar a sua trajetória e rotina dentro da unidade prisional, tendo como objetivo verificar sua rede de relacionamento, identificando os nós dessa rede e seus subgrupos.

Todos os dados obtidos e analisados foram anonimizados nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Existe permissão institucional para coleta dos dados, de forma genérica, pela portaria que estabelece as condições para a participação dos servidores no Programa de Mestrado UnB-Depen. Ademais, foi realizada uma apresentação para a Diretoria Executiva do DEPEN e conversas com o Diretor do SPF acerca da temática da dissertação.

O questionário foi a forma utilizada para avaliar a percepção dos servidores acerca da rede de relacionamento dos presos que estão reclusos na PFBRA. Para isso, conforme Richardson (2010), é preciso respeitar as três etapas ao se construir um questionário, sendo a primeira a sua elaboração, na sequência o seu pré-teste e, por fim, a sua aplicação. Para a construção desse questionário foi adaptado a base teórica da literatura utilizada nesta dissertação.

Para a validação do questionário, foi utilizado o pré-teste do instrumento de coleta (RICHARDSON, 2010), cuja amostra pode variar entre 3 (três) a 10 (dez)

participantes. Esse pré-teste é utilizado para efeito de avaliação em relação à compreensão, eliminação de ambiguidades e inconsistências das questões (MARTINS; THEÓPHILO, 2009) e conforme preceitua Oppenheim (2000), seus respondentes devem ser similares aos da amostra final.

Isto poso, em abril de 2022, por meio da ferramenta Google Formulários o questionário foi enviado para 3 (três) servidores que não fariam parte da amostra final da pesquisa. Esses respondentes relataram que houve entendimento das questões e dessa forma conseguiram responder as questões propostas sem dificuldade. A versão final do questionário de coleta de dados encontra-se disponível no Apêndice B. Importante destacar que haverá a proteção da identidade dos respondentes através do sigilo, com objetivo de garantir a confidencialidade da pesquisa, por se tratar de um dado sensível (ZANELLA, 2009). Além disto, por conta da anonimização exigida pela legislação, todos os nomes dos presos foram suprimidos nas respostas dos questionários.

Antes de enviar para os respondentes, o questionário foi transformado para o formato eletrônico utilizando-se a ferramenta livre do Google Formulários que está disponível na internet. Mediante o Google Formulários é possível enviar formulário eletrônico, ter o controle das respostas e ainda exportar os dados coletados para planilhas, toda essa facilidade contribuiu para a organização dos dados.

Os servidores selecionados foram pessoas-chave, diante de seu conhecimento sobre o tema (FLICK, 2009). Dessa forma, é necessário que o respondente trabalhe no sistema prisional, pois um dos objetivos do questionário será o de avaliar a percepção do servidor sobre as interações sociais dos presos.

A penitenciária federal em Brasília por ser um ambiente de cumprimento de pena diferenciado, por motivo de segurança não foi concedida autorização para realizar entrevistas com presos. Além do que, de acordo com Fox et al. (2018), para a realização de uma coleta de dados primários dentro das instalações das unidades prisionais o pesquisador encontra diversas dificuldades, como por exemplo, permissão para conduzir a pesquisa.

Além disso, os presos poderiam se recusar a participar da pesquisa por desconfiança ou simplesmente não ter vontade (SENTSE et al., 2019). Ocorre também, que no processo de nomeação para as redes pessoais, os presos correm o

risco de fornecer uma nomeação que poderia ser utilizada pelas autoridades (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGER, 2019).

Conclui-se que um dos desafios dos pesquisadores na coleta de dados primários para mapear a rede social dos presos encontra-se, por exemplo, a impossibilidade de entrevista com o preso, devido ao alto grau de segurança do sistema prisional e pela baixa confiança dos presos em nomear seus pares e ainda mais, de o fazê-lo a agentes do estado.

Entretanto, conforme Adams (2019) e Borgatti et al. (2013) é possível utilizar outras formas para a coleta dos dados da rede. Em sua pesquisa, Sentse et al. (2019) obteve acesso aos dados administrativos dos presos da unidade prisional para examinar as estruturas das relações sociais entre os prisioneiros holandeses.

Já Bright, Brewer e Morselli (2021) verificaram os desafios que os pesquisadores enfrentam extraindo e usando dados que são coletados dos registros de justiça criminal para o estudo de rede social. Para os autores (2021), essas fontes de dados podem ser categorizadas como: banco de dados de infratores, registros de investigações, arquivos de acusação, arquivo do tribunal, relatórios de investigação e comissões do departamento. Assim, o uso de registro da justiça criminal pode ser utilizado para a análise de redes sociais, pois é preciso inovar nas formas de obter os dados.

Conforme Kreager et al. (2015) o sistema penitenciário monitora as conexões realizadas pelos presos por intermédio, por exemplo, das visitas e das cartas. Assim, a presente pesquisa com o objetivo de coletar os dados dos presos, utilizou como dados secundários as informações constantes no sistema interno do DEPEN para mapear a interação dos presos que estão na PFBRA. Considerando que vários dados necessários à pesquisa são de acesso interno, foi solicitado autorização para a realização da coleta dos dados com o compromisso de que não haveria a divulgação de dados individuais.

O SIAPEN é o sistema, de acesso restrito, utilizado pelo Sistema Penitenciário Federal para registrar os dados administrativos dos presos, visitantes e advogados. Mediante esse sistema foi possível coletar os dados dos presos e os registros administrativos de seus visitantes e advogados, com a supressão dos dados que poderiam ser sensíveis.

3.5. Tratamento dos Dados

Os dados administrativos dos presos, visitantes e advogados foram coletados no SIAPEN e posteriormente tabulados em planilha eletrônica de forma que os presos, advogados e visitas tiveram seus nomes suprimidos, sendo respectivamente utilizados as siglas (P, A ou V) com números que foram gerados de forma aleatória, sendo o P = preso, A = advogado e V = visitante. Corroborando com o estudo realizado por Bright et al. (2015) que ao coletar os dados deu a cada ator uma identificação alfanumérica exclusiva que ia de N1 a N128. A partir disso, utilizando o software R¹, feita a rede foi possível entender e reconstruir as redes de relacionamento entre os presos que estão reclusos na PFBRA, procurando verificar como se relaciona essa rede.

O sistema R é um software livre e gratuito, desenvolvido por Ross Ihaka e Robert Gentleman. É um programa computacional voltado para operações estatísticas e gráficas que necessitam de tratamento, sistematização e divulgação de dados informativos (R CORE TEAM, 2018). Por essas características, é cada vez maior o uso do programa R no âmbito acadêmico (RAMOS et al., 2019).

A partir da rede gerada no software R, foi utilizado o software IBM® i2®² para gerar a visualização das redes por meio de diagramas, o que ocasionou a geração das figuras dos vínculos individualizados.

Por possuir um modelo de dados flexível e um ambiente de visualização, O IBM® i2®² permite que o usuário crie detalhadas visualizações de rede, identificando de forma rápida as principais redes, conexões e padrões de relacionamento (SPANN, 2014). Conforme a autora (2014), é possível identificar de forma eficiente as pessoas chaves.

Já para as entrevistas foi utilizado o software Iramuteq³ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires⁴). Este programa foi criado no ano de 2009, na língua francesa, sob a licença de ser um software livre e

¹ R é um ambiente de software livre para computação estatística e gráficos. Ele compila e roda em uma ampla variedade de plataformas UNIX, Windows e MacOS.

² Fornece soluções para configurar, capturar, controlar, analisar e exibir informações e relacionamentos complexos.

³ Iramuteq é um software livre distribuído sob os termos da licença GNU GPL (v2), que permite realizar análises estatísticas em corpo de texto e em tabelas individuais/caracteres e é baseado no software R.

⁴ Para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários.

*open source*⁵. Este programa é vinculado ao software estatístico R e a linguagem de programação Python⁶, o que permite a análise textual discursiva (RAMOS; DO ROSÁRIO LIMA; AMARAL-ROSA, 2019).

Conforme apontado pelos autores (2019), o software permite que qualquer usuário execute o programa; que conforme a necessidade do usuário é possível que ocorra uma adaptação do programa; que ocorra a distribuição de cópia para terceiros; além disso, é possível que o usuário compartilhe suas descobertas com a comunidade.

Verifica-se que o Iramuteq funciona como um suporte ao método e não um método em si. Dessa forma, é necessário que o pesquisador realize a interpretação dos dados juntamente com outros achados (RAMOS; DO ROSÁRIO LIMA; AMARAL-ROSA, 2019).

O Iramuteq foi utilizado nesta dissertação para se obter: a nuvem de palavras (NP) e a classificação hierárquica descendente (CHD). Mediante a análise NP é possível identificar de forma rápida as palavras-chaves de um corpus; já na análise CHD é realizada uma classificação dos segmentos dos textos em função das palavras, após essas palavras são divididas em grupos com base na sua frequência e semelhança (CAMARGO; JUSTO; 2013).

⁵ Open-source ou software de código aberto é feito por muitas pessoas e distribuído sob uma licença compatível com OSD que concede todos os direitos de uso, estudo, alteração e compartilhamento do software de forma modificada e não modificada. A liberdade de software é essencial para permitir o desenvolvimento comunitário de software de código aberto. <https://opensource.org/osd>

⁶ Python é uma linguagem de programação que permite trabalhar rapidamente e integrar sistemas de forma mais eficaz.

4. ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS

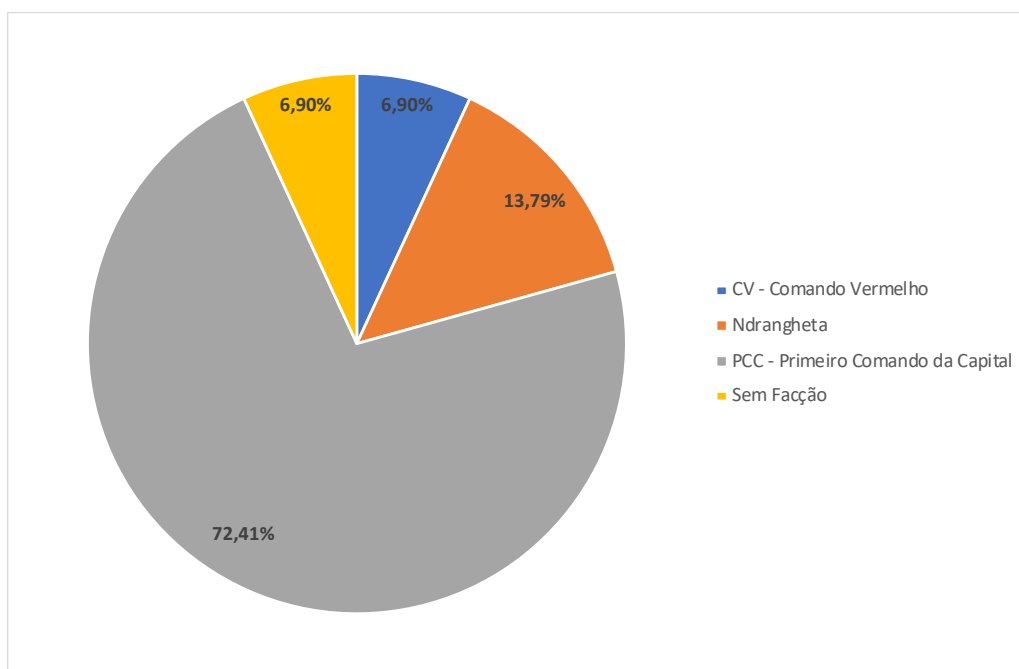
4.1. Perfil do Preso

Foram analisados os perfis dos 29 (vinte e nove) presos que estavam reclusos na PFBRA em dezembro de 2021. Todos os presos atualmente são do sexo masculino.

Para verificar se o preso é membro de alguma organização criminosa foram utilizados os dados que estão disponíveis no sistema administrativo da unidade. Conforme procedimento adotado para inclusão do preso no SPF, no pedido vem descrita a informação referente a qual facção ele pertence ou simpatiza. Além disso, esse dado é confirmado na entrevista realizada pela Comissão Técnica de Classificação – TCT no momento que o preso ingressa na penitenciária federal.

Em relação aos presos faccionados, há a distribuição do Gráfico 3:

Gráfico 3 - Organizações Criminosas distribuídas na PFBRA

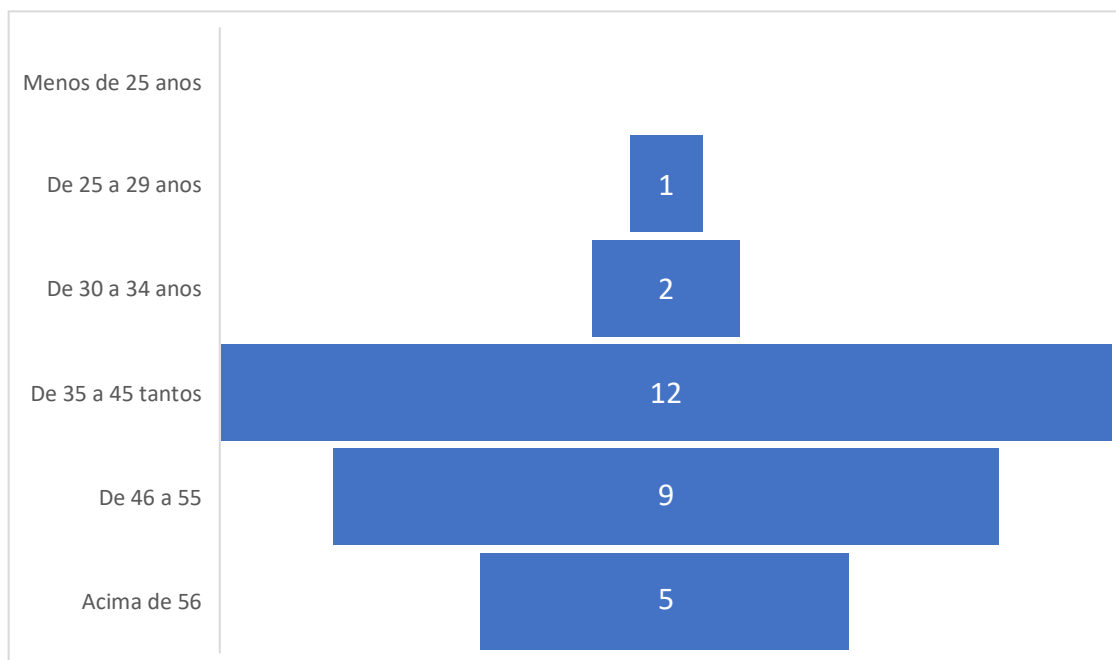


Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a grande maioria dos presos incluídos na PFBRA são de presos membros ou simpatizantes da facção PCC 72,41%, seguindo pelos membros da máfia italiana NDRANGUETA 13,79%. Nota-se que a facção CV aparece com 6,9%, mesmo percentual dos presos que são considerados sem facção.

Em relação a idade, tem-se a seguinte distribuição, conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 - Idade dos presos reclusos na PFBRA

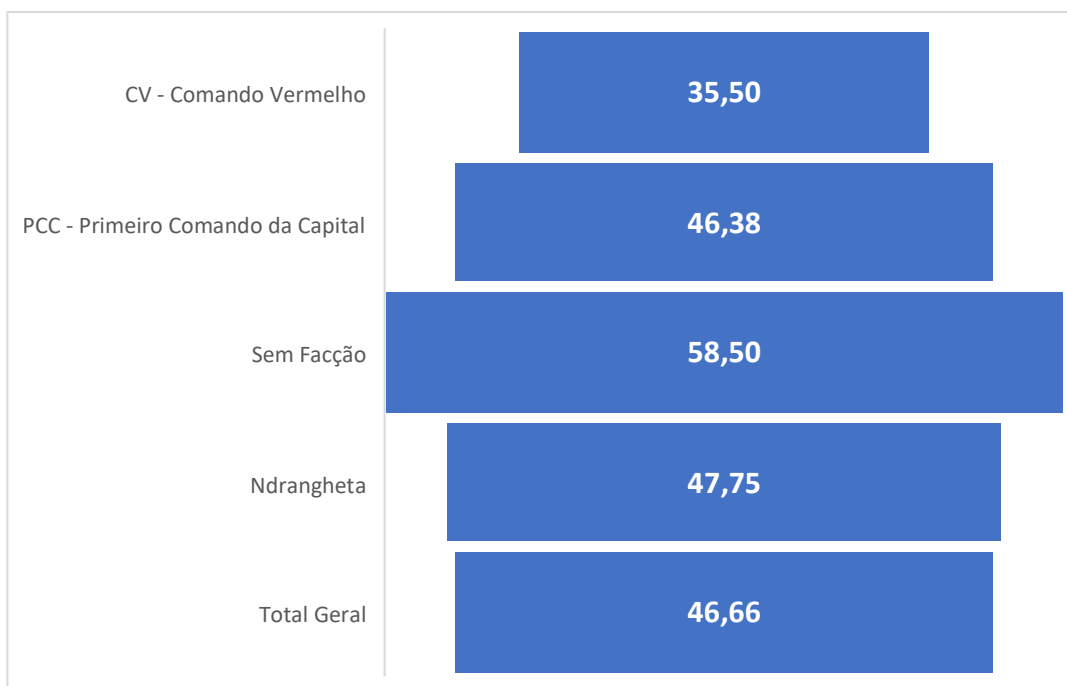


Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maior parte dos presos 12 (doze), 41,38%, estão entre 35 e 45 anos; seguidos por 9 (nove) presos, 31,03%, entre 46 e 55 anos; em seguida há 5 (cinco) presos, 17,24%, com idade acima de 56 anos; depois, tem 2 (dois) presos, 6,90%, entre 30 e 34 anos; e somente 1 (um) preso, 3,45%, com idade entre 25 e 29 anos. Nota-se que não há presos com menos de 25 anos de idade na PFBRA.

No Gráfico 5, verifica-se a média de idade de acordo com a organização criminosa.

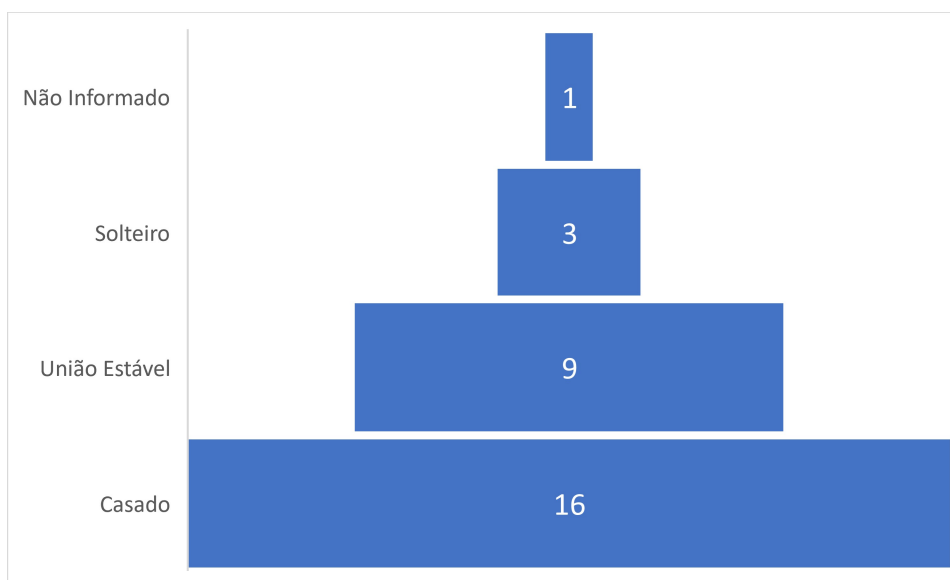
Gráfico 5 - Média da idade dos presos reclusos na PFBRA, de acordo com a organização criminosa



Fonte: Dados da pesquisa

Quando se trata do estado civil do preso, visualiza-se a distribuição do Gráfico 6:

Gráfico 6 - Estado Civil dos presos reclusos na PFBRA

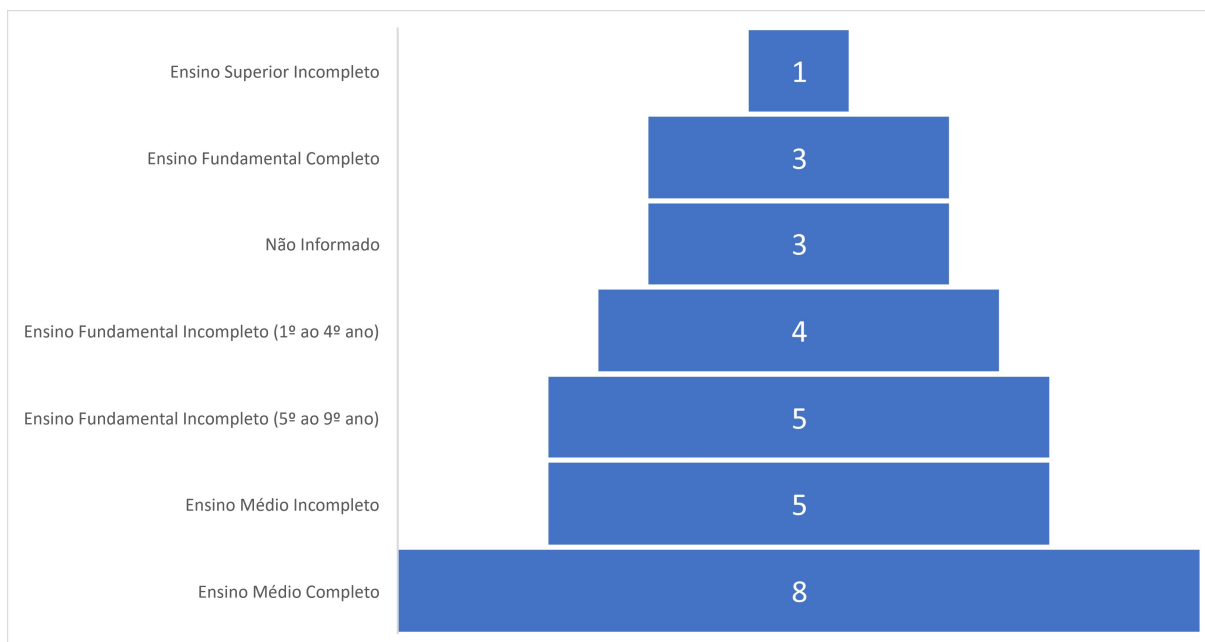


Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos presos que estão na PFBRA possuem um relacionamento. Desses, 55% se dizem casados, 17% em união estável, 7% informaram que possuem companheiras e 7% que convivem em união estável, o que corresponde a um total de 86% da amostra. Somente 10% são solteiros e para 4% não existe essa informação.

Em relação ao grau de escolaridade do preso é observada no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Grau de Escolaridade dos presos reclusos na PFBRA



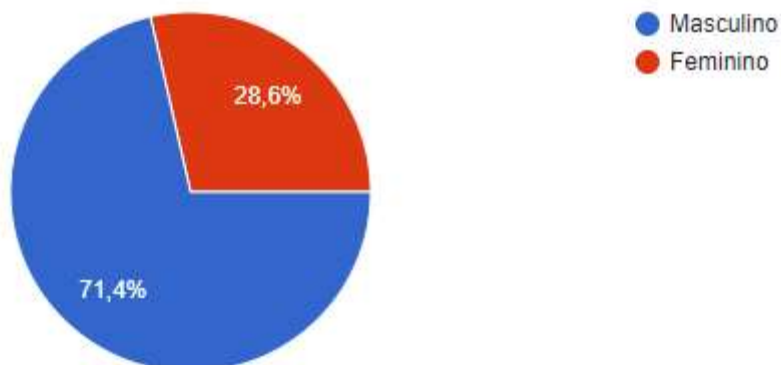
Fonte: Dados da pesquisa

Nesse caso, apenas 1 (um) preso possui nível superior incompleto; já em relação ao ensino médio há 8 (oito) presos que concluíram e 5 (cinco) presos que não concluíram; no ensino fundamental 3 (três) presos concluíram, 5 (cinco) presos pararam entre o 5º e 9º ano e 4 (quatro) presos pararam entre o 1º e 4º ano; dos 29 presos, não contém a informação sobre a escolaridade de 3 (três) presos.

4.2. Perfil dos Respondentes

Foram analisados os perfis dos 21 (vinte e um) servidores que aceitaram responder esta pesquisa. Verifica-se que desse quantitativo 71,4% são do sexo masculino e 28,6% do feminino, conforme Gráfico 8:

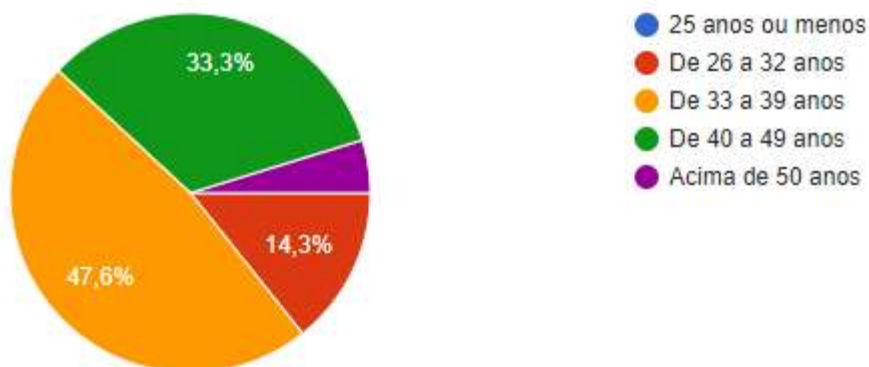
Gráfico 8 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a idade dos respondentes, a maioria possui entre 33 e 39 anos (47,6%), sendo a menor parte os que tem mais de 50 anos (4,8%), de acordo com o Gráfico 9.

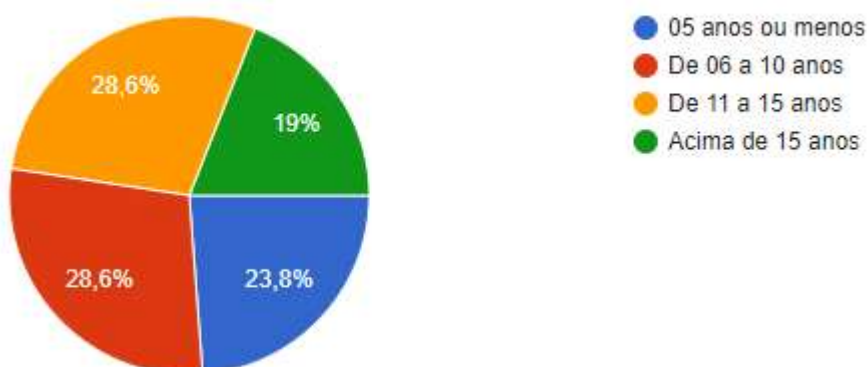
Gráfico 9 – Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação ao tempo que os respondentes atuam no órgão o resultado nos trouxe um empate com 28,6% entre os que possuem entre 06 e 10 anos e os que possuem entre 11 e 15 anos (vide Gráfico 10):

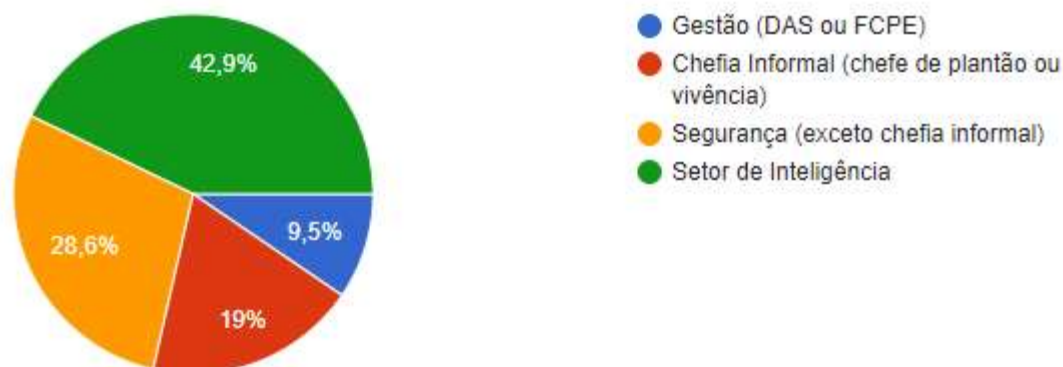
Gráfico 10 – Tempo de atuação no órgão



Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação a área de atuação dos respondentes, a maioria atua na atividade de inteligência com 42,9%, já a área de gestão ficou com 9,5%, como visualizado no Gráfico 11:

Gráfico 11 – Área de atuação dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Não houve uma ordem para o envio dos questionários, cada respondente respondeu conforme sua disponibilidade.

4.3. Redes

Para a criação das redes foi preciso escolher quais elementos relacionais seriam necessários para alcançar os objetivos desse trabalho e, após essa análise, foi realizada a fase de coleta dos dados no sistema SIAPEN. Logo, foram coletados os dados de quais presos estavam reclusos na PFBRA em dezembro de 2021, em quais vivências estavam alocados, se esse preso era integrante de alguma

organização criminosa, quais advogados tinham cadastrados (ativos e inativos) e quem eram suas visitas.

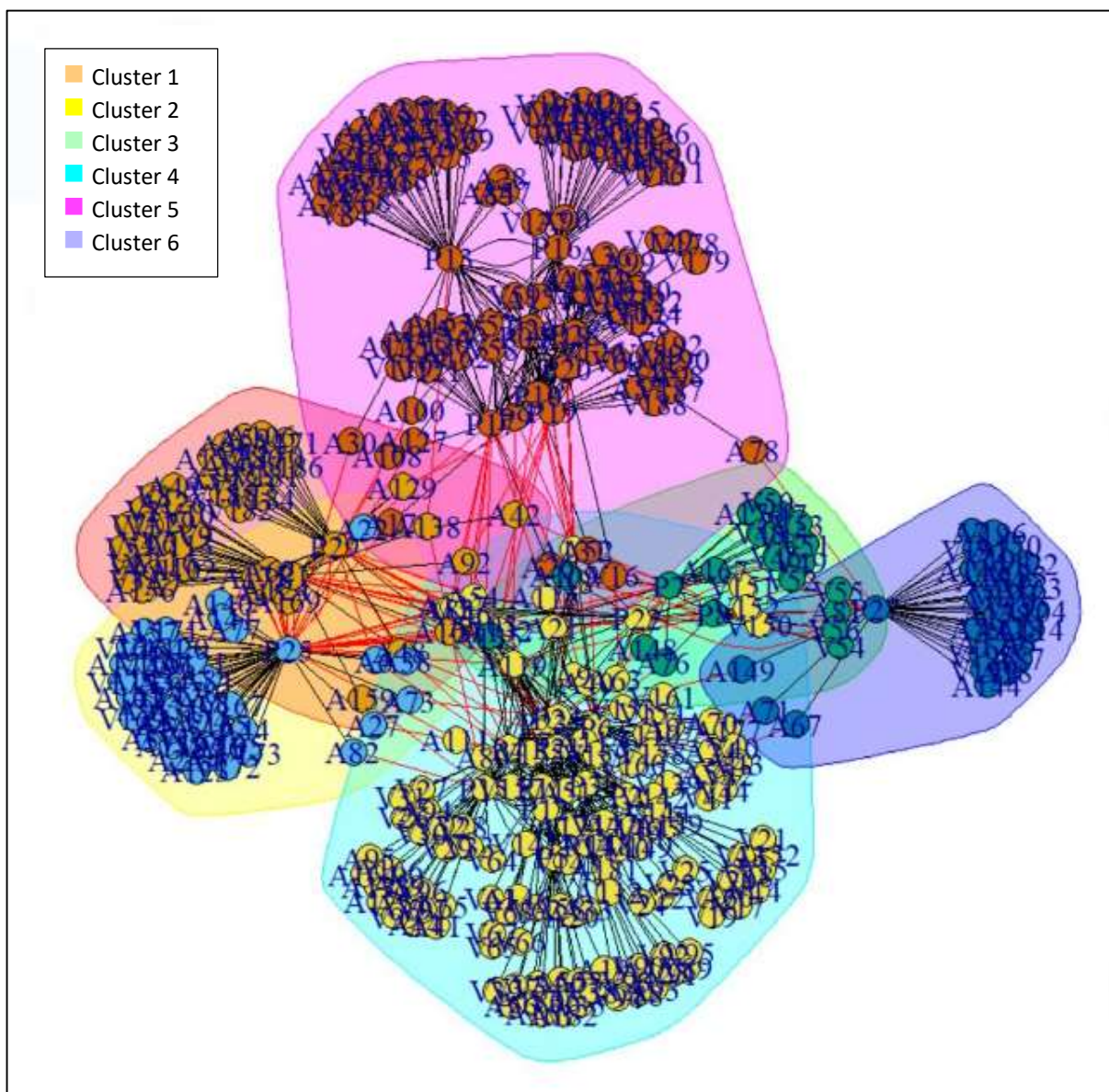
Esses dados foram separados em tabela, sendo produzida uma matriz de adjacência para cada item utilizando-se o software R. A partir dessa matriz foi possível realizar o cálculo das métricas e identificar os grupos na rede por meio do pacote Igraph⁷. Dessa forma, para cada item foi gerada uma representação gráfica da rede e indicadores da estrutura, incluindo seus vértices e nós.

A análise de agrupamento possibilita verificar se os grupos das redes são densas, esparsas ou hierarquizadas. A representação gráfica gerada na análise de rede simplifica a apresentação visual dando uma imediata percepção dos padrões dessa rede, contudo, se os números de nós aumentarem, aumentará também a dificuldade em identificar esses padrões (SHIH, 2006). Cada nó representa alguém ou alguma coisa, e suas ligações podem decorrer de relações sociais, relações de parentesco, relações comerciais, entre outras (NAÍM, 2005).

Conforme Simmel (1983), as formas e conteúdo nos auxiliam a compreender tudo que existe nos indivíduos, desde seus institutos, interesses, desejos até suas interações e associações. Portanto, a partir daí, é possível descrever as relações que são constituídas em torno dos presos. Dessa forma, em nível macro foi construída uma rede global envolvendo os presos, seus advogados (ativos e inativos) e suas visitas, conforme figura 01:

⁷ Igraph é uma coleção de ferramentas de análise de rede e criação de gráficos, de código aberto e gratuito.

Figura 1 - Rede dos presos na PFBRA



Fonte: Dados da pesquisa

Uma possível forma de se identificar um padrão das redes é por meio da clusterização. A análise dos clusters foi calculada usando clustering não hierárquico, já que no hierárquico os membros somente poderiam pertencer a um cluster (ARABIE et al., 1981). Para Wasserman e Faust (1994), cluster se refere a conexão ocorrida de forma direta entre os nós da rede, conhecidos por subconjuntos (ou agrupamentos) de atores que apontam laços fortes, diretos, frequentes e intensos. No interior dos clusters, as alianças e acordos de colaboração funcionam como mecanismos que favorecem o progresso da rede social (MOLINA-MORALES; CAPÓ-VICEDO; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ; EXPÓSITO-LANGA, 2013).

Nota-se que na PFBRA, existem agrupamentos de presos, que podem se dar por possuírem características similares, por pertencerem a mesma organização criminosa, por estarem reclusos na mesma vivência, por terem o mesmo advogado ou mesma visita.

A partir do software foi gerado os clusters, sendo atribuídos aos presos os seguintes clusters, conforme tabela 5:

Tabela 5 - Clusters dos presos na PFBRA

Cluster I	P1 e P29
Cluster II	P25
Cluster III	P7 e P8
Cluster IV	P2, P3, P4, P5, P6, P11, P12, P14, P15, P21, P22, P23 e P24
Cluster V	P27
Cluster VI	P9, P10, P13, P16, P17, P18, P19, P20, P26, P28

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que presos P25 e P27 monopolizam, respectivamente, os clusters II e V. Diferentemente do que ocorre no cluster IV em que vários presos participam da rede. Já os presos P1 e P29 estão inclusos no mesmo cluster, assim como ocorre com os presos P7 e P8.

A análise da estrutura da rede pode ser efetuada por intermédio das medidas de centralidade. Freeman (1979) informa que as medidas de centralidade podem capturar aspectos diferentes da posição de cada ator dentro da rede. Uma das formas de analisar a centralidade dos presos na rede global, é mediante a centralidade de grau, verificando os laços diretos dentro da rede. Trata-se da quantidade de ligações que o ator possui na rede (WASSERMAN; FAUST, 1994). Essa medida também verifica o quão ativo é um determinado ator dentro da rede (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012).

Já na centralidade de intermediação, é verificado se o ator tem potencial para atuar como intermediário na busca de alcançar outros atores (MASQUIETO; SACOMANO NETO; GIULIANI, 2011). Essa análise possibilita identificar quais atores funcionam como canais para o fluxo de informações ou transações (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012).

Dessa forma, há as seguintes medidas, conforme tabela 6:

Tabela 6 - Grau de centralidade e intermediação dos presos

Presos	Centralidade	Intermediação
P25	69	17.355,35
P13	53	12.222,02
P24	49	6.608,63
P1	48	9.508,82
P16	45	9.200,93
P21	45	5.920,79
P4	42	4.844,28
P15	42	6.874,28
P6	39	4.498,23
P2	38	5.367,37
P5	38	5.268,78
P29	37	6.715,67
P17	37	7.794,84
P27	36	10.072,89
P14	36	4.536,50
P18	35	3.026,65
P19	34	7.039,43
P20	33	3.918,37
P11	32	2.143,15
P3	31	2.534,60
P23	31	1.394,30
P7	29	5.941,12
P12	29	1.799,50
P10	25	3.267,52
P28	23	3.003,86
P22	22	3.086,45
P26	20	793,65
P8	15	2.183,28
P9	14	2.632,75

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se que o preso P25 além de monopolizar o cluster II, é o preso que mais possui conexões diretas na rede. Essa alta centralidade de grau pode significar o poder social exercido pelo ator, o que indica que esse ator tem a facilidade de iniciar relações com outros atores, o que possibilita identificar a influência dos atores nas promoções de ações (LEDESMA GONZÁLEZ; MERINERO-RODRÍGUEZ; PULIDO-FERNÁNDEZ, 2021). Além da altíssima centralidade de grau, constata-se que esse preso também possui altíssima centralidade de intermediação. Atores com alto nível de intermediação apresentam maior poder, pois controlam o fluxo de comunicação dentro da rede (RODRIGUES; MÉRIDA, 2006).

Em relação ao preso P27, que monopoliza o cluster V, este possui 36 conexões, não estando entre os presos que mais possuem conexão direta. Entretanto, pode-se dizer que esse preso possui altíssima centralidade de intermediação, conectando todos os elementos de seu grupo aos demais elementos da rede.

No que diz respeito aos presos do cluster I, o P1 possui altíssima centralidade de grau e de intermediação; já o P29 não se apresenta com a mesma característica.

Identifica-se que o preso P24, inserido no cluster que mais possui presos, conta com altíssima centralidade de grau, porém não mantém esse nível quando se refere a centralidade de intermediação.

Já os presos P13 e P16, que pertencem ao cluster VI, ambos apresentam alta centralidade de grau e de intermediação. Os presos P7 e P8, apesar de monopolizarem o cluster III, apresentam baixa centralidade de grau e de intermediação.

4.3.1. Redes – Organizações Criminosas

Pode-se dizer que crime organizado se caracteriza pela interação social entre os indivíduos, de forma contínua e organizada, com divisões de tarefas e estrutura hierarquizada, voltados para a prática de crimes, tendo como objetivo principal o lucro. Para Hassemer (1995), crime organizado pode ser caracterizado de duas formas: o propriamente dito e a criminalidade organizada de massa (facções criminosas prisionais), porém, esses grupos criminosos podem se valer dessas duas modalidades de criminalidade com intuito de melhorar seus objetivos ilícitos, como, por exemplo, a organização criminosa PCC, pois acumula as duas formas de crime organizado.

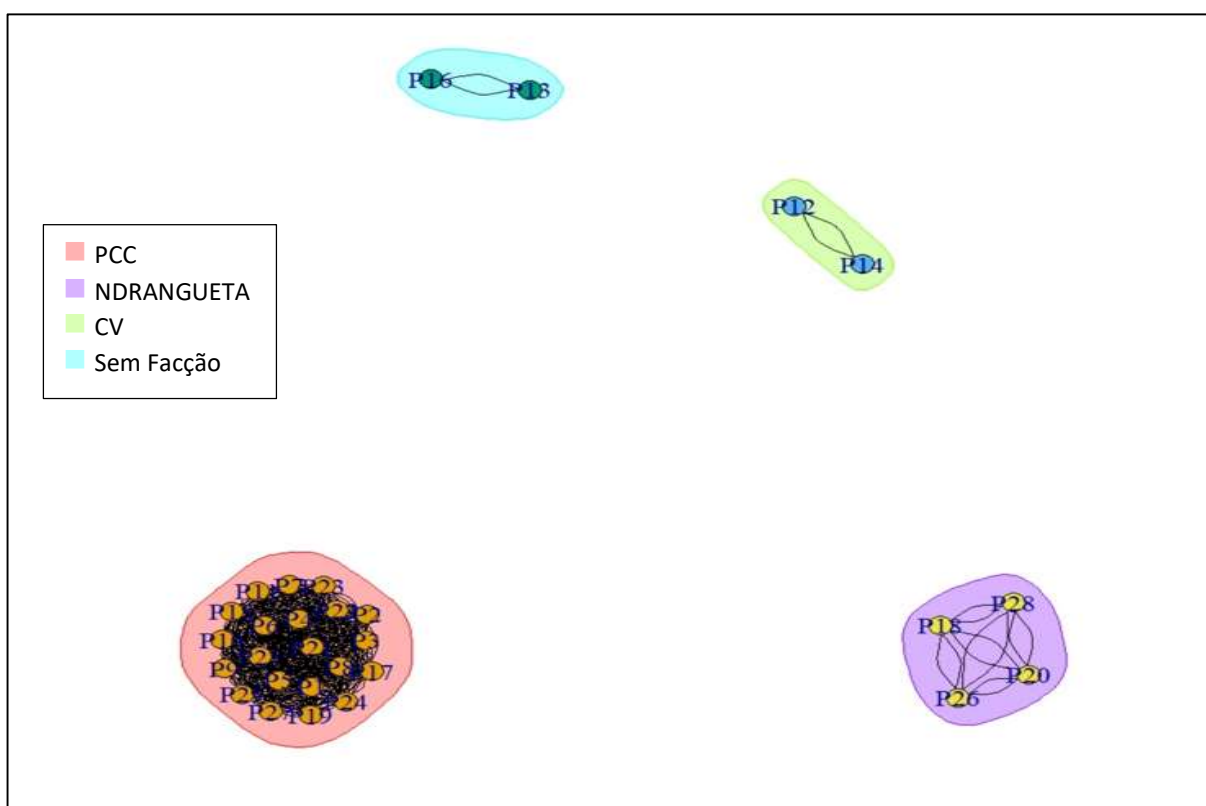
Os resultados deste estudo possibilitam inferir que no Brasil as organizações criminosas são híbridas, já que apresentam uma característica da hierarquia padrão (grupo hierárquico com forte sistema interno de disciplina), podem possuir um único líder, mas também podem conter um conselho de liderança.

No sistema prisional brasileiro, verifica-se que as organizações criminosas são lideradas por membros, em grande parte, reclusos em penitenciárias de segurança máxima (SÃO PEDRO, 2022). Alguns desses líderes estão custodiados na PFBRA, por ser um presídio de segurança máxima que tem como um dos principais objetivos o de isolar os principais líderes das organizações criminosas. Essas organizações,

possuem um líder e contam com conselho. Pode-se citar como exemplo o PCC que possui o líder máximo e um conselho chamado de sintonia final.

As redes criminosas podem ser definidas como um conjunto de atores que estão conectados por laços e que se apoiam para a prática de atos ilícitos (VON LAMPE, 2001). A adoção da ferramenta informacional de visualização de grafos (Software R) permitiu resistemizar os dados no formato de redes. Assim, utilizando a análise de agrupamento verificou-se como estão distribuídas as redes das organizações criminosas na PFBRA, que pode ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2 - Redes das organizações criminosas na PFBRA



Fonte: Dados da Pesquisa

A rede relacionada à organização criminosa PCC e seus simpatizantes, identificada pela cor laranja-rosado, é a que possui maior número de membros dentro da estrutura da PFBRA, seguida pela máfia italiana NDRANGUETA, na cor fúcsia, após o CV, na cor verde, e os presos que não pertencem a nenhuma facção – cor azul-turquesa. Pode-se dizer que na figura 2, a organização criminosa PCC possui uma rede social densa, tendo seus integrantes conectados por meio da organização que integram. Se uma rede social é densa significa que os atores dentro da rede estão conectados, ou seja, possuem mais laços sociais (SENTSE et al, 2019).

O PCC é a maior organização criminosa do país, com atuação em vários países. Suas atividades ilícitas são diversificadas e o seu nível de organização é considerado similar aos grandes cartéis internacionais (FELTRAN, 2018; AMORIM, 2018). As autoridades atribuem ao preso Marcos Willians Herbas Camacho, vulgo “Marcola” a liderança do PCC (BIGOLI; BEZERRO, 2014), porém as ações são determinadas em conjunto pelas sintonias finais, ou seja, não existe um poder hierárquico rígido (BIONDI, 2014).

Quando os atores da rede criminosa estão conectados uma das características que os mantém unidos é a confiança (VON LAMPE; JOHANSEN, 2004). Segundo Von Lampe (2003) os laços de confiança explicam a predisposição e a capacidade de cooperação existente nas organizações criminosas. A confiança confere uma maior união entre os atores, promovendo uma vantagem competitiva em relação ao negócio ilícito (PAOLI, 2004). Pode-se dizer que confiança significa a forma que o ator lida com o risco e a incerteza.

4.3.2. Redes – Vivências Alfa, Bravo, Charlie e Delta

Nos presídios estaduais, devido ao aprisionamento em massa e a falta de controle do Estado, as redes informais de governança se fortaleceram no interior dos presídios, iniciando uma disputa entre as organizações criminosas para o controle dentro prisão com intuito de projetar esse controle para as atividades extramuros (ALENCAR, 2019). Em seus estudos Bright, Hughes e Chalmers (2012) observaram que alguns líderes de grupos reduziam a quantidade de conexões que tinham com outros atores da rede e logo após tentavam formar seus próprios grupos com o objetivo de chegar ao status de liderança. Conforme Alencar (2019), a forma de manter o controle e a ordem dentro do sistema prisional é o equilíbrio entre o poder formal (Estado) e o poder informal (organizações criminosas).

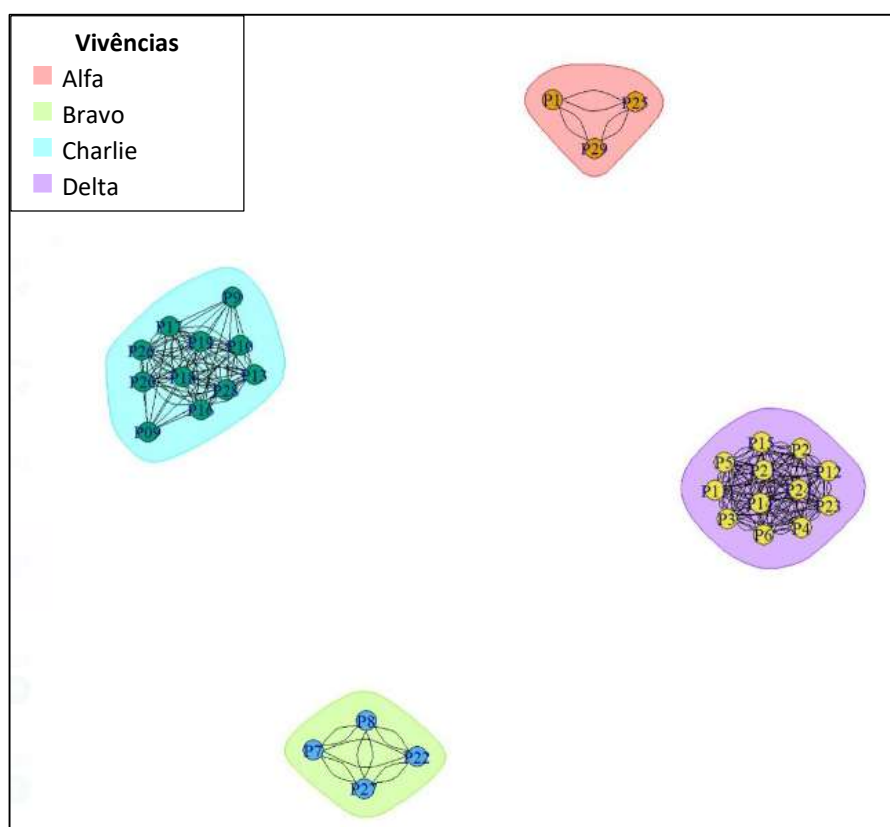
Atualmente, os líderes dessas organizações assumem uma posição de poder e respeito dentro e fora do sistema prisional (LESSING; WILLIS, 2019; WILLIS, 2019; DIAS; SALLA, 2013). Quando os criminosos ganham reputação ou notoriedade, esse fato pode favorecer a construção da confiança desse ator junto aos outros indivíduos, a ocorrência da confiança baseada na reputação ocorre com o fluxo de informações (LAMPE; JOHANSEN, 2004), que poderá ocorrer por intervenção da mídia, das polícias ou do Judiciário. Essa reputação pode ser caracterizada como um ativo poderoso, pois o ator não colocará sua reputação em risco tão facilmente (MISZTAL,

1996). A forma como o ator se apresenta é apto a obter respeito, medo ou simpatia dos demais atores.

Uma das formas de fazer com que a rede seja interrompida é removendo os atores que possuem características de facilitadores (HAWLEY, 2002), já que esses são os atores que se conectam com outros atores ou fornecem algum recurso importante dentro da rede.

Assim, para verificar a atuação dos presos dentro da unidade federal, foi realizado uma análise de como estão distribuídos os presos na PFBRA, conforme figura 3:

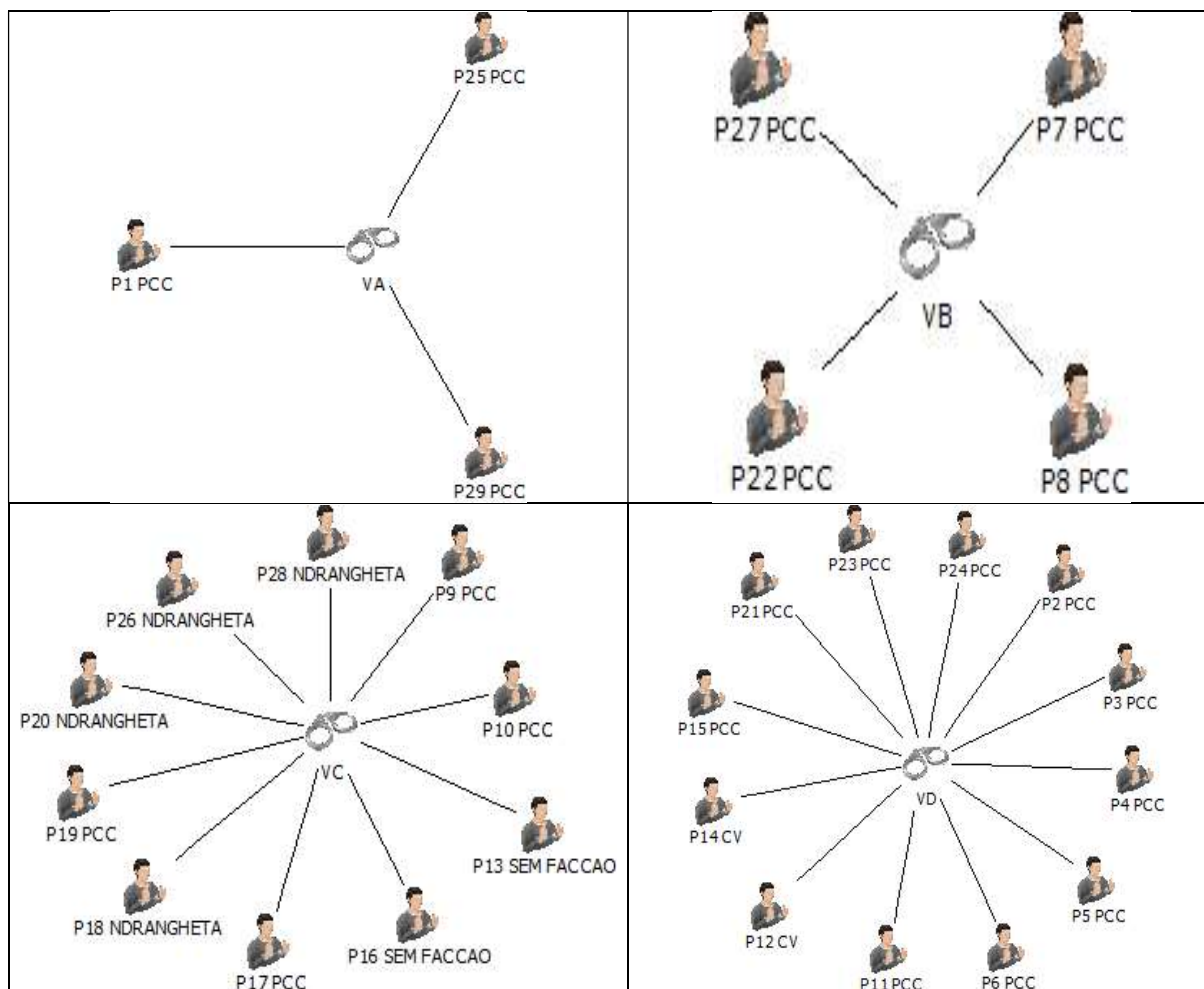
Figura 3 - Distribuição dos presos reclusos na PFBRA



Fonte: Dados da Pesquisa

A rede oriunda da vivência Delta é a que possui maior número de presos, seguido da vivência Charlie, após Bravo e Alfa, conforme demonstrado de forma individualizada na figura 4:

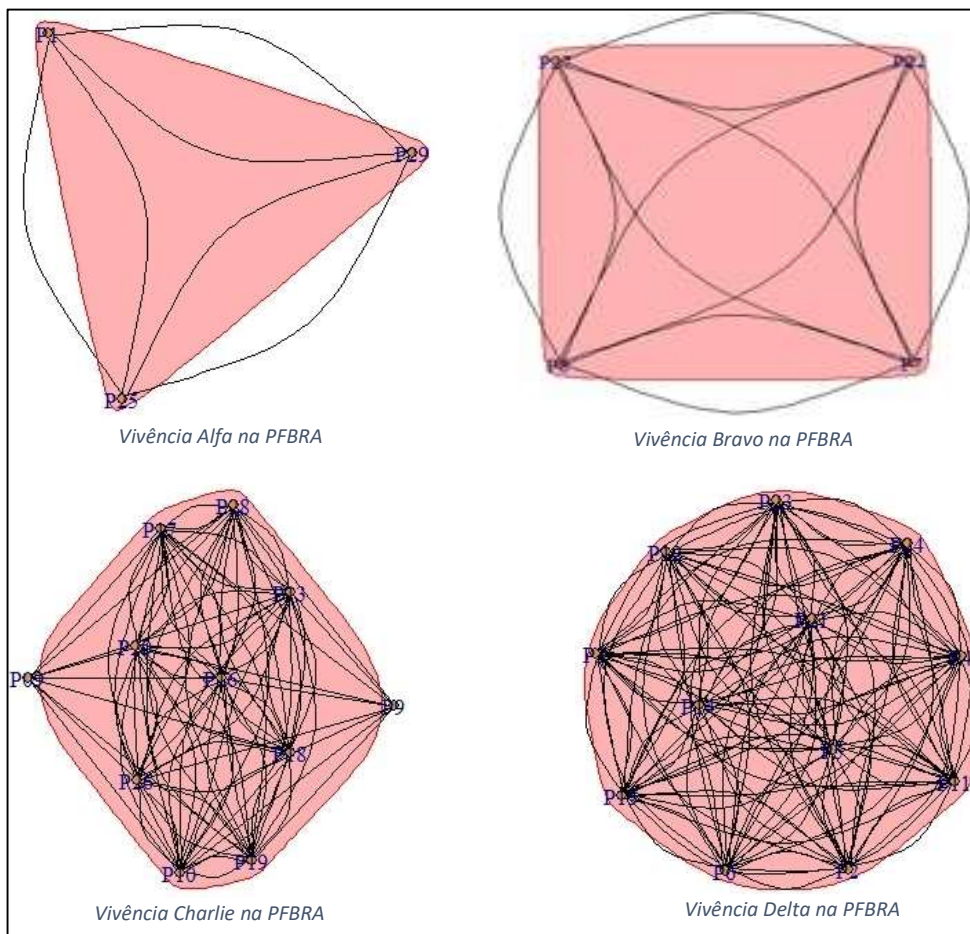
Figura 4 - Distribuição dos presos na PFBRA



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que as vivências Alfa e Bravo são habitadas somente por presos do PCC. Um dos motivos dessa distribuição está na forma de isolar o preso, de modo a dificultar a comunicação com os demais presos. Já que os laços sociais podem refletir de forma direta no fluxo de comunicação e informação (IACOBUCCI; SALTER, 2012). Em se tratando de uma estrutura não hierárquica, essa comunicação pode ocorrer entre qualquer membro do grupo, diferentemente da estrutura hierárquica, em que o ator central detém o poder de controlar esse fluxo (MIZRUCHI, 2006). A figura 5 nos mostra a rede gerada a partir do software R.

Figura 5 - Distribuição dos presos na PFBRA

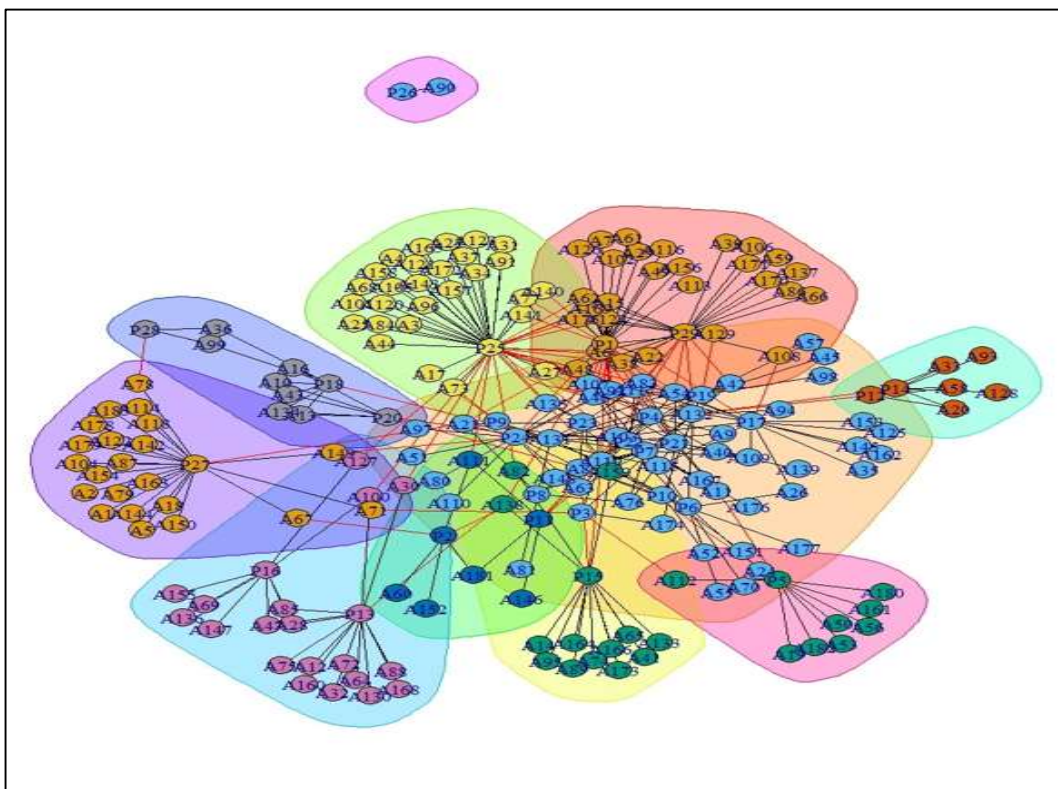


Fonte: Dados da Pesquisa

4.3.3. Redes – Relação entre os Presos X Advogados

Uma das formas dos presos que estão custodiados no SPF se relacionarem como o mundo exterior, ocorre por meio dos relacionamentos estabelecidos com seus advogados. Por isso, foi realizada a rede dos presos e advogados conforme figura 6:

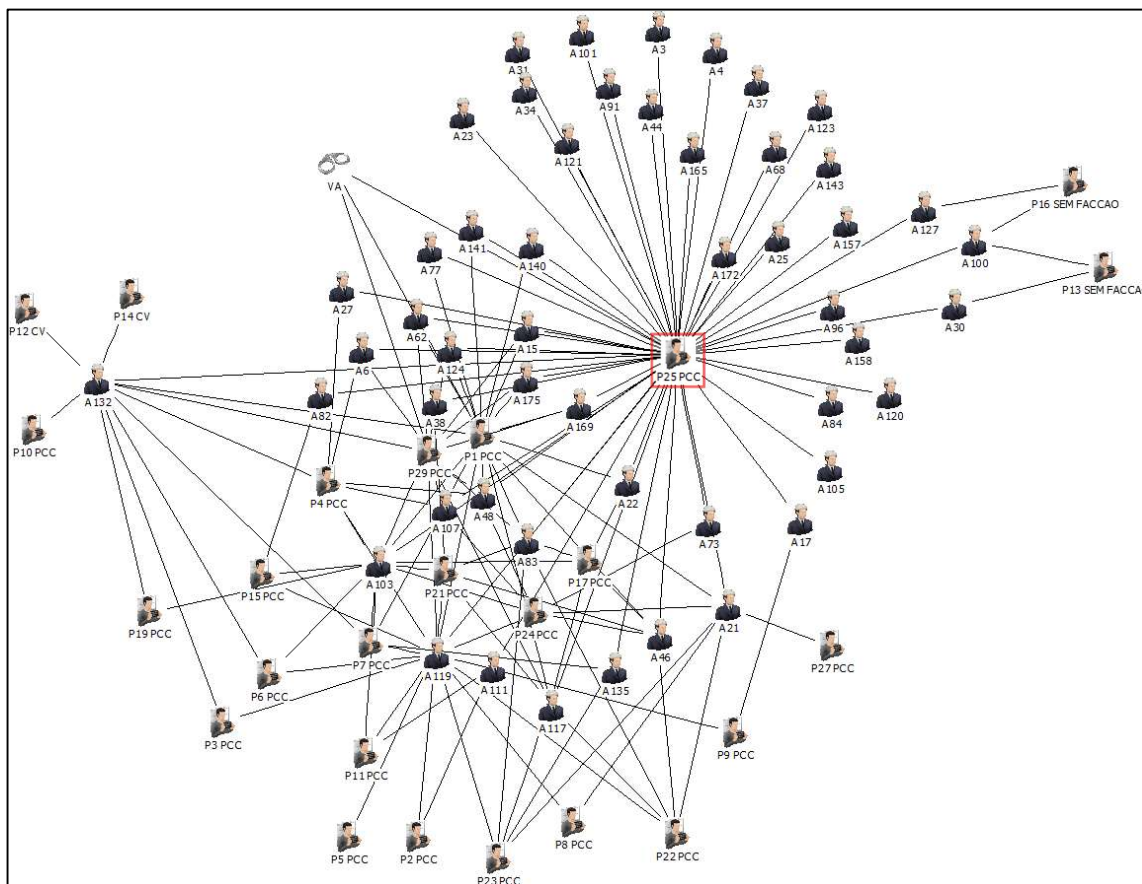
Figura 6 - Redes dos presos e advogados



Fonte: Dados da Pesquisa

A análise de rede social possibilitou verificar que o quantitativo de conexões não é feito de forma igualitária entre os presos, por exemplo, o P26 possui apenas 1 advogado, ao passo que o P25 possuía 52 advogados cadastrados entre ativos e inativos. A partir dos resultados obtido no software R, foi utilizado o software IBM® I2® para gerar as figuras dos vínculos individualizados. Logo, a figura 7 demonstra os vínculos que existiria entre o preso P25 e seus advogados cadastrados no SPF.

Figura 8 - Relação entre o P25, seus advogados e outros presos

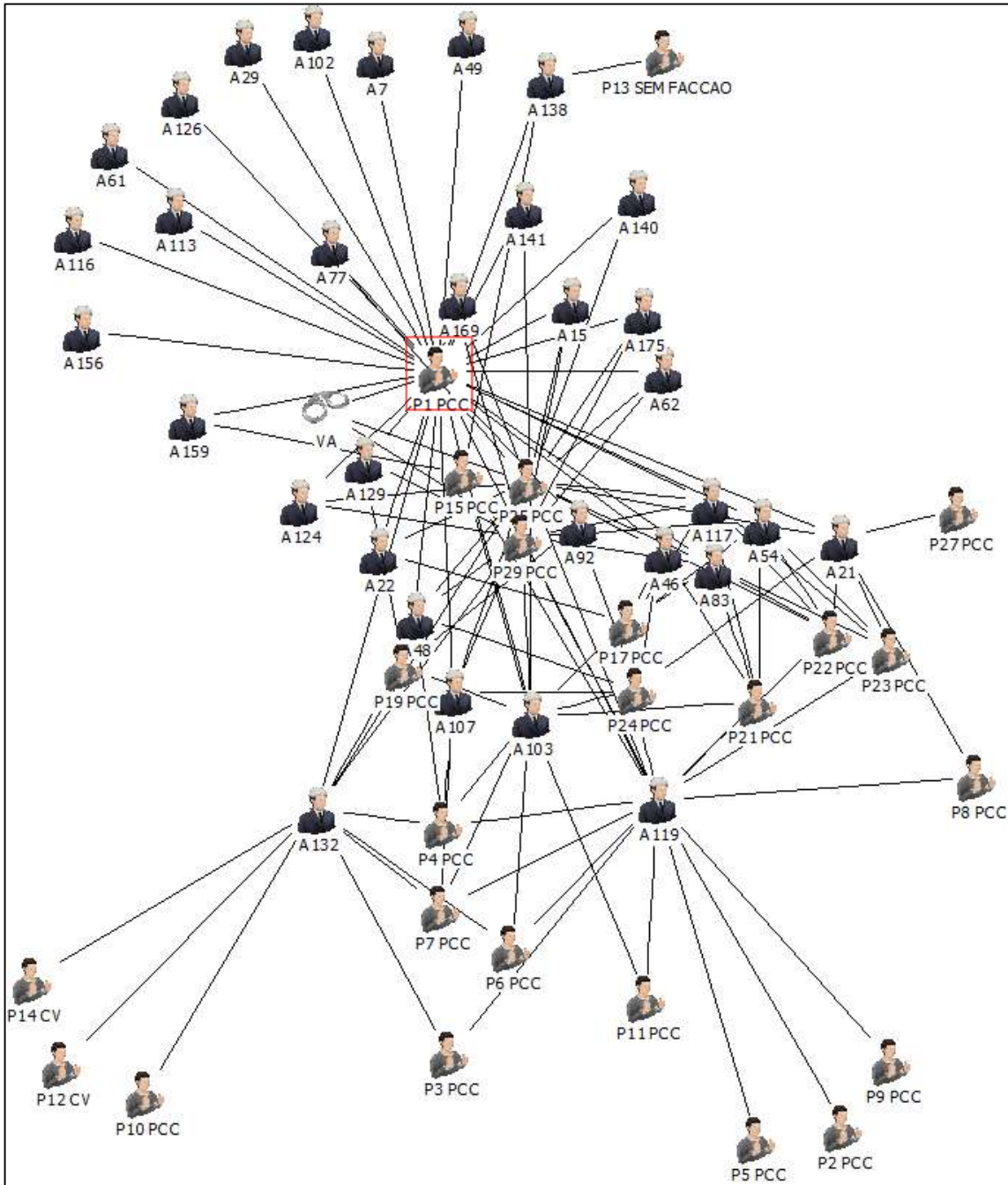


Fonte: Dados da pesquisa

No organograma da organização criminosa, o preso P25 é atribuído o cargo de “sintonia final”, ou seja, faz parte da cúpula que é a última instância do PCC, com alto poder financeiro.

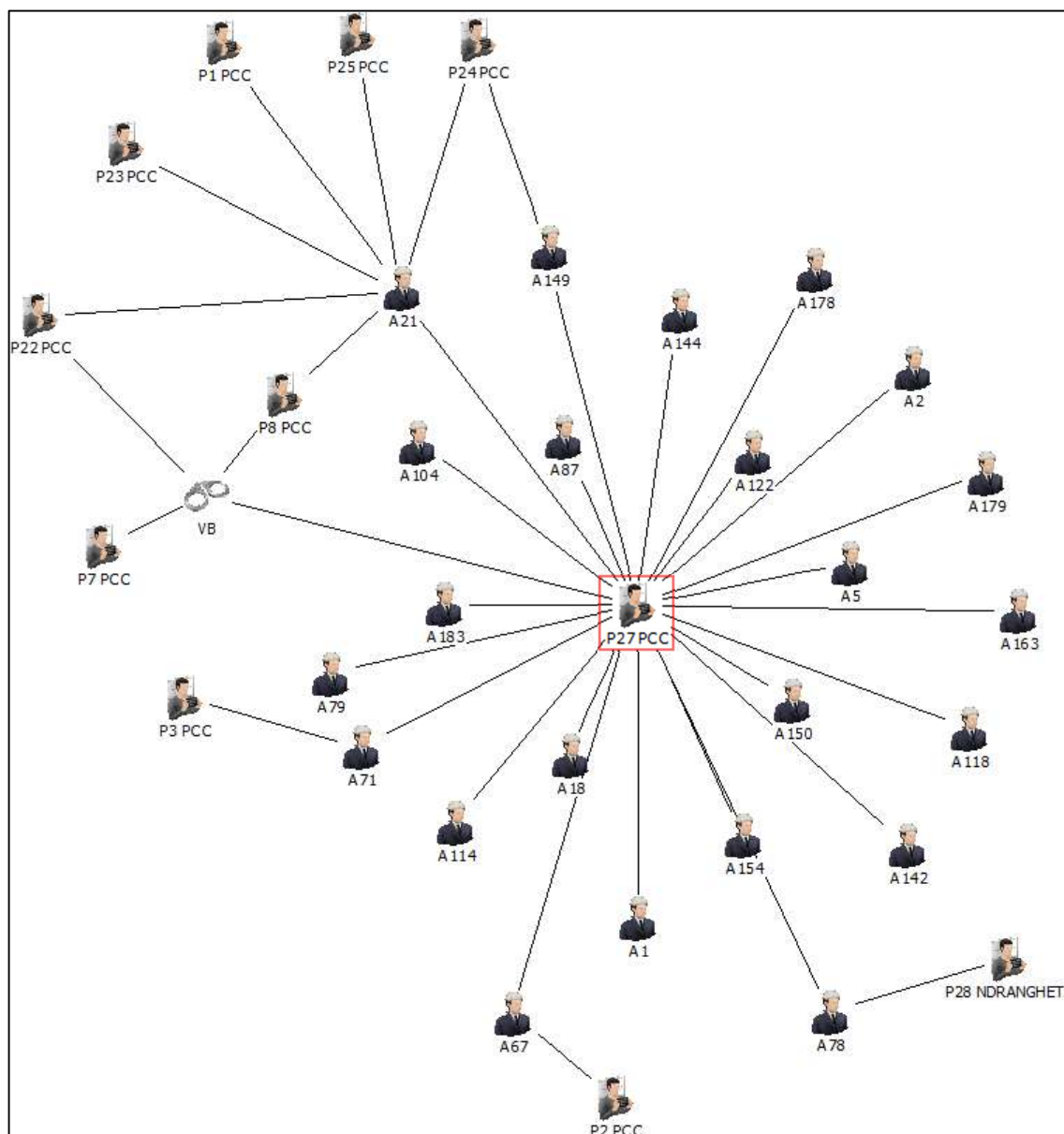
Os presos P1 e P29, com 33 e 26 conexões, respectivamente, funcionam como elos para os demais grupos. Podem não ser o líder da organização criminosa, mas são considerados poderosos e possuem prestígio perante os outros membros da organização criminosa que fazem parte. Esses presos também fazem parte da sintonia final da organização criminosa. Wasserman e Faust (1994), diz que a natureza dos laços entre os atores da rede pode se dá nas relações de amizade, interesses comuns, trocas financeiras, prestígio, entre outras. Nas figuras 9 e 10 observaram-se, respectivamente, as relações dos presos P1 e P29:

Figura 9 - Relação entre o Preso 1, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

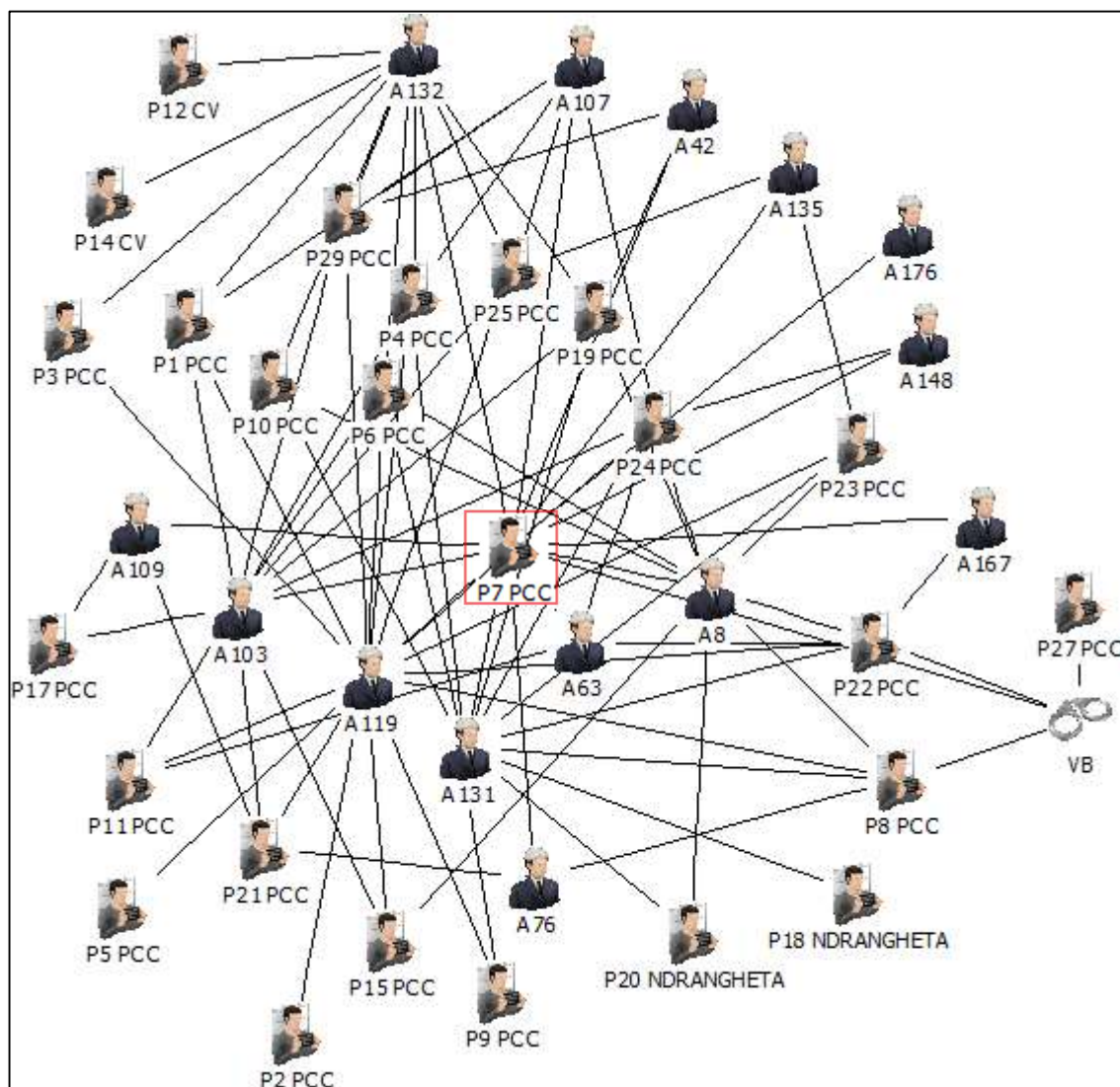
Figura 11 - Relação entre o Preso 27, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

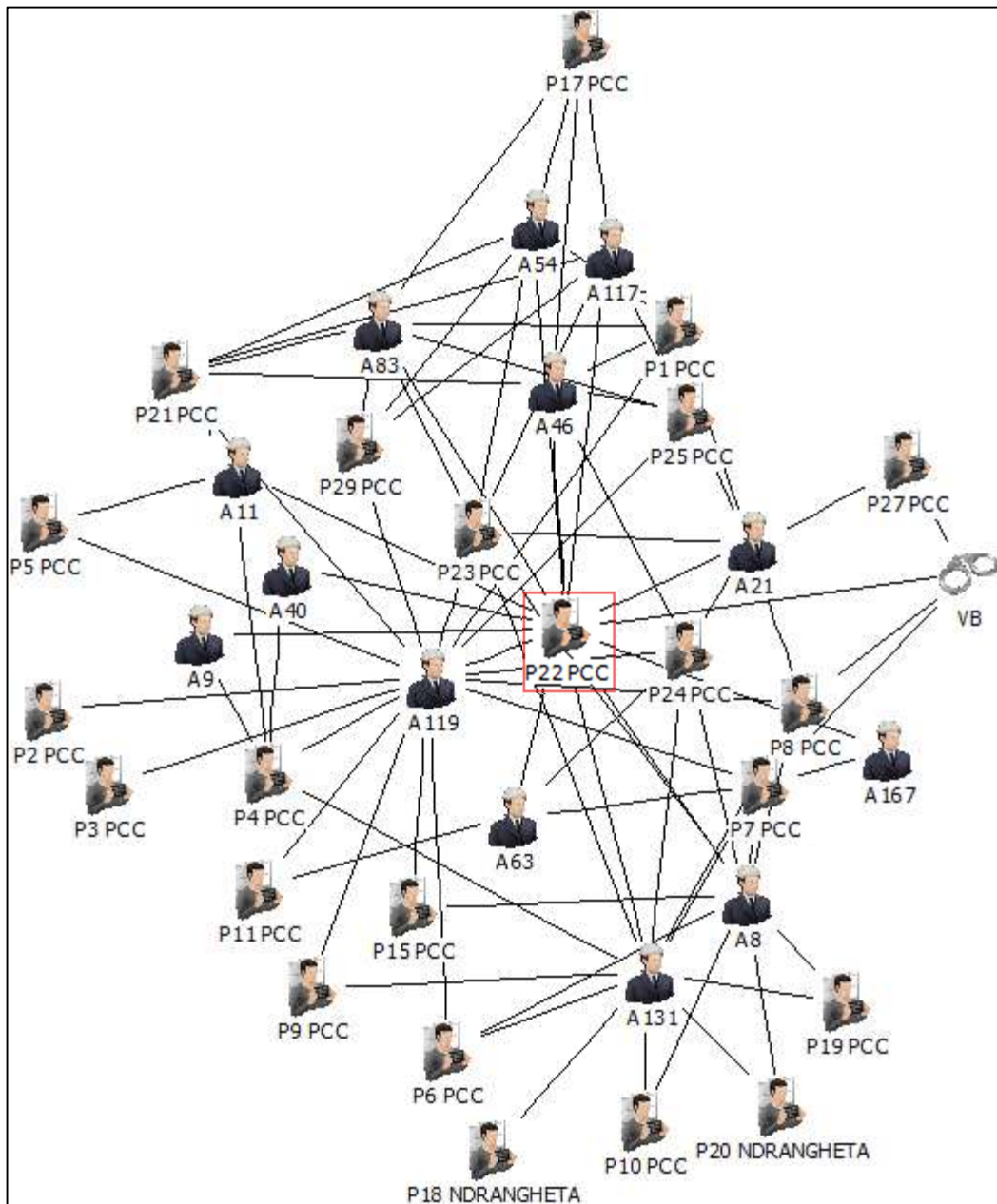
Ao se observar a região central da figura 9 no software R, nota-se a presença muito próxima dos presos P7, P21 e P22, que possuem respectivamente 14, 12 e 13 conexões. Conforme a análise, esses presos encontram-se bem no meio da rede e fazem parte da sintonia final da organização criminosa. É possível dizer que esses presos possuem capacidade de se articular com os demais presos, como também enviar ordens para o mundo exterior, conforme Figuras 12, 13 e 14:

Figura 12 - Relação entre o Preso 7, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

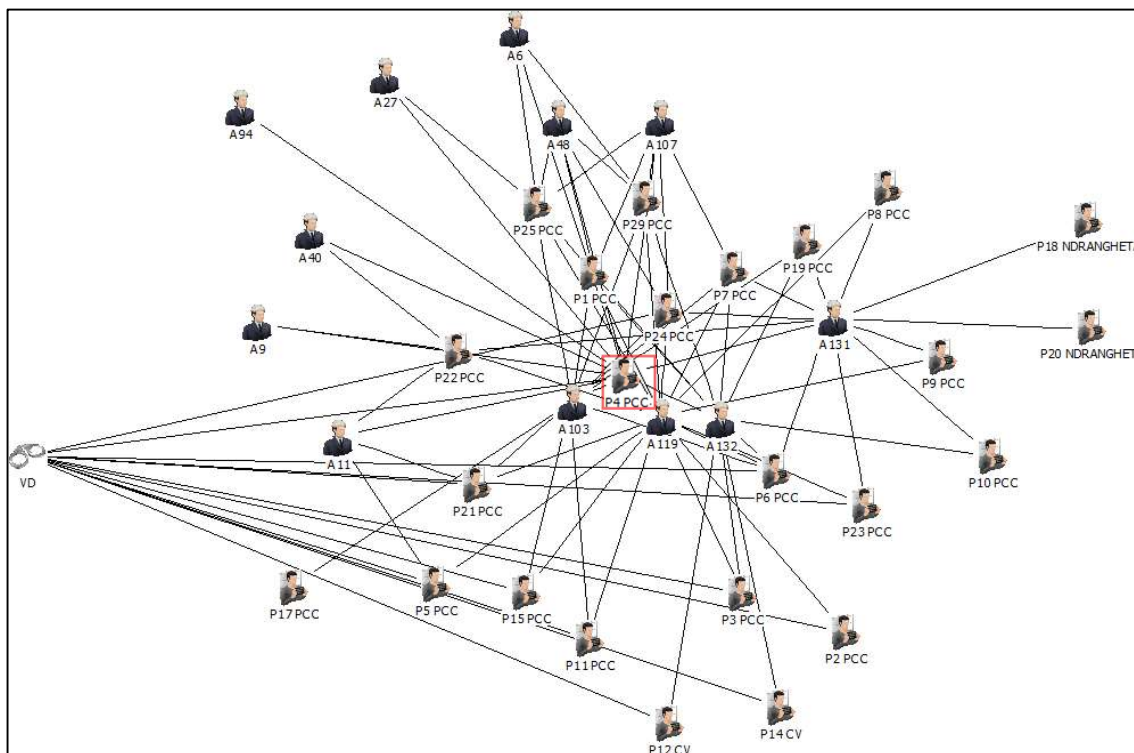
Figura 14 - Relação entre o Preso 22, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

O preso P4 possui 12 conexões, mas conforme se visualiza na rede social, este preso está localizado em local estratégico, com alta centralidade, conforme Figura 15:

Figura 15 - Relação entre o Preso 4, seus advogados e outros presos

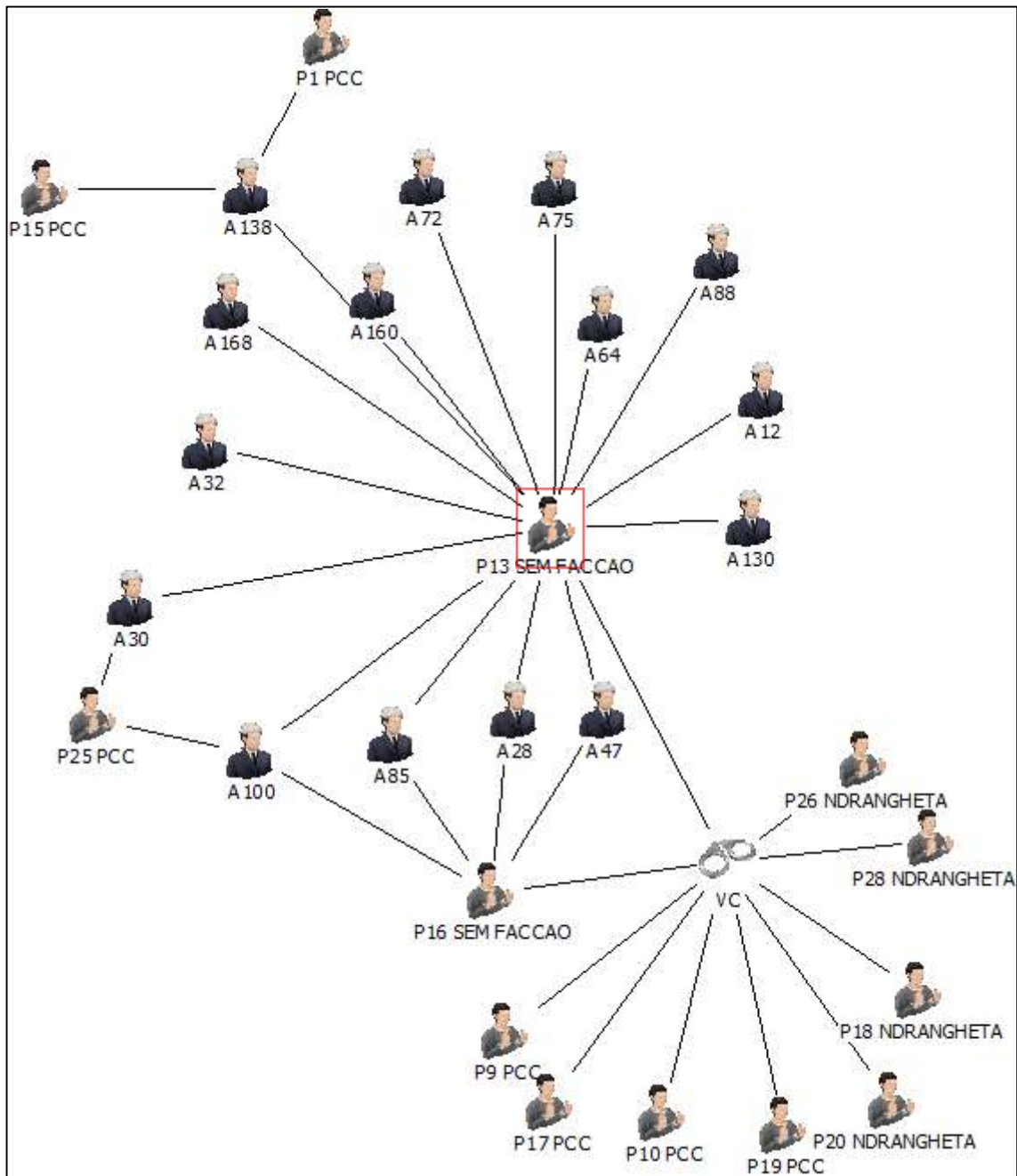


Fonte: Dados da pesquisa

Dentro do ambiente prisional é possível verificar que existe contato entre os presos, sendo que a depender da vivência que o preso está alocado o contato com outro preso fica mitigado, por isso uma das formas utilizadas pelos presos se dá por meio dos advogados.

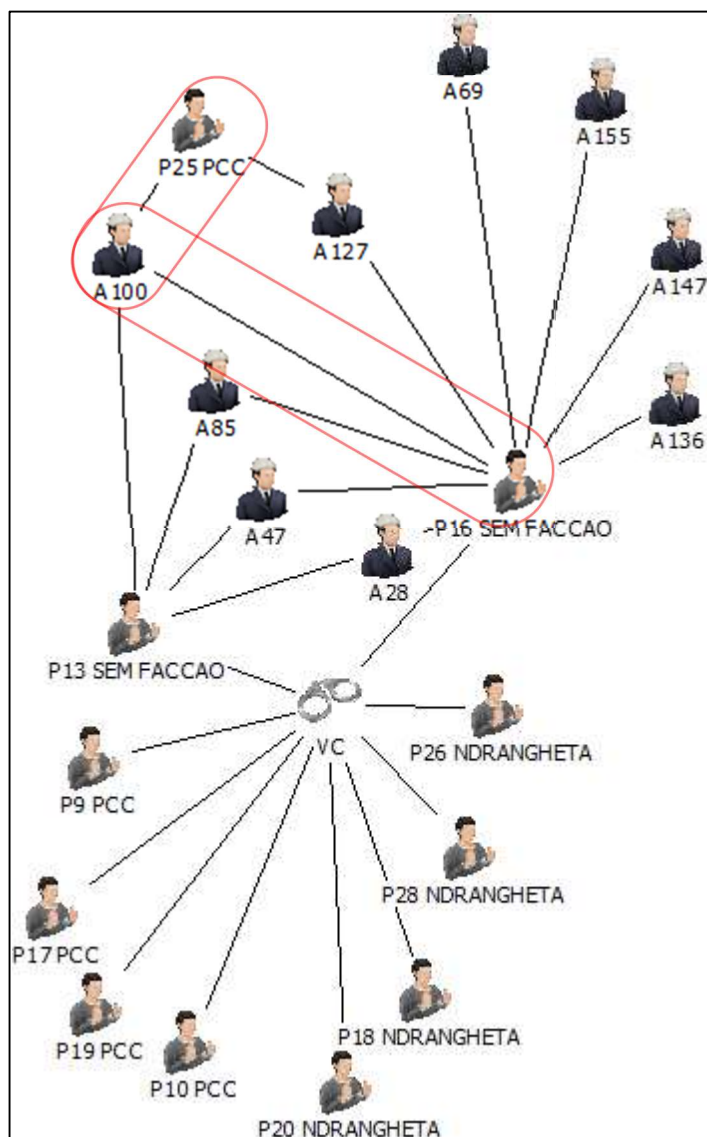
Os presos P13 e P16, possuem respectivamente 15 e 9 conexões. Esses presos apesar de não integrarem uma organização criminosa, possuem um alto poder aquisitivo e influência no mundo do crime. As figuras 16 e 17 permitem visualizar as redes dos presos P13 e P16:

Figura 16 - Relação entre o Preso 13, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 17 - Relação entre o Preso 16, seus advogados e outros presos



Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que dentro da rede esses presos compartilham o mesmo advogado A100, que este tem conexão com o preso P25. Além de possuírem o mesmo advogado, os presos P13 e P16 convivem na mesma vivência VC – vivência Charlie, porém o preso P25 faz parte da vivência VA – vivência Alfa. Dessa forma, a única forma de conexão entre os presos não faccionados e o P25 é por meio do advogado que compartilham.

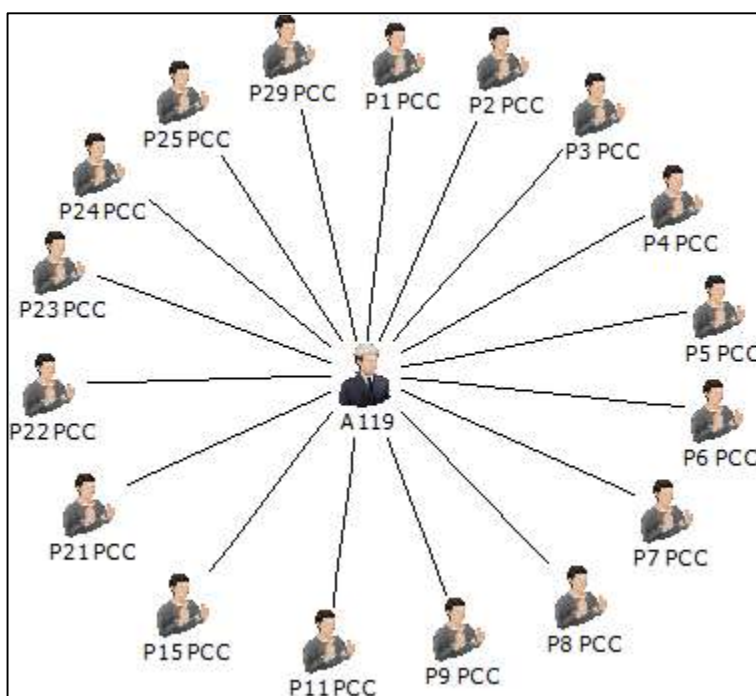
Obtida a rede de relacionamento entre os presos e seus advogados, foi possível identificar quais advogados se relacionam com mais de 01 (um) preso.

Vislumbra-se que a maior parte, 144 (cento e quarenta e quatro) dos advogados possuem somente 1 (uma) ligação com preso; porém, 37 advogados possuem 2

(duas) ligações; 17 advogados possuem 3 (três) ligações; 3 advogados possuem 4 (quatro) ligações; 1 advogado possui 5 (cinco) ligações; 2 advogados possuem 6 (seis) ligações, 4 advogados possuem 7 (sete) ligações; 1 advogado possui 10 (dez) relações; 1 advogado possui 11 (onze) relações; 2 advogados possuem 12 (doze) relações; e 1 advogado possui 17 (dezesete) relações.

As figuras 18, 19, 20 trazem os advogados que mais possuem contato com os presos.

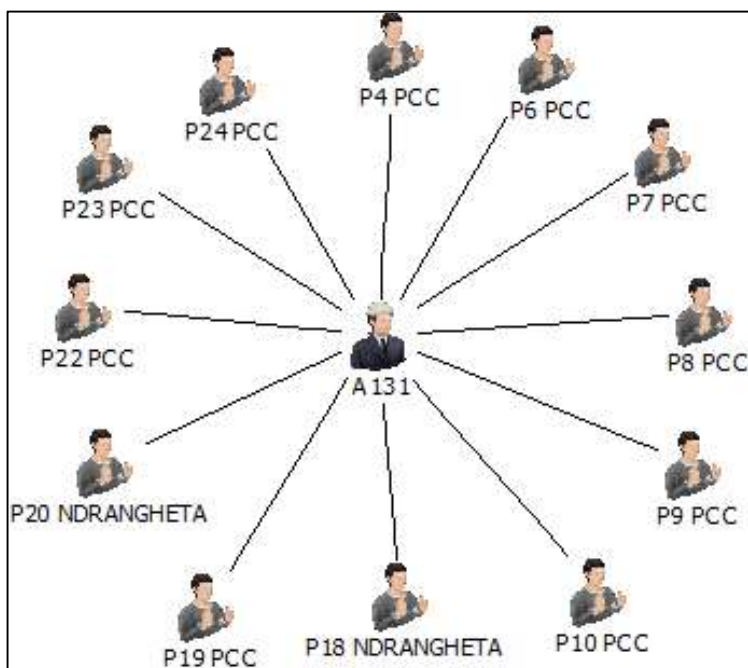
Figura 18 - Relação entre Advogado 119 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 18, nota-se que o advogado A119 somente possui vínculo com os presos oriundos do PCC.

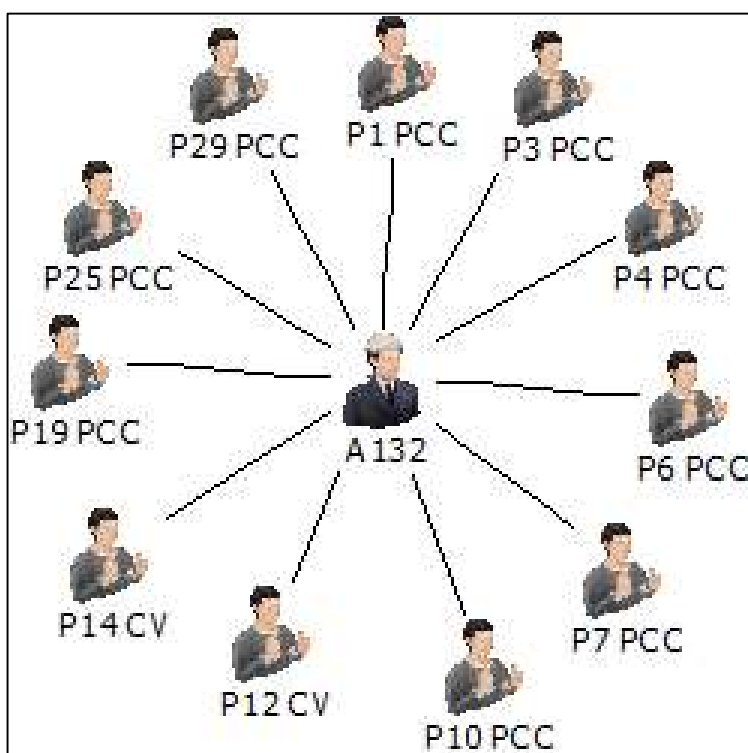
Figura 19 - Relação entre o Advogado 131 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Já na figura 19, o advogado A131 atende os presos do PCC e da máfia Ndrangueta.

Figura 20 - Relação entre o Advogado 132 e os presos



Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 20, diferentemente dos outros advogados, o A132 atende aos presos do PCC e do CV.

Nota-se que o A119 foi o advogado que mais teve contato com presos, seguido pelo A131 que tinha quantitativo e atendia a presos de diferentes facções, em seguida o A132. Esses foram os principais advogados com maior número de contato com os presos e os que atendiam a presos diversos.

Por meio da tabela 7 verifica-se o quantitativo de vínculos entre os presos e os advogados cadastrados no SPF.

Tabela 7 - Vínculos de presos com advogados

Presos	Vínculo com os Advogados
P25 PCC	52
P1 PCC	33
P29 PCC	27
P27 PCC	24
P24 PCC	19
P15 PCC	17
P13 SEM FACÇÃO	16
P17 PCC	16
P7 PCC	15
P22 PCC	14
P21 PCC	13
P4 PCC	13
P6 PCC	13
P19 PCC	11
P5 PCC	11
P16 SEM FACÇÃO	10
P18 NDRANGHETA	9
P23 PCC	9
P20 NDRANGHETA	8
P11 PCC	7
P14 CV	7
P2 PCC	7
P8 PCC	7
P10 PCC	6
P3 PCC	6
P12 CV	5
P28 NDRANGHETA	4
P9 PCC	4
P26 NDRANGHETA	1

Fonte: Dados da pesquisa

Já a tabela 8 demonstra o quantitativo de vínculos entre os advogados e os presos.

Tabela 8 - Advogados com maior quantidade de conexão

Advogados	Vínculo com os Presos
A119	17
A113	12
A131	12
A132	11
A8	10
A117	7
A21	7
A83	7
A107	6
A46	6
A54	6
A48	5

Fonte: Dados da pesquisa

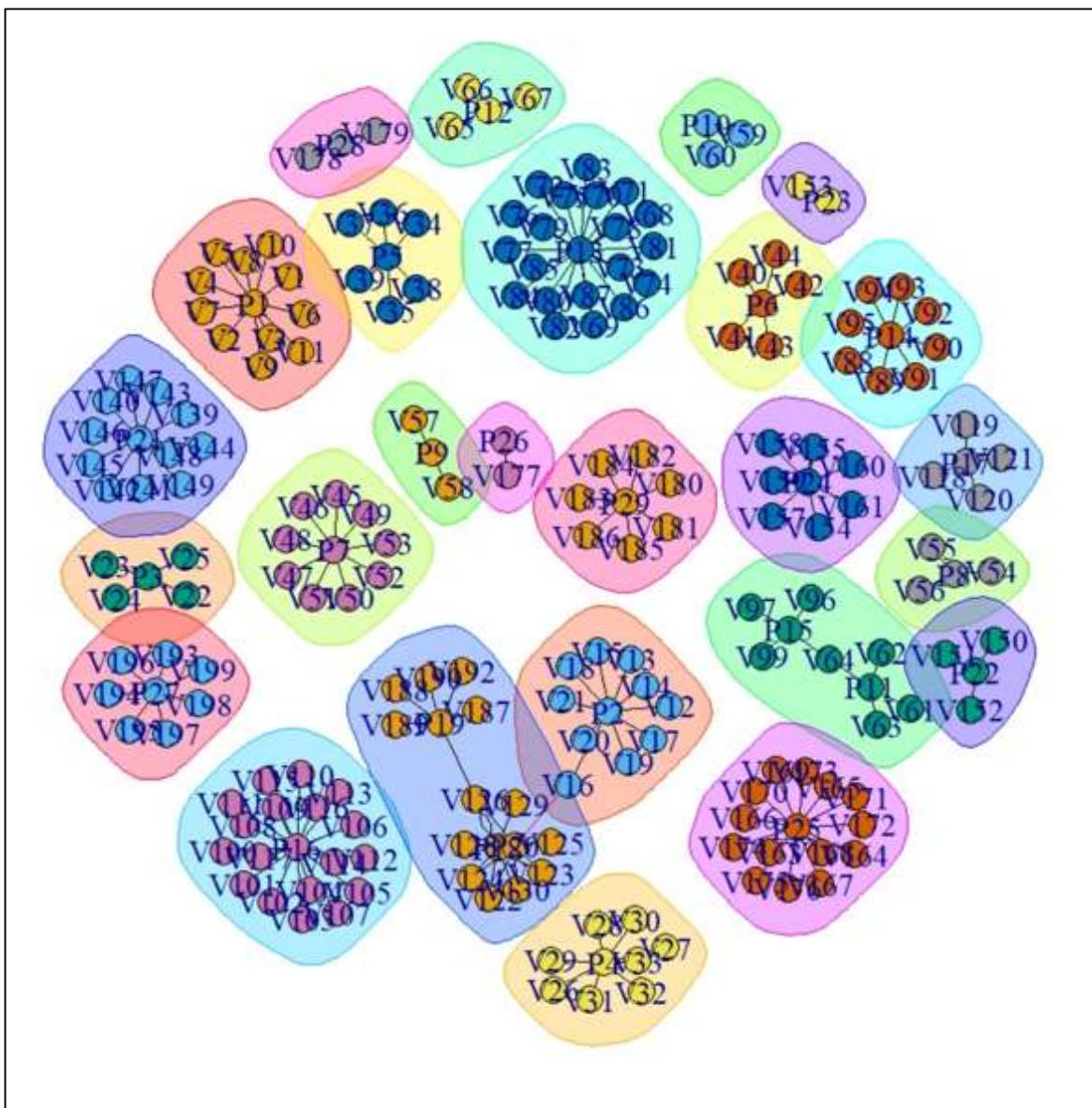
Em relação as conexões dos presos com advogados há: somente 1 preso tem vínculo com 1 advogado; 2 presos com 3 advogados; 1 preso com 4 advogados; 2 presos com 5 advogados; 4 presos com 6 advogados; 1 preso com 7 advogados; 1 preso com 8 advogados; 2 presos com 9 advogados; 2 presos com 10 advogados; 3 presos com 12 advogados; 1 preso com 13 advogados; 1 preso com 14 advogados; 2 presos com 15 advogados; 1 preso com 16 advogados; 1 preso com 17 advogados; 1 preso com 23 advogados; 1 preso com 26 advogados; 1 preso com 33 advogados; e 1 preso com 52 advogados.

4.3.4. Redes – Relação entre os Presos X Visitas

As relações criminais de uma forma geral tendem a estar introduzido em laços de parentescos (LAMPE.; JOHANSEN, 2004). As redes ilícitas geralmente incluem atores não criminosos (família e amigos) para atuarem como conectores indiretos entre os atores das atividades ilícitas, corroborando, assim, com o aumento da eficiência da rede (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009). Em um estudo realizado sobre os contrabandistas de álcool na Noruega, os autores (2004) verificaram que os contrabandistas recebiam apoio moral e logístico de seus familiares e de suas esposas.

Dessa forma, foi verificado as relações estabelecidas entre os presos e seus visitantes, conforme Figura 21:

Figura 21 - Redes dos presos e suas visitas



Fonte: Dados da pesquisa

Uma outra forma de os presos que estão custodiados no SPF se relacionarem como o mundo exterior, ocorre por meio dos relacionamentos estabelecidos através de suas visitas. Entretanto, o DEPEN com o propósito de manter o isolamento do preso no sistema penitenciário federal, adotou medidas mais restritivas em relação ao sistema de visitas, ocasionando a formação de uma rede formal. Conforme Kreager et al. (2015) no contexto prisional essa rede é formal porque as funções institucionais, por exemplo, as visitas são definidas.

Essa restrição ocorre em relação ao modo de comunicação do preso com o mundo exterior, nesse caso, por intermédio do visitante. Muitas das vezes, o preso, se utilizava das visitas para enviar ordens ao mundo exterior com objetivo de manter

seu status e sua articulação criminosa. Essa medida de restrição visa o efetivo isolamento do preso no SPF, cuja finalidade é desarticular os líderes das organizações criminosas, reduzindo seu poder e sua capacidade de influência.

4.4. Das percepções dos servidores sobre a rede de relacionamento na PFBRA

Para atingir o objetivo de avaliar a percepção dos servidores sobre o fenômeno da formação das relações sociais dos presos na PFBRA, organizou-se e descreveu-se as percepções dos 21 (vinte e um) respondentes. Além disso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo utilizando o software Iramuteq. Como informado anteriormente, foi suprimido os nomes dos presos por conta do sigilo que se exige.

Foram aplicados questionários dividindo-se em 3 itens: no primeiro, é solicitado o perfil do respondente; em seguida, são realizadas 07 (sete) perguntas sobre a rede de relacionamento na PFBRA; por fim, questões finais com 03 perguntas. Diante disso, o estudo em questão analisou o conteúdo das respostas, e, por meio de leitura exaustiva, foi possível descrever as ideias centrais das respostas mantendo-se a coerência e a adstrição com a integralidade do texto.

Em relação a rede de relacionamento na PFBRA, esse item possui 07 perguntas, conforme demonstradas a seguir:

Pergunta 1: Na sua percepção, como são desenvolvidas as relações sociais dos presos dentro da unidade?

Conforme os respondentes, essas relações são desenvolvidas principalmente com o convívio diário com outros presos na vivência, durante o banho de sol, por meio das cartas, das visitas e dos atendimentos com seus advogados. Os presos que pertencem a mesma organização criminosa e estão no mesmo grau hierárquico possuem, geralmente, um melhor relacionamento já que possuem perfis semelhante.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

No convívio nas vivências, banho sol, quando realizam visitas e possuem atendimento com os advogados. (ID_6)

Diálogo, cartas, advogados e visitantes. (ID_2)

[...] Assim, via de regra, as relações de presos são desenvolvidas entre eles por uma relação de perfil semelhante [...]. (ID_8)

[...] Em especial na PFBRA, eu acredito que o relacionamento das lideranças do PCC, deu-se pelo fato de serem da mesma facção criminosa e pelo fato de estarem no mesmo grau hierárquico na facção. (ID_18)

Pergunta 2: Com quem os presos se relacionam?

De acordo com os respondentes, os presos se relacionam principalmente com os presos que estão na mesma ala, com os que são da mesma organização criminosa, além de se relacionarem com seus familiares e advogados.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

A maior parte dos relacionamentos é com os próprios presos da ala (galeria) que ele pertence. (ID_4)

Com advogados, outros presos e familiares. (ID_7)

Normalmente apenas com os presos da sua ala, com os quais compartilham o mesmo período de banho de sol, e também tentam comunicar-se através das brisas da cela com as demais alas e vivências. (ID_12)

Contato e interação entre membros da mesma organização. Já o contato com pessoas externas somente ocorre com visitantes (familiares e pessoas próximas) e advogados previamente cadastrados. (ID_20)

Pergunta 3: Do seu ponto de vista, quais são os presos que possuem melhor relacionamento com outros presos? Por quê?

Conforme relatado, os presos que possuem melhor relacionamento são os líderes, pelo status que ocupam na organização criminosa, pois são admirados e respeitados pelos demais membros.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Os presos “lideranças” das facções criminosas, justamente pelo status que ocupam nestas. (ID_1)

Os chefes de facção ou que tem algum tipo de liderança, porque os internos que não possuem liderança tentam de alguma forma melhorar a situação de sua família na rua, a sua dentro da unidade e para quando voltarem à unidade do Estado de origem terem algum tipo de status. (ID_6)

Presos com voz de comando como os líderes das facções geralmente tem boa interação com todos os outros presos, devido a sua capacidade de comunicação, e ao seu respeito e admiração dos demais presos dentro da rede do crime organizado. (ID_10)

Pergunta 4: Em sua opinião, quais são os presos que você considera mais poderosos ou influentes dentro da unidade? Justifique.

Nas respostas analisadas, verificou-se que os líderes por terem uma grande influência sobre os demais presos são considerados pelos respondentes como os mais poderosos ou influentes. Foi relatado que na PFBRA o preso mais influente é a liderança da organização criminosa PCC. Os presos que possuem status dentro da

organização criminosa também são vistos como poderosos, já que detêm poder de decisão dentro da organização além de possuírem melhores condições financeiras.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Os chefes por ter poder de oferecer vantagens para os familiares de presos fora do sistema. (ID_3) {suprimido}, por seu poderio financeiro. {suprimido}, por ser líder máximo do PCC. (ID_7)

Dentro da Penitenciária Federal de Brasília o preso mais influente e poderoso é o {suprimido}, conhecido como {suprimido}, pois é o líder de uma das maiores organizações criminosas do mundo, o Primeiro Comando da Capital (PCC), junto com {suprimido}. Também tem os presos {suprimido}, pois esses são lideranças da 'Ndrangheta, a poderosa máfia italiana da Calábria. (ID_10)

Os presos que se encontram no topo da hierarquia de suas organizações criminosas porque possuem melhores condições financeiras e poder de decisão no âmbito da criminalidade. (ID_16)

Os presos mais poderosos e influentes são aqueles que possuem algum poder de mando dentro de uma facção criminosa, ou aquele que tenha alto poder aquisitivo para custear advogados para ele e os demais presos do seu relacionamento. (ID_18).

Pergunta 5: Para você existe cooperação entre os presos dentro da unidade?

Em caso positivo, como base em que um preso coopera com outro?

Verifica-se que os presos cooperam dentro da unidade com base em interesses pessoais ou da organização criminosa que fazem parte. Uma das formas de cooperar é quando o preso fornece advogado a outro preso que não possuem condição financeira. Além disso, é possível que seja ofertado ao preso membro da organização criminosa ajuda de custo para a família, além da assistência jurídica.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Os presos tendem a colaborar com outros que possuam posição privilegiada na estrutura da facção criminosa (ID_1)

É perceptível quando está ocorrendo colaboração entre os presos. Exemplos: Quando dividem o mesmo advogado com o interno que tem menos condições, quando as visitas chegam juntos na unidade porque dividem o mesmo meio de transporte. (ID_6)

Presos de menor expressividade acabam cooperando com as maiores lideranças. Por vezes a subordinação hierárquica existente na estrutura do PCC os levam a essa postura, bem como, o receio de contrariarem o líder, cuja pena pode ser capital. (ID_8)

[...] A facção costuma pagar uma mesada para família, além de pagar advogados. (ID_9)

Existe cooperação através de financiamento de assistência jurídica, "mensalidade" aos integrantes custodiados no sistema penitenciário e custos de deslocamento de visitantes. (ID_16)

Geralmente os presos cooperam entre si para aumentar, cada vez mais, o seu Clã, as pessoas com que ele pode contar, seja para se proteger dentro do estabelecimento prisional, seja para ter algum benefício, seja

para ascender dentro da facção criminosa, vai depender, mais uma vez, dos interesses e das motivações dos presos. (ID_18)

Pergunta 6: Por quais meios os presos dentro da unidade acessam e/ou compartilham os recursos físicos e intangíveis (por exemplo, informação)?

Segundo os respondentes várias são as formas utilizadas pelos presos para compartilharem informações, uma delas é no banho de sol. Porém, as informações externas muitas das vezes são compartilhadas de forma ilegal nos parlatórios, local em que algumas visitas e advogados utilizam para passarem mensagens codificadas para os presos.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Recursos físicos somente aqueles a que são permitidos pela legislação pertinente. Já intangíveis, através de seus familiares e advogados, principalmente através de mensagens codificadas (ID_2)
 Informações são passadas através do diálogo no banho de sol. (ID_3)
 O PCC, o qual tem a grande maioria de presos na PFBRA, utiliza-se de familiares e advogados para comunicação externa.
 "salves" que saem das unidades através de outros presos, advogados, visitas [...] (ID_17)
 Através do uso de "terezas" para compartilhar algo de interesse como alimentação e medicamentos. (ID_12)
 [...] tereza (utilizam de linhas para compartilhar materiais entre celas). (ID-21)

Pergunta 7: Para você os laços sociais que os presos possuem influenciam no fluxo de informações, recursos ou comportamentos? Comente.

Nota-se que os relacionamentos formados pelos presos influenciam no fluxo de informações, recursos e em seus comportamentos. Verifica-se que os presos se comportam de forma diversa quando estão na presença de presos influentes com objetivo de crescer na organização criminosa. Quando o preso possui uma rede social extensa fica mais difícil imputar-lhe responsabilidade pelo fluxo de informação.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Especialmente no que tange aos comportamentos. Os presos tendem a copiar comportamentos externados por outros presos nos quais se espelham, seja por relações de amizade ou pelo status ocupado na organização criminosa (ID_1)
 Quanto maior a rede social do preso, maior a dificuldade em imputar a ele a responsabilidade pelo fluxo de informações. (ID_2)
 Os internos tendem a se comportar de forma diferente quando estão na presença dos internos influentes, dos internos que podem melhorar de alguma forma sua vida dentro e fora das unidades. As informações que são passadas de presos para preso chegam de forma mais eficiente [...] (ID_6)

Familiares e advogados acabam sendo transmissores de mensagens da e pra orcrim. (ID_9)

Sim, um exemplo disso é o tipo de facção criminosa que o preso participa como aquelas que tem condutas e posturas mais agressivas dentro e fora dos presídios batendo de frente com todo o sistema de segurança pública, exemplo do PCC [...] Outro tipo de laço social dentro do presídio que muda o comportamento depende da quantidade de presos juntos num determinado momento, como por exemplo, num pátio banho de sol onde o comportamento dos internos costuma ser mais agressivo e de enfrentamento a ordem e disciplina. (ID_10)

Nas questões finais:

Pergunta 8: O encarceramento por longo período de tempo de um presidiário junto com os outros presos favorece a formação do relacionamento entre eles? Quais são os impactos desse relacionamento de longo prazo (laços mais fortes entre os presos)?

Conforme relatado, o encarceramento por longo período fortalece as relações sociais, quanto mais tempo o preso convive com outro preso mais confiança ele adquire. A partir daí esse relacionamento seria fortalecido dentro e fora do sistema prisional. Porém, como são pessoas se relacionando, esse longo período poderá dar início a um conflito de interesse entre os presos.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Os laços criados pelas pessoas presas juntas a longo prazo se fortalecem não só entre eles, mas também às pessoas a eles ligadas externamente (ID_2)

Sim, é nítido que os apenados estreitam os laços de amizade ao longo do tempo, até porque é questão de sobrevivência [...] (ID_4)

Sim, o vínculo se torna mais forte por estarem juntos nas Vivências e naquilo que eles consideram como regime penitenciário mais duro que possam ser submetidos, mas a PFBRA tenta sempre que possível fazer rodízio desses internos nas Vivências e nas unidades para que esse vínculo seja quebrado e para que ele tenha que reiniciar as suas redes de relações.

(ID_6)

Não necessariamente poderá fortalecer o vínculo entre eles. Por vezes, o longo convívio poderá favorecer a externalização de seus interesses pessoais, revelando a real maneira de pensar e seus anseios. Quando isso ocorre, poderá gerar conflito de interesses e prejudicar o relacionamento pessoal [...] Contudo, de maneira geral, o convívio entre vários internos por um grande período de tempo poderá favorecer o vínculo entre eles. atento a isso, o SPF efetua rodízio periódicos de presos e faz análise minuciosa dos grupos de internos que terão convívio em uma mesma ala. (ID_8)

Percebe-se que há estreitamento de laços tanto que chegam a combinar entre si se vão sair para o banho de sol ou iniciar greve de fome, e a recusa em trocar de cela se o outro preso não for transferido juntamente. (ID_12)

Favorece sim, esse relacionamento facilita a comunicação e "passagem" de ordens para o mundo exterior. (ID_21)

Pergunta 9: A segregação de criminosos de alta periculosidade é capaz de reduzir a atuação das ações criminosas? Por quê?

A segregação desses presos por intervenção da restrição da comunicação externa faz com que os presos diminuam ou percam sua influência perante a organização criminosa, já que as informações não chegam em tempo real e com isso as ações criminosas são enfraquecidas, ocorrendo uma quebra na cadeia de comando dessa organização.

Essas ideias podem ser vistas nas seguintes respostas:

Sim, tendo em vista que eles perdem influência e informações em tempo real sobre as ações criminosas das organizações que integram. (ID_1)

Sim. A efetiva segregação destes presos, com restrição de comunicação externa dificulta sobremaneira a atuação deles como figuras importantes dentro das organizações criminosas. Com o tempo, passam a ter menos influência, sendo substituídos. Essa rotatividade enfraquece a Organização Criminosa e expõe fragilidades. Facilitando o combate ao crime organizado. (ID_2)

Sim; porque, para desarticular facções, é preciso endurecer isolamento de líderes para perderem a capacidade de articulação. Com isso, o estado é capaz de retomar o controle das unidades prisionais, enfraquecer o poder de comando deles e eliminar as influências que esses líderes das facções exercem nos comparsas que estão em liberdade. (ID_4)

Sim, porque as unidades do Sistema Penitenciário Federal são especializadas em isolar lideranças ou pessoas influentes nas suas facções, monitorando por áudio e vídeo as visitas, o atendimento dos advogados, coibindo qualquer tipo de ordem ou informação que possa ser passado para rua e que traga algum prejuízo para sociedade. Além deles não terem acesso a celulares ou qualquer outra forma de comunicação [...]. (ID_6)

Sim. A própria existência do sistema tem demonstrado isso, quando se corta a comunicação entre as principais lideranças de uma Orcrim, as ações tendem estrategicamente a se enfraquecerem. A tomada de decisões acaba sendo prejudicada pela falta de informações. (ID_7)

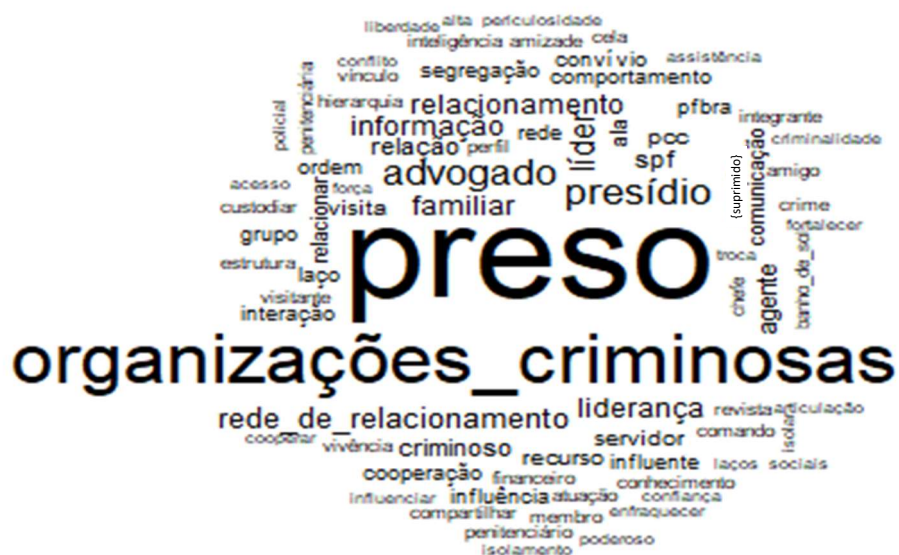
Nos casos em que as organizações criminosas são estruturadas de forma piramidal, a segregação de criminosos de alta periculosidade é capaz de reduzir a atuação das ações criminosas, de forma que, isolando o topo da pirâmide, a base da pirâmide ficará sem direcionamento preciso, fazendo com que haja redução (mesmo que momentânea) da atuação das organizações. (ID_17)

Para a categorização dos dados obtidos com os questionários foi utilizado o software Iramuteq, com o tratamento dos dados das 21 (vinte e uma) respostas com a retirada de todas as perguntas, mantendo no texto somente as respostas, ajustando o corpus textual. Após essa etapa, o texto é salvo em um formato e em codificação que permita a sua leitura pelo software (SALVATI, 2017). Dessa forma, foram

copiladas as respostas em um arquivo de formato texto com extensão “.txt” e cada respondente era indicado pela variável “**** *ID_n”, onde o “n” se refere a numeração designada ao respondente, variando de 1 a 21.

A primeira análise realizada foi a construção da nuvem de palavras (cloudwords), e para isso, retirou-se os conectivos, artigos, numerais, pronomes possessivos, etc. Assim essa análise possibilita identificar de forma rápida as palavras-chaves de um *corpus*. A partir dessa etapa, foram identificadas as palavras mais repetidas pelos respondentes. Dessa forma, obteve-se o seguinte resultado:

Figura 22 - Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que as palavras mais evocadas, conforme quadro abaixo, foram:

Tabela 9 - Palavras mais evocadas

Palavras	Frequência
Preso	f=202
Organizações criminosas	f=96
Presídio	f=43
Advogado	f=37
Líder	f=30
Rede de relacionamento	f=27
Liderança	f=24
Familiar	f=23

Fonte: Dados da pesquisa

O corpus geral foi constituído por 21 textos, separados em 207 seguimentos de texto (ST), com aproveitamento de 151 STs (75,96%). Emergiram 7.629 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.522 palavras distintas e 860 com uma única ocorrência.

Além disso, por meio do Gráfico 12, observa-se uma análise adicional, isto é, os clusters de palavras por classe (classificação hierárquica descendente) trazidos no dendograma gerado com auxílio do software Iramuteq.

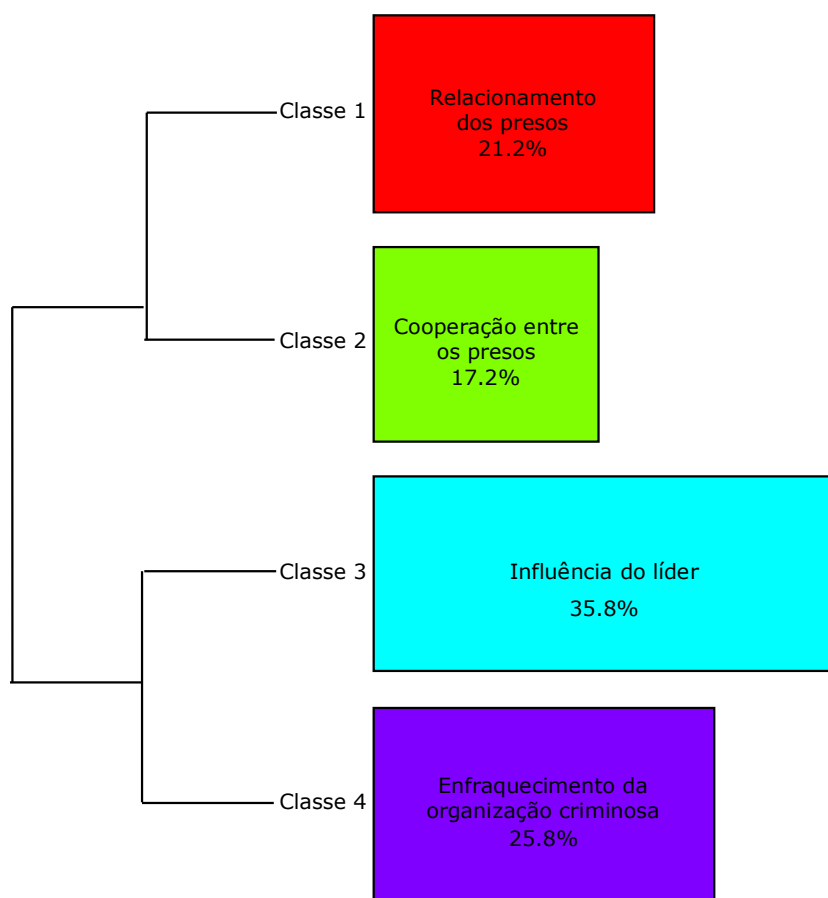
Gráfico 12 - Dendograma das classes



Fonte: Dados da pesquisa

Assim, o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1 – relacionamento dos presos, com 32 ST (21,19%); Classe 2 – Cooperação entre os presos, com 26 ST (17,22%); Classe 3 – Influência do líder, com 54 ST (35,76%); Classe 4 – Enfraquecimento da organização criminosa, com 39 ST (25,83%), como evidenciado no Gráfico 13:

Gráfico 13 – Categorização das Classes



Fonte: Dados da pesquisa, formatado pela autora

Classe 1 – Relacionamento dos presos

Compreende 21,19% (f = 32 ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x_2=4,18$ (Exemplo) e $x_2=27,3$ (Amigo). Essa classe é composta por palavras como “Amigo” ($x_2=27,3$); “Visita” ($x_2=23,32$); “Agente” ($x_2=23,32$); “Advogado” ($x_2=17,27$); “Familiar” ($x_2=15,78$); “Amizade” ($x_2=4,2$) e “Exemplo” ($x_2=4,18$).

Essa classe trata sobre o relacionamento dos presos que estão na PFBRA. É citado que o relacionamento externo dos presos se restringe as famílias e advogados, e dentro da unidade prisional eles mantém contato com os servidores. As visitas e os atendimentos jurídicos no SPF são realizados por meio do parlatório, o que restringe ainda mais o relacionamento dos presos, já que, não raras as vezes, são os familiares e os advogados que funcionam como elo entre os presos e o mundo exterior.

“A rede de relacionamento entre agentes e presos é, na prática, uma relação antagônica, marcada pelo desgaste e estresse”, disse o ID_1.

Já o ID_7 diz: “a rede de relacionamento dos presos é desenvolvida através da dependência, necessidade e convivência. Os presos se relacionam com advogados, outros presos e familiares”. Já o ID_2 diz: “familiares e amigos são as pessoas de maior confiança dos presos e, através das visitas, mantém o preso informado de questões familiares e criminais, uma vez que os negócios ilícitos seguem em andamento mesmo com a privação de liberdade destas pessoas”.

Conforme o ID_5 “todos são isolados e o único momento em que estão juntos de sua rede é durante o banho de sol, quando os agentes não interferem na comunicação com eles”. Em relação as trocas de informações o ID_9 diz: “familiares e advogados acabam sendo transmissores de mensagens dá e para as organizações criminosas, as vezes intencionalmente, as vezes sem saber”, corroborando com esse entendimento o ID_17 expôs: “salves que saem dos presídios através de outros presos, advogados, visitas e, ocasionalmente, agentes servidores públicos.

Classe 2 – “Cooperação entre os presos”

Compreende 17,22% (f = 26 ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x_2=4,71$ (Custodiar) e $x_2=30,04$ (Compartilhar). Essa classe é composta por palavras como “Compartilhar” ($x_2=30,04$); “Recurso” ($x_2=25,65$); “Cooperação” ($x_2=16,42$); “Contato” ($x_2=15,13$); “Informação” ($x_2=7,71$) e “Custodiar” ($x_2=4,71$).

Essa classe trata sobre a cooperação e o compartilhamento de recursos entre os presos na PFBRA. É citado que existe cooperação entre os presos integrantes de uma mesma organização criminosa, como há casos em que se verifica cooperação até entre os presos que são rivais. Já que um dos objetivos da cooperação é a troca de informações, além de ser utilizado para amenizar os efeitos do cárcere.

“A cooperação é baseada em troca de informações ou qualquer outra vantagem. A cooperação existe, pois todos são contra o Estado” descreve o ID_7. Já para o ID_12 “a priori, a cooperação existe por serem de uma mesma organização criminosa”. O ID_15 acrescenta que “a cooperação entre eles existe com a finalidade de amenizar os efeitos do cárcere”.

Classe 3 – Influência do líder

Compreende 35,76% (f =54 ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x_2=4,01$ (PCC) e $x_2=13,71$ (PFBRA). Essa classe é

composta por palavras como “PFBRA” (x2=13,71); “{suprimido}” (x2=11,22); “PODEROSO” (x2=9,29); “CHEFE” (x2=7,38); “INFLUENTE” (x2=5,46); “LIDERANÇA” (x2=4,63) e “PCC” (x2=4,01).

Essa classe trata sobre a influência dos líderes que estão na PFBRA. É citado que os líderes das organizações criminosas são os que possuem melhor relacionamento. Essas relações são desenvolvidas por afinidade e interesse mútuo. Os líderes, por causa do status que possuem, se tornam presos influentes e são respeitados dentro do presídio. Como são os mais poderosos e influentes, possuem o poder de mando dentro das organizações criminosas. Mediante a sua influência, conseguem dar aos demais presos a sensação de pertencimento a determinada organização criminosa. Além disso, devido seu alto poder aquisitivo, conseguem influir nos demais presos oferecendo vantagem econômica, como por exemplo, o pagamento dos honorários advocatícios aos presos que não possuem condições.

“Normalmente são os presos das organizações criminosas que possuem o melhor relacionamento, isso se deve no mínimo a dois fatores: os presos mais poderosos e influentes são aqueles que possuem algum poder de mando dentro das organizações criminosas ou aquele que tenha alto poder aquisitivo para custear advogados para ele e os demais presos de seu relacionamento” disse o ID_18. Já o ID_6 informa: “os líderes ou influentes dentro de suas organizações criminosas, porque atraem os presos que querem subir de alguma forma dentro da organização criminosa”.

Contribuindo com a narrativa, o ID_10 diz: “presos com voz de comando como os líderes das organizações criminosas geralmente tem boa interação com todos os outros presos, devida a sua capacidade de comunicação, respeito e admiração dos demais presos dentro da rede do crime organizado”.

Já com o ID_7 foi possível verificar quais presos possuem melhor relacionamento “os presos que possuem melhor relacionamento são os líderes, pois são respeitados por todos, {suprimido}, por seu poderio financeiro e {suprimido}, por ser líder máximo do PCC”. Complementando essa ideia, o ID_8 diz: “Nota-se que os interesses do principal líder {suprimido}, não necessariamente é o interesse de outros faccionados, mas estes acabam se subordinando a ele em virtude da estrutura organizacional do PCC e seu estatuto rígido e severo”.

Classe 4 – Enfraquecimento da organização criminosa

Compreende 25,83% (f =39 ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2=3,98$ (TENDER) e $x^2=23,02$ (SEGREGAÇÃO). Essa classe é composta por palavras como “SEGREGAÇÃO” ($x^2=23,02$); “CRIMINOSO” ($x^2=22,59$); “ENFRAQUECER” ($x^2=14,85$); “FORTALECIMENTO” ($x^2=11,8$); “DESARTICULAR” ($x^2=8,79$); “FINANCEIRO” ($x^2=5,44$) e “ALTA PERICULOSIDADE” ($x^2=5,19$).

Essa classe trata sobre o enfraquecimento das organizações criminosas que estão na PFBRA. É citado que a segregação dos presos dificulta sua comunicação com o mundo exterior, o que corrobora para o enfraquecimento dessas organizações. Então, com essa ruptura de comunicação, se corta toda a cadeia de comando, o que favorece a desarticulação dessas organizações, pois se corta toda a cadeia de comando. Dessa forma, a segregação é uma prática utilizada pelo SPF para dificultar a comunicação dos presos, o que corrobora para o retardamento das ações criminosas.

Sobre a segregação dos presos no PFBRA, o ID_2 disse: “a efetiva segregação destes presos, com restrição de comunicação externa dificulta sobremaneira a atuação deles como figuras importantes dentro das organizações criminosas”. Com essa restrição de comunicação, conforme relata o ID_1: “eles (os presos) perdem influência e informações em tempo real sobre as ações criminosas das organizações criminosas que integram”.

Corroborando com o argumento da importância da segregação dos presos, o ID 4 diz: “para desarticular as organizações criminosas é preciso endurecer o isolamento de líderes para perderem a capacidade de articulação. Com isso o estado é capaz de retomar o controle dos presídios, enfraquecer o poder de comando deles e eliminar as influências que esses líderes das organizações criminosas exercem nos comparsas que estão em liberdade”. E para o ID_18: “nos casos que as organizações criminosas são estruturadas de forma piramidal, a segregação de criminosos de alta periculosidade é capaz de reduzir a atuação das ações criminosas, de forma que, isolando o topo da pirâmide, a base da pirâmide ficará sem direcionamento preciso, fazendo com que haja redução, mesmo que momentânea, da atuação das organizações criminosas”.

Já alguns respondentes relataram a questão da substituição dos líderes que estão presos. De acordo com o ID_14 as organizações criminosas não são enfraquecidas, pois seus criminosos são substituíveis. Coadunando com esse entendimento o ID_5 diz: “a segregação do preso reduz a ação criminosa somente no início porque sempre haverá substitutos”. Dessa forma, o ID_16 relata: “a segregação atua diretamente na organização criminosa do preso custodiado, entretanto as organizações criminosas possuem uma estrutura financeira e organizacional que permite substituições de lideranças e manutenção da atividade criminosa.

Um dos respondentes apontou uma questão que pode favorecer o envio de ordens ao mundo exterior, como apontado pelo ID_2: “o que prejudica a segregação dos presos de forma geral é a utilização da PFBRA como hotel de pernoite a presos que não ficarão lá, mas por dificuldades de logística acabam ficando lá temporariamente”. Neste caso, as informações seriam disseminadas entre as unidades prisionais.

4.5. Discussões dos Resultados

As análises realizadas neste estudo permitiram compreender as redes de relações pessoais dos presos que estão reclusos na PFBRA. Foram realizados o mapeamento e a descrição desses relacionamentos, além de se avaliar a percepção dos servidores sobre as interações sociais dos presos. Frisa-se que os nós da rede são os presos e foram utilizados os elementos relacionais: organização criminosa, vivência, advogado e visitas para verificar o potencial relacional.

Os atores e suas relações são representados na rede respectivamente pelos nós e elos, que são representações da amizade, confiança, fluxo de informação e comunicação (IACOBUCCI; SALTER II, 2012). Conforme Kreager et al. (2016) existe dificuldade dos presos em construir relacionamentos de confiança com outros presos quando os presos passam pouco tempo na prisão ou há uma alta rotatividade entre os presos. Já quando há interação contínua em ambientes prisionais os laços de confiança podem ser desenvolvidos (IANNI, 1975).

Conforme os dados coletados para montar o perfil dos presos na PFBRA, percebe-se que possuem o perfil muito semelhante, com 72% dos presos sendo membros e simpatizantes do PCC; 86% possuem companheiras e a média de idade

conforme a organização criminosa ficou no geral em 46,66 anos. Nas pesquisas realizadas por Kreager et al. (2017) e Schaefer et al. (2017) os atores mais centrais ou conectados na rede eram os presos mais velhos ou os que mais permanecerem na prisão. Em relação aos presos membros de uma organização criminosa, pode-se dizer que existe uma homofilia conforme o tipo de crime. No caso dos presos reclusos na PFBRA, pode-se dizer que são integrantes ou simpatizantes das organizações criminosas, exceto os presos P13 e P16 que são independentes, além disso, muitos atuam no tráfico de drogas. Assim, conforme estudo de (2019) indica que é mais viável a existência de homofilia entre presos que cometeram um crime violento em comparação aos prisioneiros que cometeram crimes diversos. Skarbek (2014) afirmou que as gangues de drogas baseadas na raça estabelecem uma ordem na prisão por preencherem a lacuna do controle formal e informal, após o aumento do encarceramento em massa.

Assim, uma das características para a formação de relacionamento na rede ocorre com seus semelhantes, ou seja, pela homofilia. Estudo realizado por Mc Pherson et al. (2001) nos informa que nas redes prisionais a formação dos laços é promovida pela homofilia. Corroborando com esse entendimento, Schaefer et al. (2017) ao verificarem uma unidade prisional de segurança máxima constataram que nos laços sociais entre os presos havia forte padrões de homofilia.

Em nível macro da rede, constatou-se que a rede possui seis clusters, sendo que em dois clusters existe apenas um preso monopolizando as conexões com os advogados e visitas. A partir da identificação dos subgrupos tem-se mais informações acerca da estrutura da rede (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS, 2012). Frisa-se que subgrupo se refere ao conjunto de atores que apresentam laços fortes, coesos e frequentes (WASSERMAN; FAUST, 1994). Trabalhos envolvendo redes de presidiários, em geral, buscaram pesquisar o conjunto de presos que constituíam os subgrupos, tendo como objetivo compreender a estrutura carcerária em relação ao papel segregados de raça e etnia (SCHAEFER et al., 2017). Bright et al. (2015) sugerem que a estrutura das redes criminosas é composta por várias camadas, sendo que, cada camada é baseada de acordo com as conexões que facilitam a troca de determinado recurso dentro da rede criminosa, por exemplo, drogas, informações e dinheiro. Em estudo realizado por Bright, Hughes e Chalmers (2012), verificaram através da ARS que os grupos criminosos que operam no mercado de

metanfetaminas são compostos por subgrupos da rede, não se configurando apenas como uma estrutura hierárquica.

Nota-se que o preso P25, além de possuir maior centralidade de grau e intermediação na rede geral, é o único preso do cluster II. Diferentemente do P27, do cluster V, que apesar de dominar o subgrupo não possui alto grau de centralidade. Dessa forma, verificou-se que não há uma relação direta entre a centralidade de grau e o monopólio do cluster, corroborando a esse entendimento, identificou-se que o preso P13, com alta centralidade de grau e intermediação, encontra-se no cluster VI com mais nove presos. A centralidade de grau pode verificar a atuação de determinado membro na rede ao invés de indicar seu status de liderança (XU et al., 2004). Porém, nada impede que um ator com alta centralidade seja um líder da rede ou do subgrupo.

Seguindo para o nível micro da rede, nota-se que alguns atores se destacam na rede. É possível verificar que os presos possuem um potencial relacional maior quando se refere ao elemento relacional advogados. Logo, alguns presos possuem uma importância maior na rede por causa do número de atores com quem interagem ou pelo papel de garantir a troca de informações ou recursos para outros atores na rede (BRIGHT; HUGHES; CHALMERS 2012). Conforme o resultado apresentado na rede com os advogados, verifica-se que o P25, recluso na vivência Alfa, junto aos presos P1 e P29, fato este que lhe proporciona um alto potencial relacional em relação aos presos de sua vivência, atua como intermediário na rede, sendo o preso que mais possuía advogados cadastrados (52). Além disso, alguns de seus advogados prestam serviços a outros membros do PCC, para os presos de outras organizações criminosas e para os que atuam de forma independentes não pertencendo a nenhuma organização, por exemplo, o advogado A132 que presta serviço para os presos P14 (CV) e P12 (CV); e o A100 que presta serviço para os presos P13 (sem facção) e P16 (sem facção).

Quando o ator possui uma alta centralidade de grau tem uma visibilidade maior na rede o que lhe permite ter acesso mais fácil aos recursos que fluem pela rede e, também, por meio da centralidade de intermediação pode controlar o fluxo de informações entre os outros membros da rede (FAUST; TITA, 2019). Como os atores com alta centralidade estão mais visíveis na rede tem-se por consequência que estão mais vulneráveis a detecção pelos órgãos de segurança (BRIGHT et al., 2015).

Conforme investigação realizada nas máfias ítalo-americanas, a centralidade de grau é um indicativo da capacidade do ator de atrair, estabelecer e manter parcerias criminosas (KRAJEWSKI; DELLAPOSTA; FELMLEE, 2022).

Em seguida, nota-se que os presos P1 e P29 que também estão na vivência Alfa, possuem um potencial relacional quando se trata do elemento advogado, contando respectivamente com 33 e 26 conexões. Ambos possuem o advogado A132, o que os conecta também aos presos do CV. Nota-se que os três presos reclusos na vivência Alfa, além de possuírem um alto elemento relacional quando se trata do elemento vivência, possuem um alto elemento relacional quando a relaciona com o elemento advogados. Neste sentido, o advogado funciona como um valioso elemento relacional para os presos, já que é um meio utilizado para que o preso extrapole o limite de sua vivência, além de funcionarem como vínculos extramuros.

Verifica-se que os presos P25, P1 e P29 possuem o poder de negociar e interagir com outros membros que não sejam do PCC. São atores com alta centralidade de grau, por conta do quantitativo de conexão que possuem; alta centralidade de intermediação já que conectam regiões diferentes na rede; e possuem centralidade geodésica, que significa poder. Pode-se dizer que se esses presos não forem o líder, possuem características para uma futura candidatura ao título de líder do grupo. No estudo realizado sobre a máfia italiana Agreste et al. (2016) verificaram que os criminosos que exercem o poder de liderança na organização não ocupam as posições centrais na rede e raramente aparecem na rede criminosa reconstruída. Neste estudo, os presos P25 e P1 fazem parte da sintonia final e o P29 da sintonia geral do PCC, dessa forma, pode-se dizer que esses presos fazem parte da alta hierarquia no PCC e estão visíveis na rede. Portanto, esses atores estão mais visíveis e vulneráveis à detecção pelos órgãos de segurança.

Conforme Morselli (2010) esses atores estão em posição estratégica para monitorar o fluxo de comunicação na rede. Entretanto, podem não compartilhar as informações (CANO-REYES et al., 2015) ou até mesmo as alterar ao repassar para outros atores (STEVERSON; GREENBERG, 2000). Neste sentido, a confiança entre os presos funciona como um dos principais aspectos na relação entre os atores da rede criminosa (CREWE, 2009; BRONSON, 2008; PAOLI, 2002), acarretando consequência para o ator que viole essa confiança (VON LAMPE; JOHANSEN, 2004). Nas redes criminosas, o sigilo na transmissão das informações é importante para a

empreitada criminosa, por isso, os criminosos tentam expor as informações sigilosas a um número mínimo de pessoas (AGRESTE et al., 2016).

Já o preso P27, está alocado na vivência Bravo, juntamente com mais três integrantes do PCC (P7, P8 e P22). Dentro dessa vivência, esse preso possui um alto potencial relacional em relação aos membros que estão reclusos nela. Entretanto, esse preso possui 24 conexões com advogados, funcionando como conector junto a outros grupos, conforme figura 11. Por funcionar como conector, esse preso tem potencial de crescimento, além de contar com um possível prestígio perante seus pares. Esse preso é membro ou simpatizante do PCC, trabalhando no tráfico internacional na fronteira com o Paraguai. Alguns de seus advogados prestam serviço para membros do PCC, mas observa-se que seu advogado A78 também presta serviço ao preso P28 membro da máfia italiana Ndrangheta, o que poderia facilitar o fluxo de informações e expandir seus negócios pelos países.

Entretanto, os presos com alto potencial relacional, não possuem a prerrogativa de escolher sua cela, por conseguinte não escolhem com quem se relacionar. Por isso, os companheiros de vivência, em alguns casos, podem ser vistos apenas como conhecidos, mas essa frequência de interação pode gerar a construção da formação de um relacionamento (BRONSON, 2008).

O preso P7 aparece no centro dessa rede, está recluso na vivência Bravo com os presos P8, P22 e P27. Nota-se que na vivência o preso P7 possui pouco potencial relacional, porém já em relação ao elemento relacional advogado o preso possui 14 conexões. Verifica-se que alguns de seus advogados prestam serviço para presos do PCC, do CV e da máfia italiana Ndrangheta.

Já o preso P13, recluso na vivência Charlie, não é membro de organização criminosa, e em sua vivência encontram-se presos do PCC e da máfia italiana Ndrangheta. Na rede geral esse preso aparece com altíssimo grau de centralidade e intermediação, diferentemente da rede dos advogados, em que possui baixa centralidade. O preso P13 por intermédio dos advogados A30 e A100 se conecta ao preso P25 do PCC; e o advogado A138 ao preso P1 do PCC. Como já verificado, os presos P25 e P1 possuem o poder de negociar e interagir na rede. Já o preso P13 possui altíssimo poder aquisitivo e influência no mundo do crime, sua área de atuação envolve a fronteira com o Paraguai.

Da análise da rede, verifica-se que alguns presos possuem alta centralidade de grau e intermediação (P25, P13, P1, P16). Embora esses atores estejam na posição de corretagem, eles estão altamente visíveis na rede, o que os torna vulneráveis à aplicação da lei. A rede mafiosa estudada por Krajewski, DellaPosta e Felmlee (2022) verificou que os chefes e os mafiosos de alto escalão eram os mais centrais e conectados na rede.

Constata-se que, alguns advogados prestam atendimento para presos da mesma facção, além de presos que são membros de facção diversa e em alguns casos para presos que não possuem condições financeiras. Nota-se que, existe um compartilhamento de advogados que atendem no SPF. Pode-se dizer que esse compartilhamento faz parte da cooperação existente entre os presos. Nas redes criminosas podem ser compartilhados os recursos tangíveis como dinheiro, armas e drogas e os intangíveis como informações, ideologia e habilidades (BRIGHT et al., 2015). A cooperação ocorre com base em interesse pessoal ou da organização criminosa. Morselli (2009) explica que se faz necessário o compartilhamento e a troca de recurso nas redes criminosas, pois essas redes sofrem restrição dos órgãos de segurança. Corrobora esse entendimento a classe que retrata a cooperação e o compartilhamento de recursos na PFBRA, quando se verifica que a cooperação ocorre até entre os presos que são membros de organizações criminosas rivais. Já que a cooperação criminosa pode também ser verificada nos casos em que os atores não confiam plenamente ou não há qualquer confiança (VON LAMPE; JOHANSEN, 2004). Conforme destacado por Rousseau et al. (1998), confiança não é comportamento e sim uma condição psicológica que leva a cooperar, por exemplo. Conforme pesquisas realizadas, 46% dos presos relataram possuir um amigo na prisão e 53% informaram confiar em outro preso (LINDQUIST; 2000); número esse semelhante ao estudo realizado por Kreager et al. (2016) com presos holandeses em que 58% informaram confiar em outro preso.

Krajewski, DellaPosta e Felmlee (2022) examinaram quais as colaborações entre mafiosos eram mais prováveis de ocorrer, ou seja, entre os atores semelhantes ou diferentes em termos de grau de rede. Nesta pesquisa, uma das formas de cooperar apontadas pelos respondentes é quando o preso fornece advogado a outro preso. Dentro da estrutura do SPF, um preso que possui uma quantidade relevante de advogados pode ser considerado como um preso influente, com alto poder

aquisitivo e com poder dentro de sua organização criminosa. Algumas das vezes, esse preso, oferta a outros presos os serviços de seu advogado, sendo essa tática utilizada para cooptar membros. Conforme aponta o ID_18: “os presos mais poderosos e influentes são aqueles que possuem algum poder de mando dentro das organizações criminosas ou aquele que tenha alto poder aquisitivo para custear advogados para ele e os demais presos do seu relacionamento”. O ID_9 disse que a liderança do PCC seria um dos presos mais poderosos ou influente na PFBRA.

Na visualização da rede, conforme figura 6, o preso P4 possui 13 conexões, está localizado em local estratégico na rede. Esse preso faz parte da sintonia da gravata do PCC, atua em São Paulo, e conforme os órgãos de segurança ele possui perfil de articulador, fato esse é que corrobora com o achado na rede. Conforme Reyes Jr, Gonçalves e Brandão (2012) a centralidade geodésica identifica os atores mais centrais na estrutura central da rede.

Verifica-se que o preso P26 está isolado com o advogado A90 dentro da rede. Já o P25 é o que possui maior número de ligações, totalizando 52. O P25 apesar de possuir pouco vínculo com outros presos na vivência que se encontra, é o preso que mais teve advogados cadastrados para atendê-lo durante sua permanência no SPF, por conta disso, ele possui muitos vínculos que extrapola os muros da PFBRA. Esse preso está inserido na rede da organização criminosa PCC. Pela quantidade de conexões com advogados, pode-se dizer que esse preso possui alto poder aquisitivo para arcar com os custos desses advogados. Nesse sentido, o estudo realizado por Sentse et al. (2019) examinou a estrutura das relações entre os presos, com foco nos fatores sociodemográficos explicando a estrutura da rede e as posições dos presos na rede.

Estudos verificaram que os presos com maior tempo na prisão eram os mais conectados na rede (SENTSE et al, 2019; KREAGER et al, 2017; SCHAEFER et al., 2017). De maneira complementar, a pesquisa de Vieira, Reyes Jr. e Fernandes (2017) analisou as relações sociais desenvolvidas dentro da estrutura de uma Loja Maçônica e evidenciou que os membros mais novos apresentam uma quantidade menor de conexões (baixa densidade de grau e de intermediação), concentrando seus laços em relações de parentesco ou amizade prévias.

Entretanto, investigação realizada sobre a máfia revelou que os criminosos que exerciam a liderança na organização não ocupam as posições mais centrais na rede

criminosa (AGRESTE et al., 2016). As redes criminosas tendem a maximizar sua segurança para proteger a identidade das lideranças, quando o ator possui baixo grau de centralização se torna menos visível com o propósito de dificultar a ação dos aplicadores da lei (KRAJEWSKI; DELLAPOSTA; FELMLEE, 2022).

Já na rede cujo elemento relacional são as visitas, trata-se de uma rede formal. É possível verificar que somente os presos P2, P8 e P19 possuem visitas que conversam com mais de um preso. Por conta dos procedimentos adotados na PFBRA, por exemplo, o uso do parlatório nas visitas, verifica-se a dificuldade imposta para que a informação trafegue entre os presos na PFBRA, já que as visitas em sua grande maioria só conversam com um preso. Entretanto, nota-se que os presos podem utilizar as visitas para enviar a informação ao mundo exterior.

No que tange a transmissão de informações com exterior dos presídios, esta pesquisa evidenciou os advogados como um dos atores (nó) das redes criminosas e, em agosto de 2022, foi noticiado na grande mídia a deflagração da operação “Anjos da Guarda”, em que advogados teriam extrapolados os limites da assistência jurídica, que é um direito do preso, e serviram como “pombo-correio” para a transmissão de recados. Nota-se nessa operação que a organização criminosa PCC usou da rede ilícita de comunicação para o repasse de mensagens, por intermédio dos advogados, entre os membros presos no SPF e os que estavam soltos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

Corroborando com esses achados, verifica-se na percepção dos servidores que os advogados e as visitas são imprescindíveis para a manutenção da conexão do preso com os outros presos e com mundo exterior.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa presente nesta dissertação permitiu compreender a formação das redes de relações sociais dos presos na PFBRA. Isso foi atingido por meio de três objetivos específicos, que foram trabalhados na perspectiva da Análise de Rede Social e com apoio dos softwares R e IBM® i2®, e dos questionários abertos, no qual os textos dos respondentes foram tratados com base nas diretrizes do método de Análise de Conteúdo e do uso do software Iramuteq.

O primeiro objetivo específico tinha como foco mapear a rede de relacionamento dos presos que estão reclusos na PFBRA. Verificou-se que as análises de redes não são frequentemente utilizadas nas pesquisas em ambientes prisionais, pois há grandes desafios na coleta de dados desse tipo de objetivo de investigação, sendo preciso adaptar os procedimentos metodológicos por causa das peculiaridades existentes no contexto prisional (WHICHARD; SCHAEFER; KREAGE, 2019; KREAGER et al., 2016). Desse modo, neste estudo, a análise de redes sociais foi realizada com os dados oriundo do SIAPEN e tratados por meio dos softwares R e IBM® i2® e, também, foi atribuído para cada ator um identificador próprio e exclusivo, conforme o estudo realizado por Bright et al. (2015), que ao coletar os dados deu a cada ator um identificador alfanumérico único, isto é, de N1 a N128. Uma das preocupações referente ao ambiente prisional refere-se ao cuidado que o pesquisador deve ter para que as combinações dos atributos individuais e a posição do ator na rede não permitam a identificação de pessoas específicas (ADAMS, 2019).

Então, para realizar esse mapeamento foram utilizados como elementos relacionais as organizações criminosas que os presos pertencem; as vivências que os presos estão alocados; os advogados que estão cadastrados e suas visitas. As estruturas das redes criminosas podem ser compostas por vários subgrupos, sendo cada um baseado em conexões que facilitem de alguma forma a troca de algum recurso dentro da rede, por exemplo a informação (BRIGHT et al., 2015). Por isso, para Agreste et al. (2016) compreender a estrutura da máfia significa desvendar o papel de cada membro dentro da rede.

Em seguida, com o mapeamento da rede de relacionamento dos presos, partiu-se para o segundo objetivo específico, que consistia em descrever como são formadas

as redes dos presos. Desse modo, observou-se que uma das características para a formação de relacionamento da rede na PFBRA ocorre pela homofilia, destacando-se a organização criminosa PCC porque possui o maior quantitativo de membros reclusos dentro da unidade. No contexto prisional, a formação das relações pela homofilia foi verificada nos estudos de Schaefer et al. (2017) e Sentse et al. (2019), esse achado também corrobora os estudos nas redes informais de Chen e Krauskopf (2013), onde os atores possuem alto grau de homofilia.

Neste estudo, foi possível observar que poucos atores possuem altíssima centralidade de grau e intermediação. Esses atores apesar de terem um posicionamento estratégico na rede, também estão mais visíveis, o que os torna mais vulneráveis para serem detectados pelos órgãos de segurança, como corroborado pelo estudo de Bright et al. (2015). Os atores que possuem somente alta centralidade de grau são os que mais possuem conexões e que estão mais visíveis. Diferentemente dos atores com baixa centralidade de grau, mas que estejam estrategicamente.

Estudos apontam que os líderes não aparecem com alto grau de conexão, o que vai ao encontro dos achados de Krajewski, DellaPosta e Felmler (2022) e Agreste et al. (2016). O contraste entre a centralidade de grau e intermediação é importante para identificar as várias localizações dos atores em uma rede, identificando seu posicionamento estratégico e suas vulnerabilidades, a exemplo dos resultados na recente pesquisa de Faust e Tita (2019). A remoção dos atores que possuem alto grau de intermediação pode desestabilizar a rede.

O último objetivo específico teve como cerne avaliar a percepção dos servidores sobre a interação social dos presos. A análise de conteúdo, desenvolvida nos questionários com questões abertas, e as análises textuais feitas pelo Iramuteq, corroboraram com os achados já encontradas nas primeiras análises do método de análise de rede social (ARS). Assim, o resultado das análises textuais auxiliadas pelo software Iramuteq evidenciaram quatro classes: Relacionamento dos presos (21,19%); Cooperação entre os presos (17,22%); Influência do líder (35,76%); e Enfraquecimento da organização criminosa (25,83%). Nota-se que essa categorização enfatiza a análise realizada.

As análises de rede social dos presos são matéria-prima para subsidiar política penitenciária (SENTSE et al.2019). Para Kreager et al. (2015), com as análises há a

possibilidade de realizar-se a gestão adequada dentro do ambiente prisional de forma a romper a coesão dos grupos criminosos através da segregação ou transferência dos presos com o propósito de limitar a interação entre eles. Desta forma, os respondentes explicitaram que o SPF utiliza o mapa estratégico para distribuir os presos entre as 05 cinco penitenciárias federais, visando a desarticulação das organizações criminosas, impedindo que esses presos formem novas alianças dentro do sistema e garantindo a segurança do SPF e de seus atores.

Isto posto, verifica-se que no elemento relacional das organizações criminosas, observou-se que a maior parte dos presos reclusos na PFBRA são membros ou simpatizantes da organização criminosa PCC. Esses presos estão distribuídos nas 04 vivências na PFBRA como estratégia utilizada pela administração para diminuir a capacidade de articulação dos presos, de forma a dificultar o fluxo de comunicação entre eles.

Entretanto, dentro do sistema prisional, esse fluxo de comunicação pode ocorrer por meio das visitas ou advogados. As evidências explícitas nesta pesquisa coadunam com o estudo realizado por Agreste et al. (2016), que mostrou que as comunicações indiretas são realizadas por intermediários que não possuem antecedentes criminais e são pessoas acima de qualquer suspeita. Esses atores não criminosos atuam, algumas vezes, como conectores indiretos entre os membros as organizações criminosas, favorecendo a eficiência da rede (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009).

Em relação aos advogados que prestam assistência jurídica aos presos, verifica-se que, em alguns casos, essa atuação extrapola os limites da assistência jurídica, já que alguns advogados são cooptados pelas organizações criminosas para funcionarem como transmissores de recados, principalmente quando o preso está recluso na penitenciária federal, já que o sistema adotado pelo SPF dificulta a comunicação entre os presos e os criminosos que estão soltos ou nos presídios estaduais, como relatado por Eleutério e Souza (2022), no qual alguns advogados atuavam como transmissores de recados entre presos da organização criminosa PCC e presos que estavam soltos.

Diante desse fato, recentemente foi noticiado perante a grande mídia a deflagração da operação “Anjos da Guarda” em que advogados teriam extrapolados os limites da assistência jurídica, que é um direito do preso, e serviram como “pombo-

correio” para a transmissão de recados. Nota-se nessa operação que a organização criminosa PCC usou da rede ilícita de comunicação para o repasse de mensagens, por intermédio dos advogados, entre os membros presos no SPF e os que estavam soltos (ELEUTÉRIO; SOUZA, 2022).

De acordo com o Ministério Público de São Paulo, a organização criminosa PCC criou em seu organograma a sintonia chamada “gravata”, em referências aos advogados que atuam nas defesas dos membros das organizações, como também daqueles que extrapolam esse limite, atuando como “pombo-correio” para a transmissão de recados dos líderes que estão custodiados no SPF. A exemplo disso, tem-se a operação Ethos, que revelou a utilização dos advogados pelo PCC para fins diversos da advocacia (ADORNO, 2018).

Apesar do monitoramento realizado nos parlatórios dos presídios federais, há vários casos de advogados que atuam como mensageiros do crime organizado, na Operação Pulso Firme, verificou-se que a advogada atuava como integrante da organização criminosa, dando continuidade aos negócios ilícitos dos líderes que estavam reclusos no SPF (MPRS, 2018). Nota-se que mesmo sabendo que a conversa era monitorada, as advogadas e os presos trocavam informações que eram relevantes para a manutenção da organização criminosa.

Recentemente, uma advogada foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território (TJDFT) por atuar como mensageira para a organização criminosa PCC. Em pouco tempo a advogada havia passado de 2 para 11 presos, todos da organização criminosa PCC (CARONE; PINHEIRO, 2021).

Mostra-se que o monitoramento das conversas realizadas no parlatório atua como medida necessária para se evitar a cooptação dos advogados pelas organizações criminosas, dessa forma, se evita que sejam pressionados a aturem como mensageiros.

Já no sistema prisional estadual não existe esse rigor, o que corrobora para um maior fluxo de informação e cooptação de advogados. De acordo com várias investigações realizadas pelos órgãos judiciais e divulgados pela mídia, muitos advogados atuam nos presídios estaduais como mensageiros entre os criminosos que estão presos e os que estão soltos (G1 PARÁ, 2022; G1 RN, 2022; CARRARETTO, 2021).

As redes criminosas são dinâmicas, ou seja, se adaptam conforme os órgãos de segurança interrompem ou desmantelam seu funcionamento. Entretanto, algumas dessas redes, apesar de serem eventualmente interrompidas continuam tendo atuação expressiva no crime (HUGHES; BRIGHT; CHALMERS, 2017).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de utilização de medidas, pelo sistema penitenciário, que visem coibir a cooptação dos advogados pelas organizações criminosas. Nesse sentido, a PFBRA atua realizando o monitoramento dos atendimentos entre os presos e seus advogados, como medida preventiva, a fim de se evitar que os advogados sejam utilizados para fins ilícitos.

Outra medida adotada pelo SPF foi a alteração do procedimento referente as visitas. Anteriormente, as visitas eram realizadas no pátio de visitas ou nas salas de visitas íntimas e não eram monitoradas, fazendo com que os presos se aproveitassem dessa brecha para o envio de ordens ao mundo exterior com suas visitas, mantendo, assim, sua influência no crime organizado. Uma das ordens emanadas pela organização criminosa, que repercutiu muito na mídia, foi a execução de 03 (três) servidores do SPF a mando do PCC. Em um dos casos, as investigações apontaram que um preso recluso na penitenciária federal utilizou da visita íntima e de outros presos para repassar ordens a membros do PCC para executar agentes como forma de intimidar os servidores que atuam nas penitenciárias federais (UOL, 2017, 2017). Muitas das vezes, essas redes criminosas incluem atores não criminosos, como amigos e familiares (SMITH; PAPACHRISTOS, 2016; MORSELLI, 2009). Conforme estudo com os contrabandistas de álcool na Noruega, estes utilizam seus familiares como apoio logístico (LAMPE; JOHANSEN, 2004).

Dessa forma, a medida utilizada para evitar a retransmissão de recados e bilhetes dentro do SPF, além de realizar uma adequada distribuição dos presos dentro do sistema, é monitorar as conversas entre o preso, sua visita e seus advogados mediante os parlatórios, ocorrendo a restrição do contato físico e a utilização do interfone nas conversas. Essa relativização da privacidade é de caráter preventivo, porém, o conhecimento produzido por meio do acompanhamento de áudio é uma ferramenta de prevenção que ajuda na identificação da periculosidade do preso, seu grau hierárquico dentro da organização criminosa e outras informações relevantes ao gestor, visando desarticular as organizações criminosas e garantir a ordem pública.

As conclusões apresentadas nesta pesquisa podem nortear o gestor penitenciário em relação aos problemas inerentes as formações dos vínculos e trocas de informações no ambiente prisional, possibilitando com as evidências encontradas detectar e remover os presos que estão em posição estratégica na rede.

No que tange as **limitações** para presente pesquisa cabe destacar que não é possível fazer coleta de dados diretamente com o preso, então a interação dos presos foi mensurada por meio dos dados secundário contidos no Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN que permitiu a execução da pesquisa, embora traga restrições para a Análise de Redes Sociais. Adicionalmente, para minimizar essa limitação, houve a aplicação de questionário aberto para 21 respondentes, entre servidores e gestores do DEPEN, no intuito de ampliar o poder explicativo do fenômeno investigado. Além disso, houve a possibilidade de que as respostas nos questionários possam descrever parcialmente as opiniões reais das pessoas por razões conscientes (medo, por exemplo) ou inconscientes ou, ainda, por desconfiança dos respondentes sobre a finalidade da pesquisa. Então, buscou-se, neutralizar esses aspectos, fazendo uma introdução explicativa dos objetivos do estudo, sigilo do respondente e liberdade para adesão voluntária, antes da aplicação dos questionários.

Para **estudos futuros**, sugere-se a realização de pesquisa que verifique as relações entre os presos reclusos nas 5 (cinco) penitenciárias federais e em penitenciárias de outros níveis da federação, o que proporcionará uma visão mais detalhada da rede de relacionamento referente as organizações criminosas que atuam no interior do sistema prisional.

Além disso, como possíveis trabalhos futuros, a primeira limitação desta pesquisa pode ser considerada como um desafio para a continuidade da pesquisa e, nesse sentido, sugere-se a utilização de técnicas de ARS em um número menor de casos para mensurar as relações entre mais atores (nós) que interagem com o encarcerado.

Outra potencial proposta de pesquisa seria a de verificar a relação entre os advogados que atuam no SPF e os presos do sistema prisional estadual, considerando que alguns advogados podem funcionar como transmissores de informações.

Por fim, cabe ressaltar que pesquisa empírica estudou as redes do presídio no sistema penitenciário federal, fato que, embora não impossibilite a generalização dos resultados, pode ser complementado com outras análises de pesquisa em diferentes contextos do setor de segurança pública e privada e em pesquisas de setores distintos. Tais estudos futuros podem possibilitar, inclusive, a comparação ou complementação dos resultados encontrados nesta dissertação.

6. REFERÊNCIAS

- ADAMS, J. **Gathering social network data**. Sage, Thousand Oaks, 2019.
- ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos Avançados, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ADORNO, S.; DIAS, C. N. **Cronologia dos “ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 118-132, 2016.
- AJROUCH, J. K.; ANTONUCCI, T. C.; JANEVIC, M. R. **Social networks among blacks and whites: The interaction between race and age**. Journal of Gerontology: Social Sciences, v. 56B, n. 2, S112-118, 2001.
- ADORNO, F. C. L. **Em carta membro do PCC assume morte de agente penitenciário**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/em-carta-membro-do-pcc-assume-morte-de-agente-penitenciario.shtml>. Acesso em 15 de agosto de 2022.
- ALENCAR, E. M. **De quem é o comando? O desafio de governar uma prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. **Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas**. Ciênc. saúde coletiva, v. 16, n. 7, p. 3061–3068, 2011.
- AMORIM, C. **CV - PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 6. Ed. 2005.
- AMORIM, C. **Comando vermelho**. Rio de Janeiro: BestSeller, 1 ed., 2011.
- AMORIM, C. **CV - PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- ANDREOLI, T. P.; LEONARDO, S. B.; FARINA, M. C.; LIMA, A. B. **Redes formais e informais entre estudantes universitários: uma análise e comparação das estruturas gerais, similaridades e diferenças das redes**. Gestão & Regionalidade, v. 35, n. 106, p. 153-176, 2019.
- ARABIE, P.; CARROLL, J.; DESARBO, W. S.; WIND, Y. J. **Overlapping clustering: a new method for product positioning**. Journal of Marketing Research, v. 18, n.3, pp. 310-317, 1981.
- ARAUJO, L.; EASTON, G. **Networks in socioeconomic Systems**. In: Iacobucci, D. (Ed.), Networks in Marketing. Thousand Oaks, California: Sage Publications, p. 63-107, 1996.
- BAGGIO, R. **Tourism destinations: a universally conjecture based on network science**. Annals of Tourism Research, v. 82, 2020.
- BALES, W. D.; MEARS, D. P. **Inmate social ties and the transition to society: Does visitation reduce recidivism?** Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 45 n.3, p. 287-321, 2008.
- BALESTRIN, Alsones. **A dinâmica da complementaridade de conhecimentos no contexto das redes interorganizacionais**. Tese (Doutorado em Administração) –

Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA), da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2005.

BARABASI, A. L. **Linked: How everything is connected to everything else and what it means for business, science and everyday life**. Plume Books, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica uma revisão**. In: Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, ed. 8, 2010.

BERG, R. C. **Rompendo um ciclo vicioso. Primeiro Comando da Capital e a ameaça emergente oriunda das prisões no Brasil**. American Enterprise Institute, março de 2020.

BIONDI, K. **Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: incitações, variações e efeitos**. *Etnográfica* [Online], vol. 21 (3), 2017, Online desde 24 março 2018, consultado em 20 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/5037>; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.5037>.

_____. **Etnografia no movimento: território, hierárqui e lei no PCC**. São Carlos, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BIGOLI, P. S.; BEZERRA E. B. E. **Facções criminosas: O caso do PCC – Primeiro Comando da Capital**. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 11, n. 3, p.71-84, set/dez 2014. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.n3.h173.

BOONE, M., ATHOFF, M., & KOENRAADT, F. **Het Leefklimaat em Justitiele Inrichtingen**. Den Haag: Boom juridisch, 2016.

BORDIGNON, F. In. *Revista Via Legal*, edição 09, ano III, 2010.

BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G., JOHNSON, J. C. **Analyzing social networks**. (J. Seaman, Ed.), SAGE Publications Ltd (2o edition). London. 2018.

BORGATTI, S. P.; CROSS, R. **A relational view of information seeking and learning in social network**. *Management Science*, v. 49, n. 4, p. 432-445, 2003.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; JOHNSON, J. C. **Analyzing social networks**. Sage, 2013.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **Ucinet 5.0 version 1.00**. Natick: Analytic Technologies, 1999.

BOURDON, S. **Relaciones sociales y trayectorias biográficas: hacia um enfoque comprensivo de los modos de influencia**. *Redes. Revista Hispana para El Análisis de Redes Sociales*, v. 16, n. 5, p. 159-177, 2009.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRAGA, N. L.; CARVALHO, R. G.; MARTINS, J. W. L.; MATOS, T. G. R.; MACIEL, R. H.; LOPES, I. P. **Analysis of informal social networks of friendship, trust and learning in a restaurant**. *Revista De administração da UFSM*, v. 13, n. Ed. Especial, p. 1255-1271, 2020.

BRAGA, N. L.; MACIEL, R. H. **Panorama brasileiro de publicações sobre análise de redes sociais**. Desafio Online, v. 8, n. 2, p. 263-282, 2020.

BRIGHT, D. A.; HUGHES, C. E.; CHALMERS, J. **Illuminating Dark Networks: a social network analysis of an Austrian drug trafficking syndicate**. Crime Law Soc Change, v. 57, 151-176, 2012. DOI: 10.1007 / s10611-011-9336-z.

BRIGHT, D. A.; DELANEY, J. **Evolution of a drug trafficking network: mapping changes in network structure and function across time**. Glob. Crime, 14 (2-3), 238-260, 2013.

BRIGHT, D. A.; BREWER, R.; MORSELLI, C. **Using social network analysis to study crime: Navigating the challenges of criminal justice records**. Social Networks, 66, 50-64, 2021.

BRITO, L. J. S.; MUROFUSE, N. T.; LEAL, L. A.; CAMELO, S. H. H. **Cotidiano e organização laboral de trabalhadores de saúde em presídio federal brasileiro**. Rev baiana enferm. 31(3): e21834, 2017. DOI 10.18471/rbe. v31i3.21834.

BRONSON, E. F. **“He Ain’t my Brother... He’s my Friend” Friendship in Medium Security Prison**. Critical Issues in Justice and Politics, 1 (1), 63-74, 2008.

BONFIM FILHO, E.; FONSECA, V. **Políticas públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro**. Volume 8, p. 01- 29 DOI: 10.12957, 2019.

CAITANO, D. O.; SERVA, M. **No limite da razão: o deliberar e a phrónesis no trabalho prisional**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 18, n. Edição Especial, p. 821-835, novembro de 2020.

CALMON MENDES, A. V.; MACEDO BESSA, L. F.; MIDDLEJ E SILVA, S. D. A. **Gestão da ética: a experiência da administração pública brasileira**. Administração Pública e Gestão Social, v. 7, n. 1, p. 2-8, 2015.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CANO-REYES, O.; VILLANUEVA-JIMÉNEZ, J. A.; RETA-MENDIOLA, J. L.; **HUERTA-DE LA PEÑA, Arturo; ZARAZÚA, José Alberto**. **Investigación participativa y redes de innovación en agroecosistemas con papayo en Cotaxtla, Veracruz, México**. Agricultura Sociedad y Desarrollo, v. 12, n. 2, p. 219, 2015. DOI: 10.22231/asyd.v12i2i2.150.

CARRARETTO, G. **Advogados faziam até chamadas de vídeo entre criminosos, diz MP**. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/advogados-faziam-ate-chamadas-de-video-entre-criminosos-diz-mp-0721>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

CARONE, C.; PINHEIRO, M. **“Pombo-correio” do PCC, advogada alugou casa para mulher de Marcola**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/pombo-correio-do-pcc-advogada-alugou-casa-para-mulher-de-marcola>.

Acesso em 01 de agosto de 2022.

CARRINGTON, P.J.; SCOTT, J.; WASSERMAN, S. **Models and methods in social network analysis: structural analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1 ed. 2005.

- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método.** Informação & Sociedade: Estudo, João Pessoa, V. 24, nº 1, p. 13-18, 2014.
- CHEN, B.; KRAUSKOPF, J. **Integrated or Disconnected?** Nonprofit Management & Leadership, v. 23, n. 3, p. 325-345, 2013. DOI: 10.1002/nml.
- CÍCERO, N. C. O.; SOUZA, M. A. G. **A origem do crime organizado e a sua definição à luz da Lei nº 12.694/12.** ETIC – Encontro de Iniciação Científica, 2013.
- CLEMMER, D. **The Prison Community.** Christopher Publishing House, New Braunfels, TX, US, 1940.
- COHEN, S. et al. **Social integration and health: the case of the common cold.** Journal of Social Structure, v. 1, n. 3, 2000.
- COLEMAN, J. S. **Social capital in the creation of human capital.** The American Journal of Sociology, 94, S95–S120, 1988.
- COOK, K. S. **“Exchange and power in networks of interorganizational relations”.** The Sociological Quarterly, n. 18, 1977.
- CREWE, B. **The Prisoner Society: Power, Adaptation and Social Life in an English Prison.** Oxford University Press, Oxford, 2009.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CROSS, R.; BORGATTI, S. P.; PARKER, A. **Beyond answers: dimensions of the advice network,** Social Networks, v. 23, n. 3, p. 215–235, 2001.
- CROSS, R.; PRUSAK, L. **The people who make organizations go – or stop.** Harvard Business Review. 80 (6), 104-112, 2002.
- CROSS, R.; NOHRIA, N.; PARKER, A. **Six myths about informal networks and how to overcome them.** MIT Slon Management Review, Spring 43(3), p.67-75, 2002.
- CROSS, R.; PARKER, A. **The hidden power of social networks – understanding how work really gets done in organizations.** 1 ed. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 2004.
- CUNHA, B. R. **Neutralização seletiva de alvos topológicos de alto retorno em facções criminosas.** Revista Brasileira de Ciências Policiais, v. 12, n. 4, p. 53-73, jan/abr de 2021.
- DEPEN, **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL.** Disponível em >
<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/quem-somos-1>. Acesso em 04 julho.2020.
- DEPEN, **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL.** Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOWYwMDdINmItMDNkOC00Y2RmLWEyNjQtMmQ0OTUwYTUwNDk5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 25 agosto.2022.
- DIAS, C. C. N. **Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político,** 2017.

DIAS, C. C. N.; BRITO, J. S. **A privatização das prisões em duas perspectivas: preso como mercadoria e gestão compartilhada com comandos**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2017.

_____. **Disciplina, controle social e punição. O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v, 9, n. 85, 2014

_____. **PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo, Saraiva, 2013.

_____; SALLA, F. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC**. International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, 397-408, 2013.

_____. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. Tempo Soc. V. 23, n. 2, novembro de 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000200009>.

DIAS, C. C. N; SILVESTRE, G. IN: SOUZA, LAF., org. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. Am. Sociol. Rev., 48, 147-160, 1983.

EISENHARDT, K. **Building Theories from Case Study Research**. Academy of Management Review, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ELEUTÉRIO, J.; SOUZA, A. **Entenda como criminosos planejaram fuga de líderes de facções presos**. Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/08/5028242-entenda-como-criminosos-planejaram-fuga-de-lideres-de-faccoes-presos.html> Acessado em 15 de Agosto de 2022.

ERGÜN, E.; USLU, Y. K. **An analysis of density and degree-centrality according to the social networking structure formed in an online learning environment**. Journal of Educational Technology & Society, v. 19, n. 4, p. 34-46, 2016.

FALQUETTO, J.M.Z.; HOFFMANN, V.E.; FARIAS, J. **Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração**. Revista de Ciências da Administração, v.20, n.52, dez., p.40-53, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p40>

FAUST, K.; TITA, G. E. **Social Networks and Crime: Pitfalls and Promises for Advancing the Field**. Annu. Rev. Criminol. 2, 99-122, 2019.

FELD, S. **Social structural determinants of similarity among associates**. Am. Sociol. Rev. V. 47, p. 797–801, 1982.

FELTRAN, G. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FEHR, E.; FISCHBACHER, U. **The nature of human altruism**. Nature 425, 785-791, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, (3 ed., J. E. Costa, Trad.), 2009. (Obra original publicada em 1995).

FONTANELLA, B. J. B.; JANETE, R.; TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, jan. de 2007.

FORTUNATO, R.; GARCEZ, M. L. **As dinâmicas das redes no campo do turismo: uma aposta na diversidade**. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 3, p. 191-202, 2016.

FOX, K. A.; LANE, J.; TURNER, S. F. **Encountering correctional populations: a practical guide for researchers**. University of California Press, 2018.

FREEMAN, L. **The development of social network analyses - A study in the sociology of science**, 2004.

GARCIA-VALDECASAS MEDINA, J. I. M. **Una definición estructural de capital social**. REDES – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, v. 20. n. 6, p. 132-160, 2012. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Redes/article/view/249752>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

GERSPACHER, N.; DUPONT, B. **The nodal structure of international police cooperation: Na exploration of transnational security networks**. Global Governance, v. 13, n. 3, p. 347-364, 2007.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

GRAIF, C.; LUNGEANU, A.; YETTER, A. M. **Neighborhood isolation in Chicago: violent crime affects on structural isolation and homophily in inter-neighborhood commuting networks**. Soc. Netw, 51, 40-59, 2017.

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms**. Organization Studies. 16 (2), p. 183-214, 1995.

GRANOVETTER, M. **The Strength of Weak Ties**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, 1973.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 91, n. 3, nov., 1985.

GRUND, T.; DENSLEY, J. **Ethnic homophily and triad closure: mapping internal gang structure using exponential random graph models**. J. Contemp. Crim. Justice, 31 (3), 354, 2015.

GRUND, T.; MORSELLI, C. **Overlapping Crime: stability and specialization of co-offending relationships**. Soc. Netw, 51, 14-22, 2017.

G1 RN, Disponível em : <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/06/01/oab-suspende-advogada-suspeita-de-levar-bilhetes-de-criminosos-para-detentos-em-presidios-do-rn.ghtml>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

G1 PARÁ. Disponível em : <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/06/01/operacao-prende-advogados-suspeitos-de-servir-como-mensageiros-de-membros-de-organizacao-criminosa-no-para.ghtml>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

HANEY, C. **Mental health issues in long-term solitary and ‘Supermax’ confinement.** *Crime e Delinquency*, 49, 124-156, 2003.

HANNEMAN, R. A; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**, 2005.

_____. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales.** *Redes*, 2000. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/>. Acesso em 10 junho 2021.

HASSEMER, W. **Três temas de direito penal.** Porto Alegre: Fundação Escola Superior do Ministério Público, 1993.

HARRIS, H. M.; NAKAMURA, K.; BUCKLEN, K. B. **DO CELLMATES MATTER? A CAUSAL TEST OF THE SCHOOLS OF CRIME HYPOTHESIS WITH IMPLICATIONS FOR DIFFERENTIAL ASSOCIATION AND DETERRENCE THEORIES.** *Criminology* 56 (1), 87-122, 2018. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12155>.

HASHIMI, S.; BOUCHARD, M. **On to the next one? Using social network data to inform police target prioritization.** *Polic. Int. J. Police Strateg. Manag.* 40 (4), 768-782, 2017.

HAWLEY, M. **Heroin shortage: the cause.** *Platypus Magazine*, 76, 43-48, 2002.

HOFFMANN, V. E.; LOPES, G. S. C.; MEDEIROS, J. J. **Knowledge Transfer Among the Small Businesses os a Brazilian Cluster.** *Journal of Business Research*, vol. 67, 2014.

Huang, C.; Yi, H.; Chen, T.; Xu, X.; Chen, S. **Networked environmental governance: formal and informal collaborative networks in local China.** *Policy Studies*, v. 37, p. 281-320, 2020.

HUGHES, C., BRIGHT, D., CHALMERS, J. **Social network analysis of Australian poly drug trafficking networks: how do drug traffickers manage multiple illicit drugs?** *Soc. Netw.* 51, 135–147, 2017.

HURLEY, M. L. H. **Supermax prison.** *Encyclopedia Britannica*, 2019.

IACOBUCCI, D.; SALTER II, J. M. **Redes sociais: você perdeu o controle.** In: KLEINDORFER, P. R.; WIND, Y.; GUNTHER, R. E. (org.). *O desafio das redes: Estratégia, Lucro e Risco*, Porto Alegre: Bookman, ed. 1, p. 515, 2012.

IANNI, F. **Black Mafia: Ethnic Succession in Organised Crime.** *New English Library*, London, 1975.

IRWIN, J.; CRESSEY, D.R. **Thieves, Convict, and the Inmate Culture.** *Social Problems*, 10, 142-155, 1962. <http://dx.doi.org/10.2307/799047>.

JOHNSON, R. **Hard time: Understanding and reforming the prison.** Belmont, CA: Wadsworth, 2002.

KNOKE, D. **Emerging trends in social network analysis of terrorism and counterterrorism.** *Emerging trends in the social and behavioral sciences.*

American Cancer Society, pp. 1-15, 2015.
<https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0106>

KUIPERS, K. J. **Formal and Informal Networks in the Workplace**. Tese de Doutorado, Stanford University, 1999.

KRAJEWSKI, A.; DELLAPOSTA, D.; FELMLEE, D. **Vertical organizations, flat networks: Centrality and criminal collaboration in the Italian American Mafia**. *Social Networks* 68, 127–138, 2022.

KREAGER, D. A.; SCHAEFER, D. R.; BOUCHARD, M.; HAYNIE, D.; WAKEFIELD, S.; YOUNG, J.; ZAJAC, G. **Toward a Criminology of Inmate Networks**. *Justice Quarterlt*, 2015. DOI: 10.1080 / 07418825.2015.1016090.

KREAGER, D. A.; PALMEN, H.; DIRKZWAGER, A. J. E.; NIEUWBEERTA, P. **Doing your own time: Peer integration, aggression and mental health in Dutch male detainment facilities**. *Social Science & Medicine*, 151, 92-99, 2016. DOI:10.1016/j.socscimed.2016.01.004

LAMPE, V. **Organisiert Kriminalität unter der Lupe: Netzwerke Kriminell Nutzbarer Kontakte als Konzeptueller Zugang zur OK-Problematik**. *Kriminalistik*, v. 55, n. 7, p. 465-471, 2001.

LAMPE, V. K. **Organising the nicotine racket: Patterns of criminal cooperation in the cigarette black market in Germany**. *Criminal Finances and Organising Crime in Europe*, eds P. C. Van Duyne, K. von Lampe & J. L. Newell, Wolf Legal Publishers, 41-65, 2003.

LAMPE, V.; JOHANSEN, P. O. **Organized Crime and Trust: on the conceptualization and empirical relevance of trust in the context of criminal networks**. *Global Crime*, 6:2, 159-184, 2004.

LAZARFELD, P.F.; MERTON, R.K. **Friendship as social process**. In M. BERGER, T. ABEL, C. PAGE (Eds.), *Freedom and control in modern society*, pp.18-66. New York: Octagon, 1954.

LAZEGA, E.; HIGGINS, S. S. **Redes sociais e estruturas relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ed. 1, 2014.

LAZZARINI, S. G. **Empresas em rede**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LEDESMA GONZÁLEZ, O.; MERINERO-RODRÍGUEZ, R.; PULIDOFERNÁNDEZ, J. I. **Tourist destination development and social network analysis: What does degree centrality contribute?** *International Journal of Tourism Research*, v. 23, n. May 2020, p. 652–666, 2021. DOI: 10.1002/jtr.2432.

LEONARDO, S. B.; FARINA, M. C.; ANDREOLI, T. P.; Lima, A. P. M. B. **Relacionamentos interpessoais formal e informal: interação das redes no ambiente acadêmico**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 3, p. 395-415, 2019.

LESSING, B.; WILLIS, G. D. **Legitimacy in Criminal Governance: Managing a drug empire from behind bars**. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 113, n. 2, 584-606, 2019.

LIEBLING, A.; ARNOLD, H. **Social relationships between prisoners in a maximum security prison: violence, faith and the declining nature of trust.** Journal of Criminal Justice, 40(5), 413-424, 2012.

LIMA, Renato B. **Legislação Criminal Especial.** 2ª edição. Salvador. Ed. Juspodivm, 2014.

LIMA NETO, J. L. A.; PEREIRA, H. B. B. **A rede social de ajuda mútua de narcóticos anônimos: A relevância do prestígio, da centralidade de intermediação entre os membros.** Revista Hispana para El Analisis de Redes Sociales, 28, 91-103, 2017.

Lindquist, C. H. **Social integration and mental well-being among jail inmates.** Sociological Forum, 15(3), 431-455, 2000. Doi:10.1023/A:1007524426382

MACEDO-SOARES, T. D. L. **Strategic alliances and networks: conceptual tools for strategic assessments.** Proceedings of GBATA International Conference 2002, Rome, St. John's University, 2002.

MACIEL, C. O.; CAMARGO, C. **Conexão Social Intraorganizacional, Suporte no Trabalho e Identificação Organizacional.** Rev. Adm. Contemp., Curitiba, v. 19, n. spe3, p. 348-366, Oct. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552015000900007&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20152017>.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **PCC, Sistema prisional e gestão do mundo do crime no Brasil.** Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 11, n. 2, 10-29, ago/set 2017.

MANZINI, E. J. **Entrevistas semi-estuturada: análise de objetivos e de roteiros,** 2018.

MARQUES, E. **Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas públicas urbanas.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21 (60), 2006.

MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R.; Gonçalves, S. A.; AUGUSTO, P. M. **Redes Sociais e Interorganizacionais.** RAE, vol. 46, n. 3, 2006.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, Apr. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652001000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.** Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTINS, G. D. A, THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MASQUIETO, C. D.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANO. A. C. **Centralidade e densidade em redes de empresas: Um estudo no Arranjo Produtivo Local do Alcool.** Revista de Administração e Inovação, v. 8, n. 1, 2011.

- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- McPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. **Birds of a feather: Homophily in social networks**. *Annual Review of Sociology*, 27, 415-444, 2001. Doi:10.1146/annurev.soc.27.1.415.
- MEIRELLES, C. L.; SACOMANO, J. B.; TELLES, R.; SIQUEIRA, J. P. L. **Gestão de pessoas nas pequenas e médias empresas: mapeamento das redes informais, internas nas organizações, como ferramenta de recursos humanos**. *Revista Espacios*, v. 35, n. 5, p. 16, 2014.
- MENDES-DA-SILVA, W.; ONUSIC, L. M.; GIGLIO, E. M. **Rede de pesquisadores de finanças no Brasil: um mundo pequeno feito por poucos**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 17, n. 6, p. 739-763, 2013.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. D.; GOMES, R. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, ed. 26, 2007.
- MINGARDI, G. **Inteligência policial e crime organizado**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MISZTAL, B. A. **Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order**, Polity Press, Cambridge, 1996.
- MIZRUCHI, M. S. **Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais**. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 72-86, Sept. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475902006000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Apr. 2021.
- MOLINA, J. L. **El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas**, 2004.
- MOLINA-MORALES, F. X.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, M. T. **Social networks: effects of social capital on firm innovation**. *Journal of Small Business Management*, 48(2), 258-279, 2010.
- MOLINA-MORALES, F. X.; CAPÓ-VICEDO, J.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, M. T.; EXPÓSITO-LANGA, M. **Social capital in industrial districts: Influence of the strength of ties and density of the network on the sense of belonging to the district**. *Papers in Regional Science*, 92 (4) 773-789, 2013.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 2ª Edição, Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- MORSELLI, C.; GIGUERE, C.; PETIT, K.; **The efficiency/security trade-off in criminal networks**. *Soc. Netw*, 29 (1), 143-153, 2007.
- MORSELLI, C. **Inside Criminal Networks**. New York, Springer, v. 8, 2009.
- MORSELLI, C. **Crime and networks: criminology and justice studies**. Abingdon: Routledge, 1 ed., 2013.
- MORTON, S. C. et al. **Managing the informal organization: conceptual model**, *International Journal of Productivity and Performance Management*, v. 53, n. 3, p. 214-232, 2004.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>.

NAÍM, M. **The corruption eruption**. The Brown Journal of World Affairs, v. 2, n. 2, 1995.

NAGIN, D. S.; CULLEN, F. T.; JONSON, C. L. **Imprisonment and Reoffending**. Crime and Justice. The University of Chicago, v.38, 2009. <https://doi.org/10.1086/599202>.

NELSON, R. **Sociais no estudo das estruturas organizacionais**. Revista de Administração de Empresas, v. 24, n. 4, p. 150-157, 1984.

NEVES, J. R. **Presídios Federais para presos federais**. Cadernos Academia Nacional de Polícia, N. 13, 2012.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, vol. 1, nº 3, 1996.

NETTO, J. L. S.; GARCEL, A.; MORGADO, R. C. L.; FOGAÇA, A. R. **O crime organizado como fator incrementador das violações dos direitos dos presos do sistema carcerário brasileiro**. Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA – v. 3 – n. 23, p. 01-38, 2020.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. **Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará**. Rev. direito GV, v. 15, n. 2, 2019. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201923>.

OLIVEIRA, C. C. G.; LOPES, H. E. G. **Coopetição em redes interpessoais: redes são redes**. Revista de administração contemporânea, v. 18, n. 4, p. 508-522, 2014.

OLIVEIRA NETO, J. D.; MELI, d. B. **O perfil da colaboração nos periódicos contábeis nacionais: muitos one-timers e poucos continuants**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 8, n. 15, p. 151-176, 2011.

OPPENHEIM, A. N. **Questionnaire design, interviewing and attitude measurement**. Bloomsbury Publishing, 2000.

OUELLET, M.; BOUCHARD, M.; HART, M. **Criminal collaboration and risk: the drivers of Al Qaeda's network structure before and after 9/11**. Soc. Netw, 51, 171-77, 2017.

OUELLET, M.; BOUCHARD, M. **The 40 members of the Toronto 18: group boundaries and the analysis of illicit network**. Deviant Behav, 39 (11), 1467-1482, 2018.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; FERNANDES, N. C. M.; ALMEIDA, I. F. L. **A competência de relacionamento contribuindo para o desenvolvimento de capital social da empresa de base tecnológica**. Revista de negócios, v. 15, n. 1, p. 11-28, 2010.

PAPACHRISTOS, A. V.; HUREAU, D. M.; BRAGA, A. A. **The corner and the crew: the influence of geography and social networks on gang violence**. Am. Soc. Rev. 78 (3), 417, 2013.

- PAPACHRISTOS, A. V. **The network structure of crime**. *Sociology Compass*, v. 8, 347-357, 2014.
- PAOLI, L. **The Paradoxes of Organized Crime**. *Crime Law and Social Change*, v. 37, n. 1, p. 51-97, 2022.
- PARKER, A.; CROSS, R; WALSH, D. **Improving collaboration with social network analysis - leveraging knowledge in the informal organization**, *Knowledge Management Review*, v. 4, n. 2, may/june 2001.
- PASCOTTO, S. M. P.; FARINA, M. C.; RODRIGUES, T. H. P. T.; DUGO, J. C. **Análise de rede social para mensuração das estruturas formais e informais**. *Revista De administração da UFSM*, v. 6, n. Edição especial, p. 811-825, 2013.
- PEREIRA, D. C.; MEIRELES, M. R. G. **Uma abordagem transdisciplinar do método “análise de redes sociais”**. *Informação & Informação*, v. 14, n. 2, 2009.
- PORTER M. E., **Competição on Competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PROVAN, N. G.; MILWARD, H. B. **Do Networks Really Work? A framework for evaluating public-sector organizational networks**. *Public Administration Review*, v. 61, n. 4, p. 414-423, 2001.
- RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 165, 2008.
- RAMOS, M. M. A.; RAMOS, P. L.; NETO, F. L.; BARBA, P. C. S. D. **Utilização do Software R em pesquisas na terapia ocupacional**. *Cad. Bras. Ter. Ocup.* 27 (01), Jan 2019. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoCB1625>
- RAMOS, M. G., DO ROSÁRIO LIMA, V. M., AMARAL-ROSA, M. P. **IRAMUTEQ Software and Discursive Textual Analysis: Interpretive Possibilities**. In: COSTA, A., REIS, L., MOREIRA, A. (eds). *Computer Supported Qualitative Research: New Trends on Qualitative Research*. Nova Iorque: Springer, 2019.
- REED, M. I. **Organization, Trust and Control: A realist Analysis**. *Organization Studies*, march, 2001.
- REYES JUNIOR, E.; REIS, A. L. N.; COSTA, V. F. S.; SANTOS, Y. A. D. **Relações interpessoais e sua influência na satisfação dos acadêmicos**. *Revista De gestão e secretariado*, v. 9, n. 3, p. 206-228, 2018.
- REYES JUNIOR, E.; GONÇALO C. R.; BRANDÃO, C. N. **Mapeando as Relações Sociais em Aglomerados de Empresas**. *Redes-Revista Hipana para el Análisis de Redes Sociales*, v. 23, 2012.
- RIBEIRO, L. M. L.; OLIVEIRA, V. N.; CREPALDE, N.; BASTOS, L. M.; MAIA, Y. C. **Agentes penitenciários aprisionados em suas redes?** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 34, n. 101, e3410115, 2019.
- RIBEIRO, L. C.; RODRIGUEZ, M. V. R. Y. **Informal social network and thechnical knowledge in R&D**. *Revista Eletrônica de Administração*, 22(3), edição 85, 280–311, 2016. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/read/v22n3/1413-2311-read-22-3-0280.pdf>.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBINS, G. **Doig Social Networ Research**. Sage, London, 2015.

ROCHA, J. H. **Análise de redes sociais com uso do software Ucinet e sua aplicação na rede de professores de uma unidade de ensino técnico agrícola de Roraima**. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento – ISSN:198114127, v. 13, nº 3, set/dez, 2020.

RODRIGUES, L.; MÉRIDA, F. **Ucinet 6.0 Guía Práctica de Redes Sociales**. Unviserditat de Barcelona, 2006.

ROUSSEAU, D.; SITKIN, S.; BURT, R.; CAMERER, C. **Not so diferente after all: a cross discipline view of trust**. Academy of Management Review, v. 23, 3, p. 393-404, 1998.

SALLA, F. **Práticas punitivas no cotidiano prisional**. O Público e o Privado, n. 26, 2015.

_____. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**. In Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq**: Compilação, organização e notas de Maria Elisabeth Salviati, 2017. Disponível em:
<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTOS, L. G. A. dos; ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. **Condicionantes estruturais dos relacionamentos intraorganizacionais: uma análise da influência sobre relações de comunicação e decisão**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo, v. 12, n. 1, p. 139-168, Feb. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167869712011000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000100006>.

SCHAEFER, D. R. **Youth co-offending networks: an investigation of social and spatial effects**. Soc. Netw, 34 (1), 141, 2012.

SCHAEFER, D. R.; BOUCHARD, M.; YOUNG, J. TN; KREAGER, D. A. **Friends in Locked Places - An Investigation of Prision**. Inmate Network Structure. Soc. Networks, 51, 88-103, 2017. Doi: 10.1016/j.socnet.2016.12.006. Epub 2017 Mar 1. PMID: 28983147; PMCID: PMC5624738.

SCOTT, J. **Social Network Analysis: A Handbook**. Newbury Park, CA: SagePublications, 1991.

SELIGMAN, A. B. **The Problem of Trust**. Princeton University Press, Princeton, 1997.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SENTSE, M.; KREAGER, D. A.; BOSMA, A. Q.; NIEUWBEERTA, P.; PALMEN, H. **Social Organization in Prision: A Social Network Analysis of Interpersonal Relationships among Dutch Prisoners**. Justice Quarterly, 2019.

SILVA, M. C. M. **Redes Sociais Intraorganizacionais Informais e Gestão: Um estudo nas áreas de manutenção e operação da planta Hyco**. Dissertação de

Mestrado em administração, NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2003.

SHIH, H. U. **Network characteristics of drive tourism destinations: an application of network analysis in tourism**. *Tourism Management*. v. 27, n. 5, 1029-1039, 2006.

SHRIVASTAVA, R. S. **Formation and functioning of friendship groups: A sociological study among prison inmates**. *Sociological Bulletin*, 22 (1), 98-111.

SILVA JÚNIOR, W. N. D. **Execução Penal no sistema penitenciário federal**. Natal: OWL, 2020.

SILVA, M. J. B.; SILVA, R. A.; SOUZA, N. M. O.; MELO, F. V. S.; ANDRADE, J. A. **A força dos laços sociais: definição e proposta de uma escala de mensuração**. *Revista Eletrônica de estratégia & negócios*, v. 10, n. 3, p. 178-196, 2017.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. *Quilatas Revista Eletrônica*, Campina Grande, V. 16, nº 2, p. 1-14, jan/jun. 2015.

SILVA, A. K. A. **A dinâmica das redes sociais e as redes de coautoria**. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 27-47, out. 2014.

SILVA, H. A. S.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. **Programas de pós-graduação em contabilidade: análise da produção científica e redes de colaboração**. *Revista De contabilidade e organizações*, v. 6, n. 14, p. 145-162, 2012. 3410115, 2019.

SIMMEL, G. **Sociologia**, São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SIQUEIRA, Í. B. L. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê” Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus**. Dissertação de Mestrado. Manaus: PPGS/UFAM, 2016.

SKARBEEK, D. **The Social Order of the Underworld: How Prison Gangs Govern the American Penal System**. Nova York: Oxford University Press, 2014.

SMITH, C. M.; PAPACHRISTOS, A. V. **Trust thy crooked neighbor: multiplexity in Chicago organized crime networks**. *Am. Soc. Rev.* 81 (4), 2016.

SORIC, I.; DINJAR, D.; STAJCER, M.; ORESCANIN, D. **Efficiente social network analysis in big data architectures**. 2017, 40th International Convention on Information and Communication Technology, Electronics and Microelectronics, MIPRO 2017.

SPANN, D. D. **Fraud Analytics: Strategies and Methods for Detection and Prevention**. John Wiley & Sons, 2014.

STERZECK, G. **Audit expectation gap nos litígios das firmas de auditoria**, v. 11, n. 1, p. 92-105, 2017.

STEVENSON, W. B.; GREENBERG, D. **Agency and social networks: Strategies of action in a social structure of position, opposition, and opportunity**. *Administrative Science Quarterly*, v. 45, n. 4, p. 651-678, 2000. DOI: 10.2307/2667015.

SOARES, E. B. S. et al. **Análises de dados qualitativos: intersecções e diferenças em pesquisas sobre administração pública**. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, p. 1-17, 2011.

SOUZA, L., org. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 219, 2009. ISBN 978-85-7983-019-8.

SOUZA, P. **O sindicato do crime PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 1 Ed., 2006.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. **Metodologia de análises de redes sociais**. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (org.). *O Tempo das Redes*, v. 10, p. 31-63, 2008.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. **Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 4, p. 1-13, 2002.

THORELLI, H. B. **Networks: between markets and hierarchies**. *Strategic Management Journal*, v. 7, 1986.

THOMPSON, G. F. **Between hierarchies and markets: the logic and limits of network form of organization**. New York: Oxford University Press. 2003.

TOLOI, G. G.; MANZINI, E. J. **Etapas da estruturação de um roteiro de entrevistas e considerações encontradas durante a coleta de dados Gabriela VIII encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. [s.l:s.n.].

TOMAEL, M. I.; MATELETO, R. **Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação**. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 75-91, 2006.

TSVETOVAT, M.; CARLEY, K. M. **Structural Knowledge and Success of Anti-Terrorist Activity: The Downside of Structural Equivalence**. *Journal of Social Structure*, v. 6. Disponível em: <https://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume6/TsvetovatCarley/index.html>.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S.; NÓBREGA, W. R. M. **Articulação em redes como um processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária**. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 2, p. 200-210, 2016.

VERGARA, J. C. G. **A Diáspora Criminal: O alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão**. Instituto Igarapé, novembro de 2013.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VEENSTRA, R.; DIJKSTRA, J. K.; KREAGER, D. A. **Pathways, networks and norms: A sociological perspective on peer research**. In *Handbook of peer interactions, relationships and groups*. New York, NY: Guilford, ed. 2, 45-63, 2018.

VERGUEIRO, W.; SUGAHARA, C. R. **Aspectos conceituais e metodológicos de redes sociais e sua influência no estudo de fluxos de informação**. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, 102–117, 2010.

VIEIRA, Daniel P.; REYES JR., Edgar; FERNANDES, João Paulo B. A Influência da Dinâmica Relacional na Gestão de uma Loja Maçônica Redes. **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v. 28, n. 1, p. 104-119, 2017.

VOLKER, B., CUYPER, R., MOLLENHORST, G., DIRKZWAGER, A., VAN DER LAAN, P., NIEUWBEERTA, P. **Changes in the social networks of prisoners: A comparison of their networks before and after imprisonment**. Social Networks. 2016. [Http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2016.04.004](http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2016.04.004) 0378-8733/© 2016 Elsevier B.V.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. UFSC, 2009.

ZANG, J.; LOU, Y. **Degree centrality, betweenness centrality, and closeness centrality in social network**. Advances in Intelligente Systems Research, v. 132, p. 300-303, 2017.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WELLMAN, B. **Structural analysis: From method and metaphor to theory and substance**: In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (org.). Social Structures: A Network Approach, p. 19-61.

WICHARD, C.; SCHAEFER, D. R.; KREAGER, D. A. **Charting the hidden City: Collecting prison social network data**. Elsevier B. V., 2019.

YAMAGISHI, T.; GILLMORE, M. R.; COOK, Karen S. **Network connections and the distribution of power in exchange networks**. American Journal of Sociology, v. 93, n. 4, p. 833-51, Jan., 1988.

XU, J.; MARSHALL, B.; KAZA, S.; CHEN, H. **Analyzing and visualizing criminal network dynamics: a case study**. In H. Chen, R. Moore, D. D. Zeng, & J. Leavitt (Eds.), Lecture notes in computer science: Intelligence and security informatics, Berlin: Springer vol. 3073, pp. 359–377, 2004.

7. APÊNDICE A: CONVITE PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO

Senhor(a) [NOME DO RESPONDENTE],

Prezados,

Agradeceríamos muito sua colaboração em responder as perguntas deste questionário, que tem como objetivo coletar dados para apoiar o estudo sobre a rede de relacionamento dos presos custodiados na Penitenciária Federal em Brasília. Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado em Administração Pública de Madona Louize Gabry Tabôas, servidora do DEPEN, pela Universidade de Brasília (UnB). Em relação à informação que você venha a nos facilitar, garantimos uma total confidencialidade e anonimato. Os resultados deste questionário oferecerão dados agregados e em nenhum caso haverá referência alguma a dados ou informação individual do preso. Por último, este estudo não tem fins lucrativos nem comerciais, e sim meramente acadêmicos, cuja disponibilização se fará por meio de revistas e publicações acadêmicas.

Oferecer resultados: Se você deseja conhecer os resultados, podemos enviar o trabalho final e/ou publicações derivadas dessa pesquisa.

Muito Obrigada!

8. APÊNDICE B: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Público-alvo: Servidores e gestores do Departamento Penitenciário Nacional.

Objetivo geral: Compreender as redes de relações sociais dos presos na Penitenciária Federal em Brasília

Objetivos Específicos:

- I. Mapear a rede de relacionamento dos presos que estão reclusos PFBRA;
- II. Descrever as redes formadas pelos presidiários; e
- III. Avaliar a percepção dos servidores sobre a estrutura penitenciária das interações sociais dos presos.

Uma “rede é um conjunto de pessoas ou empresas (denominadas, tecnicamente de nós) interligadas por meio de relações dos mais diversos tipos (laços)” (LAZZARINI;2008, p. 2). As redes de relacionamento são formadas com atores (pessoas, grupos ou instituição) e suas conexões, e é a partir dessas conexões que as estruturas sociais se desenvolvem. Os atores das redes sociais são ligados entre si por meio de várias conexões, representam um conjunto de pessoas que se unem para trocar ideias e recursos em torno de valores e interesses que são por eles compartilhados (MARTELETO, 2001), a natureza de seus vínculos pode-se dar pelas relações de amizade, crença, interesse comum, prestígio, parentesco, entre outras (BORGATTI; EVERETT; JOHNSON, 2018; WASSERMAN; FAUST, 1994).

Item 1 – Perfil do entrevistado

1. Gostaria que você falasse sobre o seu conhecimento ou experiência no sistema penitenciário envolvendo as redes de presidiários no seu cotidiano de trabalho.

Item 2 – Redes de relacionamento na Penitenciária Federal em Brasília

1. Na sua percepção, como são desenvolvidas as relações dos presos dentro da unidade?

2. Com quem os presos se relacionam?

3. Do seu ponto de vista, quais são os presos que possuem melhor relacionamento com outros presos? Por quê?

4. Em sua opinião, quais são os presos que você considera mais poderosos ou influentes dentro da unidade? Justifique.

5. Para você existe cooperação entre os presos dentro unidade? Em caso positivo, com base em que um preso coopera com outro?

6. Por quais meios os presos dentro da unidade acessam e/ou compartilham os recursos físicos e intangíveis (por exemplo, informação)?

7. Para você os laços sociais que os presos possuem influenciam no fluxo de informações, recursos ou comportamentos? Comente.

Item 3 – Questões finais

1. O encarceramento por longo período de tempo de um presidiário junto com outros presos favorece a formação do relacionamento entre eles? Quais os impactos desse relacionamento de longo prazo (laços mais fortes entre os presos)?

2. A segregação de criminosos de alta periculosidade é capaz de reduzir a atuação das ações criminosas? Por quê?

3. Por fim, você gostaria de acrescentar algum comentário sobre as relações dos presos na Penitenciária Federal em Brasília?